

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

SERGIO AROUCA

ENSP

***“O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural no estado do Rio de Janeiro”***

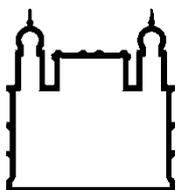
*por*

***Júlio César Borges dos Santos***

*Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública.*

*Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Éliada Azevedo Hennington*

*Rio de Janeiro, abril de 2011.*



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA  
SERGIO AROUCA  
ENSP

*Esta dissertação, intitulada*

***“O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural no estado do Rio de Janeiro”***

*apresentada por*

***Júlio César Borges dos Santos***

*foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:*

Prof. Dr. Fernando Ferreira Carneiro

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Santos Silva Oliveira

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Élide Azevedo Hennington – Orientadora

*Dissertação defendida e aprovada em 29 de abril de 2011.*

Catálogo na fonte  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica  
Biblioteca de Saúde Pública

S237 Santos, Júlio César Borges dos  
O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra e as relações  
entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural no  
estado do Rio de Janeiro. / Júlio César Borges dos Santos. -- 2011.  
143 f. : il. ; tab.

Orientador: Hennington, Élide Azevedo  
Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública  
Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011

1. Saúde da População Rural. 2. Assentamentos Rurais. 3.  
Saúde do Trabalhador. 4. Meio Ambiente. I. Título.

CDD - 22.ed. – 363.11098153

Aos camponeses e camponesas  
que diariamente lutam para  
conquistar e manter sua terra e  
trabalho...

# Agradecimentos

---

Esta dissertação é o resultado de um trabalho conjunto que vem sendo construído em diálogo com muitos sujeitos desde antes do mestrado. Mesmo não sendo possível mencionar todas as pessoas que direta ou indiretamente compartilharam desta caminhada, vale registrar alguns agradecimentos.

Ao meu pai, José, pelo conforto das palavras de confiança e apoio. E à minha mãe (*in memoriam*), Maria Íris, para quem esta conquista teria um significado especial.

Aos meus irmãos, Robson e Fernanda, pois estiveram sempre ao meu lado.

Ao Luís, Mariana, Cláudia, Eliana e Jaqueline: nossa amizade foi poesia em todos os momentos.

Ao Guilherme e Isabella, companheiros desde os tempos de graduação e grandes amigos. À Vanessa, Cláudia e Davi pelas conversas e boas risadas.

Ao Raphael, Marcos, Elsi e Tainá que foram muito mais do que colegas de moradia, pela fraternidade de nossa relação.

À Élide Hennington pela orientação, parceria e cumplicidade neste trabalho, expresso minha admiração e gratidão por ter alimentado meu desejo de explorar novas áreas de conhecimento.

Aos professores da ENSP por terem compartilhado e contribuído com este estudo. E aos funcionários que sempre estiveram dispostos a ajudar.

Aos professores Fernando Carneiro e Simone Oliveira pelas contribuições fundamentais ao trabalho.

À Iranilde, pessoa incrível que deu todo apoio durante a pesquisa. E ao MST por ter sido um importante colaborador deste trabalho.

Aos trabalhadores e trabalhadoras do Assentamento Dandara que não mediram esforços para me acolher e fazerem parte desta pesquisa.

À CAPES pela bolsa de estudos que me permitiu realizar este trabalho.

## **RESUMO**

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) constitui um dos mais importantes movimentos sociais de organização de trabalhadores rurais e luta pela terra em todo o mundo. Esta pesquisa objetivou estudar as relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural ligado ao MST no município de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro. Buscou-se compreender os significados atribuídos pelos trabalhadores e as ações e práticas de saúde-trabalho-ambiente desenvolvidas no assentamento em confronto com as orientações e propostas do MST sobre essa temática. Foi adotado o referencial teórico-metodológico da ergologia buscando compreender e analisar o trabalho como sendo um processo no qual se inscreve um debate de normas e valores. As técnicas de investigação utilizadas foram análise documental, observação participante, entrevista semi-estruturada e grupo focal. O MST constrói um conceito de saúde que ressalta a organização e mobilização coletiva como estratégia de promoção da saúde, o autocuidado e o resgate das práticas da medicina popular, em especial o uso de plantas medicinais. Observou-se que os assentados têm uma compreensão ampliada do processo saúde-doença e desenvolvem estratégias de saúde como a organização e mobilização social para superação de questões estruturais decorrentes da ausência ou insuficiência das políticas públicas, a prática isolada de uso de plantas medicinais e a busca aos serviços públicos e privados de saúde. Os principais problemas relacionados à saúde foram o uso de agrotóxicos, a exposição às intempéries e ao sol, o desgaste decorrente do trabalho pesado e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Para os assentados o trabalho tem o significado de liberdade e satisfação, positividade relacionada à autogestão e autonomia que são elementos fundamentalmente associados à saúde e contrapostos às experiências anteriores ao assentamento. Dentre as principais propostas do MST, a cooperação se configura como estratégia de fortalecimento comunitário e resistência às limitações impostas pelo modelo hegemônico do agronegócio, tais como a falta de apoio técnico e financeiro para a produção, enquanto a agroecologia é pouco desenvolvida no assentamento. De modo geral, as orientações sugeridas pelo MST são renormatizadas para adequarem-se aos desejos e motivações dos sujeitos, num movimento que ressalta as experiências individuais e coletivas em busca de um equilíbrio entre o possível e o ideal.

**Palavras-chave:** Saúde da População Rural; Assentamentos Rurais; Saúde do Trabalhador; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

## **ABSTRACT**

The Landless Workers Movement (MST) is one of the most important social movements of organization of rural workers and their struggle for land in the world. This research aimed to study the relationships between health, work and environment in a rural settlement linked to the MST in the state of Rio de Janeiro. We tried search understand the significance attributed by the workers and the actions and practices of health-work-environment in the settlement in confrontation with the guidelines and suggestions of MST. The theoretical and methodological references adopted were based on the ergological perspective seeking to understand and analyze the labour as "human activity", process in which is inscribed the "debate of norms and values". The investigative techniques used were: document analysis; participant observation; semi-structured interviews; and focus groups. The MST builds a concept of health that emphasizes a collective organization and mobilization as a strategy for health promotion, self-care and rescue of a popular medicine, especially the use of medicinal plants. It was observed that the settlers have an expanded understanding of the health-illness process and develop health strategies organizing and mobilizing themselves to overcome structural issues caused by the absence or the inadequacy of public policies; the isolated practice of using medicinal plants and the search for public and private healthcare. The major health related problems were the use of pesticides, exposure to bad weather and sun, stress due to very hard work and difficult access to public healthcare. For settlers work means freedom and satisfaction, factors linked to autonomy and self-management; elements that are fundamentally associated with health and opposed to life before being settled. Among the main MST guidelines, cooperation is configured as a strategy for community empowerment and resistance to the limitations imposed by the hegemonic model of agribusiness; such as lack of technical and financial support for production, while the agroecological techniques are poorly developed in the settlement. We consider that the guidelines of health and work proposed by the MST are renormatized by each worker and by group to adapt the desire and motivation of individuals, in a movement that emphasizes the individual and collective experiences in search of a balance between the possible and the ideal.

**Keywords:** Rural Population Health; Rural Settlements; Occupational Health; Landless Worker Movement

## Lista de siglas

---

<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>LILACS</b>	Índice de Literatura Científica e Técnica da América Latina e Caribe.
<b>CPDA</b>	Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade
<b>INDA</b>	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>UDR</b>	União Democrática Ruralista
<b>MASTER</b>	Movimento dos Agricultores Sem Terra
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>ULTAB</b>	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
<b>SEAF</b>	Secretaria de Assuntos Fundiários
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>NAF</b>	Núcleo de Agricultura Familiar
<b>CAI</b>	Complexo Agroindustrial
<b>CEDEM</b>	Centro de Documentação e Memória
<b>CNS</b>	Conferência Nacional de Saúde
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>STR</b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
<b>PDA</b>	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>ENSP</b>	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
<b>Fiocruz</b>	Fundação Oswaldo Cruz
<b>ECRP</b>	Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes

## Lista de tabelas

---

Tabela 1 – Discriminação dos sujeitos em relação à participação em entrevista e grupo focal .....	56
Tabela 2 – Distribuição dos assentados por faixa etária e sexo .....	76
Tabela 3 – Ocupação profissional dos assentados antes e depois da consolidação do assentamento .....	105

## Lista de figuras

---

Figura 1 – Esquema do Dispositivo Dinâmico de 3 Polos .....	45
Figura 2 – Fotografia do ônibus que faz o transporte escolar das crianças e serve também aos demais assentados .....	77
Figura 3 – Fotografia de duas casas de famílias que vivem no assentamento .....	80
Figura 4 – Fotografias de dois poços de água ( <i>cacimba</i> ) e um assentado retirando água para consumo doméstico .....	82
Figura 5 – Fotografia capturada no assentamento mostrando área preparada para cultivo (à direita), áreas cultivadas (à esquerda e ao centro) e pastagens (ao fundo) .....	84

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>OBJETIVOS</b> .....	06
 <b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO: REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	07
1.1 – A SAÚDE DA POPULAÇÃO DO CAMPO .....	09
1.1.1 – Concepção de saúde-doença e práticas de saúde nos assentamentos .....	13
1.1.2 – Doenças infectocontagiosas e nutricionais .....	14
1.1.3 – Identidade, trabalho e saúde .....	15
1.2 – BREVE HISTÓRICO DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL E O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO .....	22
1.3 – MST: FORMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E VALORES .....	26
 <b>CAPÍTULO II</b>	
<b>REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO</b> .....	32
2.1 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA .....	32
2.1.1 – Autogestão e autonomia .....	33
2.1.2 – Heterogestão na racionalidade capitalista contemporânea .....	35
2.1.3 – O impacto da reestruturação produtiva no campo .....	39
2.2 – A ERGOLOGIA DE YVES SCHWARTZ .....	42
2.2.1 – A complexidade inerente ao trabalho .....	42
2.2.1 – A perspectiva ergológica .....	44
2.2.2 – Atividade de trabalho e renormatização .....	46

### **CAPÍTULO III**

<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	49
3.1 – LÓCUS DE PESQUISA, SELEÇÃO DE SUJEITOS, TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CAMPO .....	49
3.1.1 – Primeira etapa: a pesquisa documental .....	49
3.1.2 – Segunda etapa: a delimitação do local de pesquisa .....	51
3.1.3 – Terceira etapa: a pesquisa no assentamento .....	53
3.1.4 – Breves considerações a respeito da triangulação das técnicas de investigação .....	58
3.2 – PROCESSO DE ANÁLISE DO MATERIAL PRODUZIDO .....	59
3.3 – ASPECTOS ÉTICOS .....	61

### **CAPÍTULO IV**

<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	63
4.1 – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DO MST: IDENTIFICANDO O PRESCRITO ---	63
4.1.1 – Princípios e valores de saúde no MST .....	63
4.1.2 – Orientações, ações e práticas de saúde-trabalho-ambiente no MST .....	67
4.1.2.1 – Significados e estratégias de saúde: conquista do SUS, autocuidado e organização popular .....	67
4.1.2.2 – O trabalho e as formas de organização .....	70
4.2 – CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO NO ASSENTAMENTO DANDARA DOS PALMARES .....	74
4.2.1 – O Assentamento Dandara dos Palmares .....	74
4.2.2 – Histórico do assentamento e caracterização das famílias .....	75
4.2.3 – Transporte .....	76

4.2.4 – Organização política interna -----	78
4.2.5 – Condições de moradia -----	79
4.2.6 – Acesso à água para consumo e saneamento -----	81
4.2.7 – Segurança alimentar -----	83
4.2.8 – Ocupações e atividades produtivas -----	84
4.3- SIGNIFICADOS ATRIBUIDOS AO TRABALHO -----	88
4.3.1 – Trabalho como sofrimento ou desgaste -----	88
4.3.2 – O trabalho “caleja” -----	89
4.3.3 – Trabalho como satisfação e liberdade -----	92
4.4 - GESTÃO DO TRABALHO EM NÍVEIS MACRO E MICROPOLÍTICOS: CONTEXTO E SITUAÇÃO DE TRABALHO -----	95
4.4.1 – Limitantes macropolíticos: crédito, comercialização, padrão tecnológico -----	97
4.4.2 – Trabalho cooperado e formas de organização do trabalho -----	103
4.4.3 – Autogestão e autonomia como estratégia de saúde no trabalho -----	106
4.5 – A ORGANIZAÇÃO DA SAÚDE NO ASSENTAMENTO: CONCEPÇÃO DE SAÚDE, AÇÕES E PRÁTICAS DESENVOLVIDAS -----	109
4.5.1 – Concepção de saúde -----	109
4.5.2 – Organização política e mobilização coletiva -----	112
4.5.3 – Entre o público e o privado: conflitos no acesso aos serviços de saúde -----	117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS -----</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS -----</b>	<b>125</b>
<b>APÊNDICE 1 – Roteiro de observação participante</b>	
<b>APÊNDICE 2 – Roteiro de entrevista</b>	
<b>APÊNDICE 3 – Roteiro de grupo focal</b>	

**APÊNDICE 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**ANEXO 1 – Parecer CEP/Ensp**

**ANEXO 2 – Termo de Autorização da Coordenação do Assentamento**

**ANEXO 3 – Termo de autorização do MST**

# INTRODUÇÃO

---

Desenvolver este estudo no campo da Saúde Pública tendo como lócus de investigação uma área ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) objetiva atender ao propósito de articular a experiência acumulada por este movimento que tem mais de 25 anos de história com a busca de uma maior compreensão sobre as relações entre saúde, meio ambiente e trabalho numa comunidade rural de assentados.

O MST foi criado em 1984 e tem três objetivos principais: lutar pela terra, lutar por reforma agrária e lutar por uma sociedade mais justa e fraterna <sup>1</sup>. Em relação à saúde, observa-se uma visão peculiar que serve de orientação para as práticas e organização dos assentados e acampados rurais. Concebida de maneira ampliada, a saúde para o MST está diretamente relacionada às condições gerais de vida e, nesse sentido, dialoga com as proposições da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Sistema Único de Saúde (SUS), mas carrega componentes próprios referentes à realidade do campo e, em particular, dos assentamentos e acampamentos. Documentos do MST defendem o SUS e clamam pela implantação de um programa preventivo em saúde pública nas comunidades rurais e a formação de agentes de saúde para atuar nessas localidades. Preconizam também o resgate da autonomia das pessoas e comunidades com a promoção do autocuidado e a revalorização dos conhecimentos populares em saúde.

O MST tem sistematizado suas experiências de saúde, principalmente a partir de 1998, quando formou um Coletivo Nacional para discutir e atuar sobre este tema, e tem produzido muitos materiais que demonstram um esforço em abordar a dimensão da saúde integrada ao trabalho e meio ambiente, na perspectiva do trabalho como atividade humana<sup>1</sup>.

Além da significativa relevância do MST como movimento social e político aliado a certo ineditismo desse enfoque sobre o MST na área de Saúde Coletiva, a abordagem do tema teve como principais motivações a minha própria ideologia, valores e inquietações. Minha

---

<sup>1</sup> A “atividade humana” é um conceito desenvolvido a partir do pensamento Ergológico e procura apreender a complexidade humana envolvida na realização das atividades, dentre elas a de trabalho, que é histórica e envolve um permanente debate de normas e valores. Por isso, entende o trabalho não somente como execução de tarefas, pois demanda ao trabalhador acessar outras dimensões, que não só a técnica, na busca por torná-lo mais saudável <sup>2</sup>.

aproximação com o MST começou a ser construída durante o curso de graduação em Veterinária, na participação em movimentos sociais e movimento estudantil, entre 2005 e 2009. Neste percurso, entrei em contato com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nunca como militante orgânico, mas sempre como alguém que se identifica com a causa. Essas experiências levaram-me a estudar o tema da questão agrária e da luta pela terra. Por outro lado, minha formação em saúde coletiva foi quase toda extraclasse, nos espaços de formação do Movimento Estudantil, pautada pela defesa de um sistema de saúde público, que contemplasse as necessidades da população em sua perspectiva de integralidade da saúde. Foi no contato com a realidade social dos assentamentos e acampamentos rurais de Minas Gerais, a maioria ligada ao MST, que foi sendo construída a situação problema desta pesquisa. Em particular, intrigava-me a relação entre a saúde da população e o trabalho que se realiza no assentamento.

A pergunta principal que motivou a condução deste estudo era: quais as relações entre o trabalho realizado no assentamento, a saúde dos trabalhadores e o meio-ambiente por eles ocupado?

A abrangência da pergunta não permite uma resposta simples. Por conta das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e, em especial, pela especificidade dessas transformações nas áreas rurais, torna-se complicado delimitar o que seria o trabalho. Ainda mais complicado torna-se associar esse conceito com o de saúde e ambiente, que no meio rural é simultaneamente ambiente de trabalho e meio ambiente, lugar de produção e reprodução da vida. Este foi um dos motivos de optar pela abrangência conceitual da proposta ergológica de aproximação e interpretação do trabalho. Como ponto de partida, reconheço que o trabalho tanto promove a satisfação e a saúde dos assentados, na medida em que lhes proporciona ganhos materiais, bem-estar e o controle sobre o processo de trabalho, quanto pode ser fonte de sofrimento e originar problemas de saúde.

Ao definir que o objeto de estudo seriam as relações entre saúde-trabalho-ambiente em um assentamento rural, procurei o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a fim de articular a proposta de pesquisa com a experiência já acumulada pelo Movimento em relação à organização da saúde nas áreas em que atua.

Em reunião com duas integrantes do MST, uma do Setor de Produção e outra do Setor de Saúde, conversamos sobre a realidade dos assentamentos no estado, suas dificuldades, limitações, avanços e necessidades. Não foi citado um problema em particular ou uma situação em especial para a pesquisa. Contudo, durante a conversa, uma questão surgiu como

relevante para o Movimento e, de certa forma, já era um questionamento que eu fazia sobre a saúde nos assentamentos. As coordenadoras do MST apontaram o trabalho como um fator fundamental na definição da condição de saúde dos assentados. Essa influência do trabalho se manifestava de formas diversas, exercendo efeitos negativos ou positivos para a saúde dos trabalhadores. Duas questões em especial chamavam atenção do Movimento: o desgaste decorrente da atividade extenuante de trabalho, podendo condicionar o abandono dos lotes devido à sua penosidade; e a mudança nas relações de trabalho e expectativas de melhora de vida a partir de então, que se manifestavam de forma positiva na saúde das pessoas. Ou seja, o processo de trabalho no assentamento sugere importantes determinantes/condicionantes da ocorrência de doenças e agravos relacionados ao trabalho. Por outro lado, a maior autonomia do trabalhador parecia repercutir positivamente na saúde.

Neste estudo, procurei desenvolver uma interpretação sobre o trabalho que retoma a concepção marxista de ação humana para transformação da natureza e recriação das condições de vida, mas expande esse pensamento, compreendendo o trabalho como “atividade humana”. O trabalho é um destino a viver e demanda do trabalhador fazer escolhas, acionar determinados valores e concepções de mundo. Isso significa ultrapassar a ideia de trabalho assalariado ou emprego (termo que não condiz com as múltiplas “ocupações” e/ou “funções” que os indivíduos desempenham no mundo do trabalho e fora dele), para considerá-lo mais como o empenho humano na transformação ou reprodução da atividade e de si próprio<sup>3</sup>.

No ato de trabalhar (“atividade de trabalho”) os sujeitos se colocam em diversos momentos diante de um debate de normas “que é a tentativa de encontrar um equilíbrio entre as normas de cada um, do coletivo, de uma organização e do universo político no qual se está inserido”<sup>4</sup> (p.104). Independente do que resulta desse processo, se prevalece o que está instituído ou se produzem novos modos de realizar a atividade; o que se torna relevante é a mobilização que o trabalhador faz de si na tentativa de recriar a realidade de acordo com seus desejos e necessidades<sup>5</sup>.

O estudo da saúde de maneira ampliada no assentamento mostra-se relevante para a saúde do trabalhador rural pela notória importância desse movimento de luta pela terra e pela pouca produção científica da área da saúde sobre esse grupo populacional em particular – os trabalhadores rurais. Esta pesquisa volta-se à tentativa de aproximação e compreensão das relações entre saúde-trabalho e ambiente num assentamento rural no estado do Rio de Janeiro. Busquei compreender o processo saúde-doença em articulação com o trabalho e o

ambiente a partir da condição de vida e dos significados atribuídos pelos trabalhadores em diálogo com as práticas e ações realizadas na área de assentamento.

A partir da reflexão sobre a saúde na realidade do assentamento e sua relação com as condições gerais de vida, especialmente com o trabalho, surgiram algumas indagações que orientaram a condução deste estudo. Neste sentido, buscou-se compreender como o processo saúde-doença está articulado com o trabalho e o ambiente nas áreas, considerando a condição de vida dos assentados e os significados atribuídos por eles, em diálogo com o que o MST tem preconizado e procurado implementar através de suas práticas. Procurou-se abordar a contradição entre o que o movimento constrói enquanto análise política e o que se configura na realidade das áreas e as várias influências que a realidade impõe – sociais, econômicas, culturais, políticas e técnicas.

No primeiro capítulo da dissertação apresento uma revisão bibliográfica sobre os estudos de saúde em áreas rurais, particularmente em acampamentos e assentamentos rurais, de modo a desenhar a compreensão que se tem formado sobre a saúde das populações que vivem nestas áreas. Também apresento um breve histórico da luta pela terra, com foco nos principais Movimentos Populares organizados no Brasil a partir da segunda metade do século 20, e a reforma agrária no Rio de Janeiro. Um tópico em particular é reservado para uma breve caracterização do MST resgatando seu histórico de formação, seu processo organizativo e valores.

No segundo capítulo o leitor irá encontrar uma reflexão sobre o processo de reestruturação produtiva na cidade e no campo e seus efeitos sobre o mundo do trabalho, reorganizando o processo de produção e de trabalho. Encontrará também o referencial teórico-metodológico que orienta a análise dos dados produzidos e a interpretação dos resultados. A ergologia de Yves Schwartz é a proposta teórico-metodológica central que orienta a compreensão da atividade humana, que se realiza na comunidade estudada.

O terceiro capítulo discorre sobre o caminho da pesquisa, detalhando os procedimentos realizados desde a escolha do assentamento a ser estudado, o desenho da pesquisa, as técnicas adotadas, a forma como os dados foram analisados e os aspectos éticos que foram levados em consideração no decorrer da pesquisa. Procurei desenvolver essa narrativa aproximando os procedimentos realizados com os objetivos do estudo e a minha experiência particular em campo.

A discussão dos resultados se encontra no quarto capítulo, dividido em quatro tópicos. No primeiro é apresentada uma análise sobre as orientações e propostas de saúde a partir de

uma análise de documentos oficiais do MST. No segundo faço uma discussão e descrição das condições de vida e trabalho no local do estudo. No terceiro apresento e analiso os significados que os assentados atribuem à saúde e ao trabalho. O quarto tópico apresenta uma análise sobre as estratégias de organização dos trabalhadores para lidar com as limitações das normas antecedentes que encontram para a realização do trabalho. No último tópico são analisadas as estratégias de saúde desenvolvidas no assentamento a partir do que foi identificado das orientações do MST em confronto com a realidade do campo.

Por último, algumas considerações finais sobre a pesquisa, seus principais resultados e contribuições para o Movimento, seus limites e as perspectivas de investigações futuras.

# OBJETIVOS

---

## **Objetivo Geral**

Estudar as relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural ligado ao MST no estado do Rio de Janeiro.

## **Objetivos específicos:**

Identificar concepções, orientações e propostas referentes à temática saúde/trabalho/ambiente presentes nos documentos produzidos pelo MST;

Conhecer os modos de vida no assentamento com enfoque nas ações e práticas produtivas cotidianas e nas estratégias de organização dos trabalhadores;

Compreender o processo saúde-trabalho-ambiente nessa comunidade a partir das formulações teóricas do Movimento, dos significados atribuídos pelos trabalhadores e das condições de vida e trabalho na área do assentamento.

## CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: REVISÃO DE LITERATURA

Estudar questões relativas à saúde de acampados e assentados participantes do MST favorece compreender, de maneira geral, desafios e percalços deste movimento social e de políticas públicas voltadas para a população do campo, bem como aprofundar o conhecimento das condições de vida, saúde e de trabalho de agricultores familiares camponeses<sup>2</sup>. Ao identificar desafios, avanços e impasses enfrentados pelos trabalhadores sem-terra para organizar a vida no assentamento, a presente pesquisa busca compreender melhor o processo saúde-trabalho-ambiente nestas áreas e contribuir para o desenvolvimento de ações a partir das demandas dos trabalhadores.

Apresento a seguir uma revisão de literatura visando conhecer o estado da arte do objeto de estudo. Começarei abordando o tema da saúde no meio rural e nos assentamentos/acampamentos rurais, em especial; passando em seguida para um breve histórico dos principais movimentos de luta pela terra a partir da segunda metade do século 20 no Brasil, em particular o MST, e sua relação com a reforma agrária.

A revisão bibliográfica apresentada é resultado de pesquisa nas bases de dados LILACS, SCOPUS e SCIELO, referentes ao período de 2000 a 2009. Nenhuma estratégia específica de busca resultou em artigos pertinentes. Desse modo, foram utilizados descritores variados que abarcassem assuntos relacionados a estudos em assentamentos rurais. Tratando-se de uma pesquisa exploratória, isto possibilitou verificar as abordagens investigativas que têm sido adotadas na área da saúde ao estudar a população rural assentada/acampada. Foram

---

<sup>2</sup> O conceito de Agricultura Familiar tem sido utilizado com frequência para representar diferentes grupos de produtores rurais de base familiar. De certo modo, a abrangência e generalização desse conceito têm suscitado ressalvas quanto às possíveis confusões teóricas que resultariam inclusive em apropriações políticas indevidas<sup>6</sup>. Gonzalez de Molina & Sevilla Guzman<sup>7</sup>, Toledo<sup>8</sup> e Ploeg<sup>9</sup>, dentre outros autores procuram reconceituar o que seria o campesinato compreendendo um determinado modo de fazer agricultura que considera valores, costumes, economia e relação com a natureza que mesmo sendo de base familiar representar uma forma distinta de desenvolvimento da agricultura. Os movimentos de luta pela terra também têm se apropriado do conceito de campesinato por ser mais representativo de seus interesses políticos e reivindicatórios. Desse modo, e considerando que alguns aspectos do grupo estudado são contraditórios quanto ao que configura o campesinato e não foram aprofundados neste trabalho, mas ressaltando o a terminologia utilizada pelo próprio MST e estando de acordo com as proposições teóricas citadas utilizamos o termo agricultura camponesa ou familiar camponesa.

selecionados os artigos relacionados a estudos de saúde no Movimento dos Sem Terra ou assentamentos/acampamentos em geral e os que tratassem de alguma maneira da relação entre saúde e trabalho no meio rural.

As estratégias de busca utilizadas para a base LILACS contemplaram os descritores: “*rural health*” AND “*work*” AND “*rural settements*” e “*saúde da população rural*” AND “*condições sociais*”. Retornando um total de 318 trabalhos. Para a base SCOPUS foi lançada a estratégia de busca “*rural health*” AND “*work*” AND “*rural settements*”, retornando 18 trabalhos, porém nenhum de interesse para a presente pesquisa. Na base SCIELO foram lançados diversos descritores relacionados à saúde no campo (incluindo aqueles mencionados anteriormente) e outras palavras e expressões como: “Movimento dos Sem Terra”; “Acampamento Rural”; “Sindicatos Rurais”.

Alguns endereços eletrônicos que poderiam apresentar publicações de interesse também foram consultados, tais como documentos do Ministério da Saúde ([www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)), Ministério do Desenvolvimento Agrário ([www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ([www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)) e do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ([www.ufrrj.br/cpda](http://www.ufrrj.br/cpda)). Foram acrescentadas algumas teses e dissertações identificadas e selecionadas a partir de citações na bibliografia consultada.

Com base na revisão, observou-se grande variedade de objetos de estudo e de abordagens investigativas. Apesar disto, a partir das produções na área da saúde, foi possível identificar predominância de estudos sobre concepções de saúde-doença e também levantamentos epidemiológicos de doenças infectoparasitárias na população sem-terra. Nas teses e dissertações, principalmente, encontrei estudos mais abrangentes que tratam de condições de vida ou de saúde nos assentamentos, com informações a respeito da saúde, trabalho, moradia, e alimentação. Também foram incluídos trabalhos com abordagens etnográficas e sociológicas de modo a complementar o olhar sobre a saúde dessa população. Para facilitar a sistematização, análise e apresentação das informações, a bibliografia a respeito de saúde nos assentamentos e acampamentos foi dividida em três tópicos: Concepções de saúde-doença e práticas de saúde nos assentamentos; Doenças infectocontagiosas e nutricionais; Trabalho e saúde.

## 1.1 A SAÚDE DA POPULAÇÃO DO CAMPO

De acordo com a definição da Portaria nº 2607 <sup>10</sup> do Ministério da Saúde, de 10 de dezembro de 2004, que aprova o Plano Nacional de Saúde, a população do campo é definida compreendendo agricultores, trabalhadores rurais assalariados e em regime de trabalho temporário, trabalhadores rurais assentados e acampados, populações ribeirinhas e que moram em reservas extrativistas, populações atingidas por barragens, comunidades remanescentes de quilombos e trabalhadores que residem na periferia das cidades e trabalham no campo.

O termo *assentamento* surgiu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico, no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, difundindo-se para vários outros países <sup>11</sup>. O assentamento pode ser definido de forma genérica como:

a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária <sup>11</sup> (p.07).

Para não limitar o assentamento a uma definição jurídica ou econômica, Neves <sup>12</sup> ressalta a dinamicidade dos assentamentos, sua complexidade social e política como processo constitutivo, também presente nos acampamentos:

o assentamento constitui uma unidade social local de construção de identidades de pertencimento, a partir da vivência de experiências comuns. Sua especificidade decorre do fato de que, neste espaço, se objetivam rupturas nas posições sociais e, por consequência, nas relações de poder e na visão de mundo, cujos desdobramentos são de diversas ordens. A organização social revela a constituição ou a reconstituição de posições sociais mediante jogo de forças em que se destacam as demandas e as pressões dos que se desejam beneficiários da propriedade da terra. Expressa ainda efeitos que tal aquisição assegura, benefício cuja possibilidade depende de intervenções imediatas ou anunciadas por uma autoridade estatal, de rede de relações onde interagem seus demandantes, opositores, apoiadores e mediadores (s/p)

É importante frisar que enquanto no assentamento os ocupantes detêm legalmente a propriedade da terra, o mesmo não ocorre no acampamento. Esse aspecto jurídico é fundamental para diferenciar os dois termos. No processo de constituição dos assentamentos,

inicialmente as pessoas se organizam e formam o acampamento na margem das rodovias ou outras localidades até se deslocarem para a ocupação de algum latifúndio, que funciona como instrumento de pressão sobre o poder público a fim de obter a desapropriação do imóvel de modo que os trabalhadores conquistem a posse da terra, passando ao que se denomina assentamento. Entre a ocupação e a desapropriação do imóvel, muitos acampamentos sofrem ação de despejo e precisam se deslocar para outras áreas, montando acampamento e resistindo às dificuldades de toda ordem. Apesar das condições-limite deste período, as emoções e experiências vivenciadas marcam a memória coletiva do grupo e reforçam o sentimento de coletividade e de identidade.

Encontramos no dicionário Houaiss <sup>13</sup> a seguinte definição para o termo “ocupação”:

*sf (lat occupatione) 1* Ato ou efeito de ocupar, ou de se apoderar de qualquer coisa. *2 Dir* Posse de uma coisa com direito ou sem ele. *3 Mil* Ato de ocupar temporariamente uma praça, um forte ou um país e de se estabelecer nele quer em virtude das leis da guerra, quer por decisão de certos congressos, tratados etc. *4* Emprego, modo de vida, ofício, profissão, serviço, trabalho. *5* Afazeres, negócios. *Antôn* (acepções 1 e 3): *abandono*; (acepção 4): *ociosidade*.

Nesse caso, atenta-se para o aspecto temporário do termo ocupação. De fato, essa é a compreensão que se tem de uma ocupação rural, todavia a maioria dos acampamentos permanece por longos períodos, por vezes chegando a 10 anos de espera pela superação dessa etapa. Além disso, cabe destacar o quanto esta ação de ocupar foi apropriada pelo MST como tática de luta pela reforma agrária, conforme apontam os estudos de Fernandes <sup>14</sup>. Para o referido autor, as ocupações de terra foram um instrumento de luta e de organização dos camponeses em torno do ideal de conquista da terra, sendo um aspecto importante da formação e caracterização do MST.

Apesar da importância dos assentamentos e acampamentos rurais na disputa pela terra e seu importante papel para a consolidação de uma reforma agrária efetiva, os estudos de saúde que contemplam essa população são poucos e quase sempre pontuais. A presente revisão corrobora a afirmação de Gaia <sup>15</sup>, quando destaca que se não há muitos estudos da população assentada, menos ainda existe sobre a população de acampamentos. Para a autora, isso se deve ao fato de que tal população não é considerada beneficiária dos Programas de Reforma Agrária do Governo Federal e é encarada nos municípios como população flutuante, dificultando seu acesso também aos serviços de saúde.

Mesmo com a identificação de algumas melhorias de vida que o assentamento proporciona, em contraste com os acampamentos, isto não significa que os problemas de saúde, moradia e trabalho estejam superados. A morosidade dos programas governamentais, a descapitalização dos trabalhadores e subordinação aos mercados quase sempre reduzem suas possibilidades de ganho e intensificam a espoliação do trabalho, contribuindo para as condições precárias de vida e saúde que permanecem nos locais de reforma agrária.

Giuliani & Castro <sup>16</sup> observaram que os assentados que chegam com algum recurso, passado algum tempo, tendem a se mostrar insatisfeitos com a reforma agrária, situação que em muitos casos pode ser entendida pelo abandono do assentamento por parte do poder público. Conforme relatam os autores,

A diferenciação na entrada marca também o grau de aceitação da situação: quem chega com certos meios, depois de alguns anos tende a se dizer insatisfeito e com suas esperanças iniciais frustradas; os que se assentaram sem nenhum meio, se demonstram mais satisfeitos e com a sensação de ter realizado algo (s/p)

Carneiro <sup>17</sup> observou a vulnerabilidade da situação de acampamento devido ao grau de provisoriedade e tensões vividas por essas famílias que por causa da morosidade dos processos de desapropriação mantêm-se acampadas por vários anos e expostas a graves riscos de saúde. E ressalta o maior déficit nutricional à medida que diminui a posse da terra; o perfil de saúde mais precário em populações rurais se comparadas com urbanas; as limitações de acesso e qualidade de serviços de saúde e a situação precária de saneamento ambiental no campo.

Esteves <sup>18</sup> observou que para as famílias sem-terra algumas limitações ainda precisam ser superadas para o reconhecimento da saúde como direito de todos os cidadãos. Em estudo realizado num acampamento do MST no Rio de Janeiro, a referida autora afirma que entre as famílias “*a universalização, a equidade e a integralidade, que regem o atual sistema de saúde parecem utopias longe da concretização*” (p. 73). Diante desta situação a população assentada acaba lançando mão de algumas estratégias que visam garantir condições mínimas de saúde, tentando resolver seus problemas da melhor forma possível através de outras práticas de saúde complementares às oficiais.

Sem dúvida, podemos afirmar que geralmente o acesso aos serviços e programas de saúde é mais difícil para a população que vive nas áreas rurais. Kassouf <sup>19</sup> constatou menor qualidade da saúde no campo em relação à cidade. A referida autora afirma que a população

rural tem piores condições de acesso aos serviços de atendimento à saúde se comparadas às da população urbana, sendo diarreias, vômitos e dores nos membros os problemas de saúde mais referidos pela população rural. Com relação aos problemas de atendimento de saúde no meio rural foram apontadas dificuldades de acesso e baixa qualidade do serviço. Outros resultados encontrados foram maior procura aos serviços de saúde para prevenção ou exames de rotina pela população urbana, enquanto que no meio rural o foram casos de doença.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio – PNAD, conforme apontado no relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada<sup>20</sup>, a situação de saúde no campo se confirma pior que nas cidades em relação às condições de moradia, acesso à água e saneamento. Na área rural, um terço dos domicílios (33,09%) não possui água encanada, enquanto na cidade essa situação se reduz a 3%. A população do campo conta com 80% das casas com ao menos um banheiro ou sanitário, sendo que nas cidades esse valor atinge quase cem por cento. A discrepância se acentua em relação à forma de escoamento do esgoto: na cidade 60% das residências têm acesso à rede coletora de esgoto ou pluvial enquanto no campo esse valor cai para 7,4%, sendo que 60% utilizam fossa rudimentar. O lixo (resíduo sólido) é eliminado por meio de coleta direta ou indireta na quase totalidade das residências (98,10%) das cidades, enquanto essa via corresponde a 30,17% da destinação nas áreas rurais, onde predominam o enterramento ou queima do lixo (58,25%). Isto sugere a falta ou ineficiência de sistemas de coleta de lixo na zona rural, bem como o pouco aproveitamento do seu potencial reciclável.

A “Pesquisa sobre a qualidade de vida, produção e renda dos Assentamentos da reforma agrária” coordenada e executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra<sup>21</sup> produziu informações atuais que contribuem para caracterizar e conhecer o que pensam os assentados sobre suas condições de vida<sup>3</sup>. Os resultados do estudo demonstram que 53% da população é do sexo masculino e 47% do sexo feminino, o tamanho médio das famílias gira em torno de 4 pessoas, sendo majoritariamente jovens (mais de 44% com menos de 20 anos). 79% das famílias informaram ter acesso a água suficiente para atender as demandas do consumo doméstico. Quanto às condições de saneamento básico, 76% utilizam fossa (predominando a fossa simples ou rudimentar em 34,3% das casas), 1,14% tem acesso à rede de esgoto e 22,75% utilizam outras formas de escoamento do esgoto. A maioria dos

---

<sup>3</sup> A pesquisa abrangeu todos os 1.164 assentamentos (correspondendo a 804.867 famílias) criados entre 1985 e 2008 em todo o Brasil e foi conduzida em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os dados estão disponíveis no sítio eletrônico do Incra.

entrevistados manifestou descontentamento com as condições das estradas e vias de acesso aos lotes (57%) e acesso aos hospitais e postos de saúde (56%). A atuação da Estratégia Saúde da Família e Agentes de Saúde teve 45% de avaliação positiva. Por outro lado, quando perguntados como estava a situação atual em comparação com a anterior ao assentamento, disseram estar melhor ou muito melhor quanto à moradia (73,5%), alimentação (65,86%), educação (63,29%), renda (63,9%) e saúde (47,28%), demonstrando uma percepção geral de melhoria das condições de vida <sup>21</sup>.

### 1.1.1 Concepções de saúde-doença e práticas de saúde nos assentamentos

É significativo o número de estudos sobre usos de plantas medicinais, práticas complementares de saúde e concepções de saúde-doença nos assentamentos e acampamentos. Muitos destes estudos foram realizados em áreas ligadas ao MST, pois este incentiva outro modelo de atenção à saúde que não o biomédico-hospitalocêntrico. Alguns destes trabalhos apontam particularidades das concepções de saúde-doença-cuidado entre as populações do MST que devem ser conhecidas.

Nesses assentamentos, procura-se difundir uma prática de saúde ampla e formas de tratamento baseados na medicina popular, como o uso de plantas medicinais. Ainda assim, existe heterogeneidade nesse processo, com visões diferentes e conflitos de interesses. Soares <sup>22</sup> ressalta que a implantação dos serviços de saúde institucionais (governamentais, universitários, ONGs etc) que procuram desenvolver a universalização de suas ações, como geralmente ocorre no caso do atendimento de saúde pelo SUS, tende a incorrer no equívoco de utilizar um padrão universal-individualista (racionalidade biomédica) da saúde, sem considerar a cultura, os costumes e os significados que os sujeitos atribuem ao processo saúde-doença. O mais adequado seria ouvir e construir conjuntamente com a população a implantação de políticas de saúde para torná-las mais efetivas.

Os estudos de Gaia <sup>15</sup> e Cimpleris <sup>23</sup>, realizados em Minas Gerais, respectivamente em um acampamento e em um assentamento ligados ao MST, demonstram que a inserção no Movimento influencia a postura e a escolha de determinadas opções terapêuticas da medicina popular e o enfrentamento dos problemas de saúde.

Carneiro <sup>17</sup> observou que as famílias entrevistadas num assentamento e num acampamento rural em Unaí, MG, organizados pelo MST, afirmaram que a participação no Movimento melhorou sua saúde e aumentou a confiança na possibilidade de maiores

conquistas, o que estaria relacionado à organização e atuação política das famílias.

Ao realizar uma pesquisa de resgate e uso de plantas medicinais no Assentamento *Ho Chi Minh* – Nova União (MG) –, Cimbliris<sup>23</sup> verificou que os assentados, mesmo tendo pouco conhecimento sobre as plantas medicinais, reconhecem seu valor e que o Movimento se esforça em resgatar essas práticas de saúde populares. De acordo com essa autora, os entrevistados apontaram melhorias na saúde devido a maior valorização do autocuidado.

### 1.1.2 Doenças infectocontagiosas e nutricionais

O I Censo da Reforma Agrária, realizado em meados de 1990, conforme apresentado por Soares<sup>22</sup>, demonstrou a precariedade dos sistemas de captação de água nos assentamentos, a desigualdade regional em relação à fonte de energia usada, prevalecendo a eletricidade no Sul e Sudeste e óleo diesel ou querosene nas outras regiões, e fragilidade das moradias de alvenaria, madeira e lona, além da falta ou inadequação de saneamento básico. As doenças mais comuns foram as infectocontagiosas (gripe, verminoses e diarreias, em ordem decrescente). Os assentados avaliaram a saúde como ruim, sendo a dificuldade de acesso aos hospitais a maior carência apontada.

Carneiro<sup>17</sup> estudou as populações residentes de um assentamento, de um acampamento e de boias-frias de um bairro da periferia de Unaí, MG, onde identificou distinções entre as condições de saúde das populações estudadas. Em termos gerais, os assentados e acampados apresentaram segurança alimentar respectivamente quatro e duas vezes maior que os boias-frias, enquanto estes tiveram melhor acesso aos serviços de saúde, telefonia, transporte público e água encanada. A falta de saneamento, dificuldades de acesso e má qualidade dos serviços de atenção à saúde foram os grandes desafios identificados pelo autor e que precisam ser superados para melhorar a saúde nos assentamentos e acampamentos. Os principais problemas de saúde relatados pelos assentados e acampados foram dor de cabeça, “nervos”, esforço físico intenso, diarreias e picadas de insetos.

Observou-se que muitos estudos de saúde em assentamentos são de caráter epidemiológico, sobre saúde nutricional das crianças e ocorrência de doenças parasitárias. Estes estudos apontam para as consequências das condições precárias de vida dessa população, ressaltando as consequências da falta de saneamento, água tratada e alimentação adequada. Nessa linha, Castro<sup>24</sup> avaliou a saúde nutricional de crianças de 0 a 60 meses de um assentamento no Vale do Rio Doce, MG, identificando 7,6% das crianças com déficit no

índice peso/idade e 47,5% com baixa concentração de hemoglobina. Das 51 crianças que fizeram o exame parasitológico, 96,1% estavam infestadas e 34% estavam com a vacinação atrasada. A mediana de tempo de aleitamento materno exclusivo foi de 30 dias e observou-se inadequada frequência de consumo de alimentos-fonte de ferro. A falta de saneamento foi um importante fator que contribuiu para os resultados encontrados sobre a carga parasitária. As doenças mais relatadas no último mês anterior à coleta dos dados foram as respiratórias, diarreias e desidratação. A vacinação estava em atraso, o que sugere o acesso inadequado ou a baixa qualidade dos serviços de saúde.

Ferreira e colaboradores <sup>25</sup> realizaram estudo epidemiológico para verificar a infestação parasitária em crianças de 7 a 14 anos num assentamento em Campo Florido, MG. Encontraram prevalência de 59,7% de infestação parasitária. Os autores atribuíram o resultado à precariedade das condições de saneamento e acesso a água para consumo doméstico.

Outro estudo sobre a saúde nutricional em crianças de um assentamento em Alagoas encontrou déficits nutricionais e de saúde maiores que os de referência para a zona rural do estado <sup>26</sup>. Souza e colaboradores <sup>27</sup> levantaram a prevalência e a distribuição espacial de parasitoses em um assentamento agrícola na Amazônia rural, Granada – AC, encontrando diagnóstico positivo para parasitoses em 53,4% da população estudada.

Conforme foi apresentado, muitos trabalhos <sup>17,22,24,25,26,27</sup> apontam a falta de saneamento como um sério problema de saúde nos assentamentos, contribuindo para os altos índices de doenças parasitárias.

### 1.1.3 Identidade, Trabalho e Saúde

Nos estudos revisados, o trabalho geralmente aparece como variável epidemiológica isolada, relacionada a um determinado processo produtivo ou às condições de trabalho. Nesses estudos, o trabalho pode favorecer ou estar associado a uma boa condição de saúde ou o contrário, demonstrando a complexidade da relação entre o trabalho e a saúde.

Considero que para compreender o processo saúde-doença dos assentados/acampados não podemos deixar de lado os processos de trabalho deste grupo social, visto que essas relações constituem não apenas as atividades produtivas, mas um modo de vida próprio que se relaciona com o núcleo familiar, o ambiente e com outros assentados. Assim, o trabalho enquanto forma de organização da vida no campo mistura-se

com a própria dimensão da vida em geral, o ambiente de produção (trabalho) é também o de reprodução da vida, principalmente quando se trata de atividades plenamente agropecuárias. O trabalho vai além de uma atividade produtiva isolada, com tempos bem definidos, afirmando-se fortemente sua dimensão identitária na vida do trabalhador.

Como o trabalho ocupa parte significativa da vida e das relações sociais dos sujeitos, não podemos negar sua importância na construção das identidades. Coutinho, Krawulski & Soares<sup>28</sup> consideram que o mais adequado é falar em processo de identificação do sujeito, visto que não há uma identidade definitiva. Portanto, o sujeito está exposto às transformações que ocorrem em sua vida e no que lhe confere a identidade própria, sendo o trabalho um dos importantes fatores dessa construção. As configurações de flexibilidade, temporalidade, precariedade e informalidade, assumidas pelo trabalho no capitalismo contemporâneo, produzem alterações no modo de ser dos trabalhadores repercutindo na construção de sua identidade. Quando há processos de ruptura, mudança brusca ou desemprego, estas situações promovem um desarranjo na identificação do sujeito e criam situações em que é necessário configurar novas identidades. Com a reestruturação produtiva, o surgimento de novas organizações gerenciais e de novos postos de trabalho, estas mudanças tornaram-se mais intensas. Os autores ressaltam dois pontos importantes para entender essa relação entre trabalho e identidade: o primeiro é que o trabalho age diretamente na construção desta identidade; o segundo é que há um processo de reconstrução identitária na medida em que o sujeito sofre as mudanças. Daí a relevância de se pensar em identificações em curso.

No entanto, no cenário da contemporaneidade esta construção se dá de forma diferente do que acontecia no século passado, quando as relações de trabalho caracterizavam-se pela fidelidade, permanência no emprego e continuidade na atividade profissional e/ou empresa escolhida. (...) Dito de outro modo, o sujeito continua procurando organizar suas experiências cotidianas em um conjunto relativamente estável, que pode ser percebido como o seu eu. É a continuidade da busca pela construção de uma biografia que tenha e faça sentido, para o próprio sujeito e para o mundo em seu entorno<sup>28</sup>(p.35).

Podemos também pensar que esse processo de identificação a partir das transformações do trabalho não ocorre sem desequilíbrios para o sujeito. Observamos, por exemplo, o sofrimento e problemas de saúde manifestados pelos trabalhadores diante da insegurança quanto ao futuro profissional e melhores condições de vida. Se por um lado

umentam a descontinuidade e a flexibilidade como dimensões constitutivas do mundo do trabalho, por outro, torna-se cada vez mais difícil sentir-se bem e identificar-se com ele.

Segabinazzi <sup>29</sup> discute sobre a relação entre trabalho e identidade no contexto da sociedade capitalista. Para isto aborda temas como a divisão do trabalho e a alienação decorrente deste processo; a articulação entre identidade e trabalho e como este último atua na constituição do *eu*. Para a autora, identidade é a expressão da subjetividade e refere-se a tudo aquilo que é vivenciado e identificado como *eu*. É, portanto, um processo em construção que tem como um dos seus fatores determinantes as relações sociais que o sujeito estabelece, devendo ser reconhecido historicamente.

Ressalta ainda que nas sociedades capitalistas industriais a homogeneização do processo de produção conduziu também à homogeneização do trabalhador na medida em que não há mais diferenciação de quem produz e, desse modo, o trabalhador não se reconhece no produto realizado. Isto surge a partir do momento em que o processo de produção deixa de resultar no produto que carrega em si uma particularidade em relação ao trabalhador que o produziu e passa à criação de produtos que se igualam pelo preço enquanto destinados ao mercado (ainda que permaneça o valor de uso, tem-se o valor de troca como definidor da produção). Se a identidade é construção de tudo que se vivencia e se identifica como *eu* ao mesmo tempo em que se nega o outro, na produção capitalista industrial, o outro passa a ser o concorrente e não mais alguém em particular que realiza um trabalho sobre o qual agrega sua identidade <sup>29</sup>. Reduz-se, desse modo, o trabalho como criador de alteridade e identidade a partir da relação com o resultado do trabalho. Sem que isso inviabilize outras formas de identificação no trabalho e com o trabalho – por exemplo, as que se constituem nas relações sociais entre os trabalhadores – certamente deve-se considerar a alienação entre o produto e o produtor como um aspecto de não-identidade.

Nicollela <sup>30</sup> realizou pesquisa epidemiológica de caráter descritivo, utilizando dados secundários da PNAD, em que procurou avaliar o impacto do trabalho na saúde de crianças no meio rural e urbano. A autora concluiu que estar envolvido em trabalho rural não impactou negativamente na saúde das crianças, enquanto que estar envolvido em trabalho urbano impactou negativamente na saúde das crianças. Residir na região sudeste representou fator positivo para a saúde das crianças em relação às outras regiões. Não houve diferença para o *status* de saúde das crianças que trabalhavam no setor agrícola, estando em trabalho de risco ou não. O estudo sugere que as condições de trabalho de crianças no meio urbano tendem a afetar mais a saúde que as condições de trabalho infantil no meio rural.

Por meio de uma abordagem etnográfica, Luca <sup>31</sup> analisou as construções da identidade de trabalhadores rurais de um assentamento formado principalmente por pessoas das periferias das cidades. Um dos motivos de busca pelo processo de reforma agrária foi a precariedade do trabalho nos centros urbanos, principalmente situações de desemprego e subemprego. Os que vieram da cidade, principalmente os jovens, buscavam um trabalho que lhes permitisse uma perspectiva de segurança no futuro. Já os idosos remontam um desejo de voltar para a terra com a qual se identificam como agricultores.

Por meio de entrevistas realizadas num assentamento rural ligado ao MST, em Campinas – SP, Silveira <sup>32</sup> observou que fazer parte do MST e trabalhar no assentamento contribuiu para melhorar a saúde, pois o trabalhador “não tem mais que dar satisfação pelo que é feito” (p.65). As mulheres mostraram-se satisfeitas com o maior espaço em torno da casa e a segurança no assentamento que permitem maior liberdade às crianças para brincar, facilitando o trabalho de cuidar dos filhos. As relações democráticas, o desenvolvimento político, o processo de alfabetização e o maior controle sobre os processos de trabalho favorecem a autonomia e a subjetividade dos trabalhadores, propiciando maior satisfação e prazer diante das atividades realizadas. Segundo a autora,

O processo de fazer parte do movimento, assim como auxiliar a construí-lo propiciou um significativo empoderamento, tanto referente a subjetividade (auto-estima; identidade; solidariedade) quanto ao aprendizado em termos informacionais (entender o que é a reforma agrária, a origem, características e diretrizes do movimento, entre outros) <sup>32</sup>(p.68).

Brumer <sup>34</sup>, utilizando dados secundários de uma pesquisa da Emater no Rio Grande do Sul, estudou a migração das mulheres do campo para a cidade, identificando que “o não reconhecimento pelo trabalho no campo” era o principal motivo da migração.

O trabalho da mulher no campo, de maneira geral, e nos assentamentos em particular, é caracterizado por tarefas domésticas (cuidado dos filhos, preparo das refeições, limpeza da casa) e agropecuárias (o cultivo de alimentos no entorno da casa, a alimentação dos animais, e o trabalho na produção de alimentos para comercialização). Na pesquisa conduzida por Salvaro <sup>33</sup> num assentamento ligado ao MST em Santa Catarina, a autora apresenta que, para a população estudada, o trabalho correspondia àquelas tarefas cujo produto final era destinado à geração de renda ou alimentação da família, sendo as atividades fontes de renda mais valorizadas que as de produção de alimentos para consumo familiar. Um reflexo disso é que apenas as atividades produtivas eram remuneradas. Cuidado da casa e dos

filhos, cuidados de saúde, representação política, dentre outros, não eram reconhecidos como trabalho. Desta forma, muitas vezes, o trabalho da mulher não era valorizado.

Wedig<sup>101</sup> observou que as atividades domésticas e de preparo dos alimentos tendem a ser responsabilidade das mulheres, no entanto, quando ocorrem atividades festivas ou de maior valorização social, como os churrascos comunitários, a carne (considerada o principal alimento) e seu preparo constituem atribuições masculinas. Além disso, o cultivo para autoconsumo são em geral atribuições femininas e recebem maior cuidado para garantir a “saúde” do alimento (não se aplicam produtos químicos, utiliza-se adubação orgânica) enquanto a produção para comercialização é prioritariamente responsabilidade dos homens e se procura garantir mais a qualidade comercial dos alimentos (homogeneidade, melhor preço, produtividade, integridade) podendo receber produtos químicos como os agrotóxicos. A autora notou que há uma periodização observada pelo conjunto dos camponeses quanto à época do plantio e da colheita. E ressalta que o ano agrícola representa a unidade de tempo dos camponeses que orienta o modo de vida e de trabalho, as atividades comunitárias, bem como os momentos festivos e religiosos. Ocorrem, por exemplo, reuniões comunitárias para festividades religiosas, atividades produtivas (plantio e/ou colheita) e de trabalhos (*carneada*).

Albuquerque e colaboradores<sup>35</sup> realizaram um estudo com base na psicologia social para identificar os aspectos que contribuem ou prejudicam o desenvolvimento dos assentamentos. Segundo os autores, o trabalho no lote emergiu como um aspecto considerado importante para manterem sua condição de assentados e garantir a permanência dos filhos na área. Em outra pesquisa os autores<sup>36</sup> procuraram identificar a percepção dos assentados e funcionários do INCRA sobre a efetividade das políticas de reforma agrária. Os dois grupos avaliaram como positivo o projeto de reforma agrária, mas reclamaram de problemas nas políticas de consolidação do assentamento, limitando o aporte de recursos para o desenvolvimento das atividades produtivas. Os assentados ainda avaliaram positivamente a ação dos técnicos, considerando que há necessidade de mais profissionais para melhores resultados.

O trabalho enquanto atividade produtiva geradora de renda é importante para garantir a satisfação e permanência dos assentados na terra. Quando as atividades agropecuárias não são suficientes, os trabalhadores rurais procuram outras formas de complementar a renda familiar, muitas vezes tendo que se colocar como trabalhadores assalariados em fazendas da região ou em trabalhos nos centros urbanos.

Guedes <sup>37</sup>, utilizando o referencial da epidemiologia social, estudou a produção agropecuária, as condições de vida e a geração de renda no assentamento Liberdade, em Periquito, Minas Gerais. Dentre os achados, as condições de saneamento foram consideradas precárias por falta de destinação adequada dos dejetos e consumo de água não potável; a percepção das famílias quanto à assistência à saúde foi, na maioria das vezes, negativa; e os principais problemas de saúde relatados foram gripes, pneumonia, afecções dermatológicas e alérgicas, dores de cabeça, fraqueza, anemia, reumatismo, diarreias, tosses e problemas vesiculares. Entretanto, de maneira geral, o autor considera que

a produção agropecuária e a geração de renda, possibilitadas pelo processo de acampamento e assentamento, cumprem um papel fundamental na estabilidade e na melhoria das condições de vida das famílias envolvidas (...) o autoconsumo, garantido pela produção agropecuária, é peça fundamental da reprodução da agricultura familiar. Ligada a ele, está a liberdade de escolha dos rumos da produção e da vida em geral, motivo de grande satisfação e garantia de estabilidade familiar. Como mostram os relatos da história de vida e a contraposição feita pelas famílias entre as realidades anterior e posterior ao acampamento, as mudanças positivas em suas condições de vida são substanciais e inegáveis. <sup>37</sup>(p.62).

Ao requisitar às famílias que falassem das condições de vida anteriores e posteriores ao acampamento, todos afirmaram ter melhorado. O autor ressalta a condição de *fartura*, num sentido amplo, que os assentados atribuem a tal mudança e que corresponde à “facilidade e riqueza da alimentação, a liberdade de decisão, a possibilidade de plantar, colher e criar animais, o uso da força de trabalho em benefício próprio e da família; enfim, o controle sobre a própria vida, é o aspecto mais marcante” <sup>37</sup>(p.53). Estas informações sugerem como as relações de trabalho podem influenciar a saúde dos assentados. Nesse caso, o estudo não se preocupava em relacionar a saúde com o trabalho, mas os fatores de satisfação relacionados ao “controle da própria vida”, “uso da força de trabalho em benefício próprio”, “produção de alimentos” que garantem a saúde alimentar estão diretamente relacionados com o trabalho dos assentados.

Conforme foi relatado pelas coordenadoras do setor saúde do MST-RJ, muitas vezes as condições de trabalho são precárias, o que resulta em grande esforço físico e desgaste dos trabalhadores que poderiam ser manifestos pelas dores no corpo e demais queixas de saúde.

Os estudos de Luca <sup>31</sup>, Carneiro <sup>17</sup>, Guedes <sup>37</sup>, Cimblaris <sup>23</sup> e Gaia <sup>15</sup> apontam para a insatisfação e o sofrimento diante das relações de trabalho anteriores ao assentamento com

avaliação de melhorias após a inserção no processo de luta e conquista da terra. Além disso, apresentam indicativos de que alguns dos problemas de saúde identificados estejam relacionados diretamente ao trabalho. São eles: gripes, pneumonia, afecções dermatológicas e alérgicas, desgaste físico, dentre outras.

Para melhor compreender o assentamento em seus aspectos históricos, políticos e sociais, os próximos tópicos tratam do processo de luta pela terra e formação do MST.

## 1.2 BREVE HISTÓRICO DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL E O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO.

Tratar da reforma agrária consiste em retomar um debate histórico acerca da utilização e posse da terra no Brasil. Com uma alta concentração fundiária e conflitos agrários recorrentes na história do país, abordar a reforma agrária é tanto retomar temas antigos quanto falar de algo notavelmente contemporâneo.

Atualmente existem cerca de 5 milhões de estabelecimentos rurais em um total de aproximadamente 365 milhões de hectares de terras, entretanto, apenas 2% das propriedades ocupam 50% do território total <sup>38</sup>.

As desigualdades de posse e uso da terra no país foram legitimadas pelo Império, em 18 de setembro de 1850, com a promulgação da Lei de Terras. Esta lei determinava que somente poderia ser considerado proprietário de terra quem legalizasse sua posse nos cartórios, pagando uma considerável quantia em dinheiro para a Coroa. No entanto, muitos proprietários não registraram suas terras ou o fizeram de forma parcial, mas mantendo o domínio sobre elas – terras que deveriam ser devolvidas ao Império (terras devolutas). Dessa forma, garantiu-se a manutenção do latifúndio ao mesmo tempo em que impediu a índios, escravos e mestiços o acesso a terra. A ação do governo brasileiro, seja no período colonial, Império ou República, foi fundamental para a manutenção da desigualdade no uso e posse da terra <sup>40</sup>.

Diante deste contexto desigual de acesso a terra e de exclusão dos trabalhadores rurais, diversas manifestações populares ocorreram ao longo da história. Não constitui objetivo deste trabalho discorrer sobre as formas de resistência e luta popular pelo direito de trabalhar e viver no campo. No entanto, vale ressaltar o papel das Ligas Camponesas e das formas de resistência durante o período da ditadura militar, pois foram importantes para a formação e consolidação do MST.

Por volta de 1945 as Ligas Camponesas surgiram como forma de mobilização dos trabalhadores rurais (sem terra, arrendatários, posseiros e meeiros) em resistência à expropriação das terras que vinham ocupando ou como luta contra o aumento nas taxas de arrendamento. Este grupo cresceu e teve expressão nacional na década de 1950, principalmente em Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará e Alagoas <sup>11</sup>. Em 1954 se formou em Pernambuco, na Fazenda Engenho da Galiléia, um grupo de resistência contra o aumento do *foro* (taxa) de uso da terra. Esse grupo ficou conhecido como Liga Camponesa

da Galiléia. Além dela, outras ligas se formaram em diversos estados e resistiram a confrontos e massacres até o período da ditadura militar quando foram completamente reprimidas <sup>14</sup>. No decorrer dos anos, até o golpe de 1964, seguiram-se desapropriações de terra e projetos de colonização conduzidos por governos estaduais. A partir de 1961, com a renúncia do presidente Jânio Quadros e a posse do então vice-presidente, João Goulart, a reforma agrária tornou-se pauta nacional apoiada pelo governo federal. Duas semanas após decretar a desapropriação de áreas improdutivas, em 1964, João Goulart foi deposto pelo golpe militar dando fim às medidas populares em andamento <sup>11,40</sup>.

Durante os anos de chumbo houve articulação de outros grupos de luta camponesa. No Rio Grande do Sul foi criado, no final da década de 1950, o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) que organizava camponeses e fazia ocupações em latifúndios. Em outros estados o PCB organizou desde 1954 a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) que não esteve presente somente no Rio Grande do Sul, onde havia o MASTER, e em Pernambuco, onde havia a Liga Camponesa. Em 1961 a ULTAB realizou em Belo Horizonte o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, onde participaram 1400 trabalhadores, sendo 215 delegados das Ligas Camponesas e 50 delegados do MASTER. Desse congresso saiu a proposta de uma reforma agrária radical, “na lei ou na marra”, conforme dizia Francisco Julião, um dos organizadores da Liga Camponesa da Galiléia <sup>14</sup>.

No governo militar (1964 – 1984) foi criado o Estatuto da Terra (Lei 4504, de 30 de novembro de 1964), que definiu a função social da terra, qual seja produzir alimento, mercadoria e trabalho. Dessa forma, as grandes extensões de terras (latifúndios) que não praticassem a função social deveriam ser desapropriadas e destinadas à reforma agrária. Essa lei foi promulgada mediante pressão dos movimentos sociais do campo. Por um lado a lei visava incentivar as grandes propriedades a tornarem-se empresas rurais e produzirem para aumentar as exportações de alimentos. Por outro, estabelecia legalmente os critérios para avançar a reforma agrária. Com a aprovação do Estatuto da Terra foi criado o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), que em 1970 foi transformado no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), desde então responsável por definir as terras destinadas à reforma agrária, fazer a negociação do imóvel, cadastrar as famílias que receberiam os lotes e organizar os créditos e benefícios destinados a este público <sup>23</sup>.

Durante o governo militar as lutas populares pela reforma agrária foram severamente reprimidas. Apesar de o Estado ter conseguido parar essa luta durante os anos iniciais da

ditadura, os assentamentos começaram a tomar forma com a intensificação da abertura democrática a partir dos anos de 1970, principalmente nas áreas de conflito no campo <sup>16</sup>.

Desde então, apesar do assentamento de milhares de famílias, a concentração fundiária praticamente não se modificou, conforme demonstrado pelo Índice de Gini da terra<sup>4</sup>, que em 1992 era 0,826, em 1998 0,838 e em 2003 0,816 <sup>38</sup>. Isto ocorre, em parte, porque muitos dos assentamentos correspondem a processos de colonização e não de reforma agrária. A colonização acontece quando um grupo de trabalhadores é assentado em terras públicas, permanecendo as grandes propriedades inalteradas <sup>40</sup>. Bergamasco & Norder <sup>11</sup> consideram que tal política de colonização revelava uma “tentativa de deslocar a luta pela terra para os locais mais afastados e desabitados do país, sobretudo em áreas de fronteira agrícola, o que, mesmo assim, não evitou a concentração fundiária nem os conflitos pela posse da terra” (p.20). Considerando os dados de assentamentos dos governos pós-militares (José Sarney, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso), os autores admitem que a política de colonização em áreas de desbravamento e fronteira agrícola permaneceu, apesar de algumas diferenças em relação ao número total de famílias assentadas.

Rolf Hackbart <sup>41</sup>, presidente do INCRA entre 2003 e 2010, afirma que a reforma agrária não se trata apenas de um programa de redistribuição fundiária, ainda que isto seja imprescindível para que de fato ela ocorra.

a reforma agrária é um conjunto de medidas que visa promover – mediante a redistribuição da propriedade e do uso da terra acompanhada de políticas públicas (federais, estaduais e municipais) de apoio à produção, comercialização, educação, saúde e habitação – a integração do assentamento no mundo dos direitos e também no processo produtivo nacional. Portanto, reforma agrária não significa somente a redistribuição da posse e uso da terra. A reforma agrária serve para desconcentrar e democratizar a estrutura fundiária, gerar ocupação e renda, diversificar o comércio e os serviços no meio rural, reduzir a migração campo-cidade, interiorizar os serviços públicos básicos, democratizar as estruturas de poder e promover a cidadania e a justiça social. <sup>41</sup>(s/p).

Os assentamentos não são resultado de uma política para o desenvolvimento rural, mas surgem principalmente como resposta aos conflitos no campo. Não há efetivamente uma política pública que garanta a redistribuição das terras e permita aos assentados dispor de

---

<sup>4</sup> O Índice de Gini da terra mede a concentração fundiária a partir de dados do número de estabelecimentos rurais, a área total ocupada por eles em cada região e a população residente. Girardi <sup>38</sup> ressalta ainda que as informações disponíveis para os cálculos e os vieses envolvidos geralmente favorecem a diminuição do valor real da concentração. O índice varia em uma escala de 0 (concentração mínima) a 1 (concentração máxima).

infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, ferramentas e crédito) que garanta as condições básicas de permanência no campo <sup>11</sup>. Dessa forma, a conquista de condições adequadas de moradia, assistência técnica, crédito para produção, saúde e trabalho, entre outras, ficam dependentes da luta dos movimentos sociais.

Os assentamentos são aglomerações sociais que carregam consigo a diversidade cultural dos sujeitos que integram o grupo, cada um trazendo sua conformação e história da organização familiar, da forma de olhar e interpretar o mundo, da impressão cultural de seu grupo de origem, mas espera-se que algo de comum permaneça e seja intensificado com o processo de organização do assentamento. Assim, Giuliani & Castro <sup>16</sup> ressaltam que

um aspecto importante dos assentamentos ao qual nem sempre é dada a devida atenção, talvez por ser considerado óbvio: [é] o fato de que o assentamento é na realidade um processo político, social e cultural que passa necessariamente por diferentes fases, nas quais os diversos elementos e manifestações culturais sofrem mudanças devido à transformação do ambiente, das relações sociais e de vizinhança, das técnicas produtivas. (s/p).

De acordo com os referidos autores, três elementos característicos da formação dos assentamentos no Rio de Janeiro foram observados:

a) “as específicas condições do setor primário fluminense, considerado pouco expressivo e em franca decadência” <sup>16</sup> (s/p), com uma população rural que em 1996 somava 6% dos 14 milhões de cidadãos fluminenses e uma produção primária pouco expressiva dentre os outros setores da economia;

b) “a forte preponderância das cidades, sobretudo da metrópole Rio de Janeiro, sobre a vida social e econômica rural” <sup>16</sup> (s/p). Se na história do país a população urbana cresceu vertiginosamente nas décadas de 1960 e 1970, o Estado do Rio de Janeiro já desde a década de 1950 apresentava uma alta taxa de urbanização, sendo os movimentos sociais urbanos os mais expressivos. Isto se refletiu na formação dos primeiros assentamentos rurais, em 1979, organizados com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que contavam com um limitado número de famílias.

c) “as relações que os movimentos sociais rurais mantiveram com o governo do Estado e suas agências” <sup>16</sup> (s/p). Foi no Governo de Leonel Brizola, em 1982, que o aparato estatal voltou-se para a questão agrária mais intensamente. Nesse período foi criada a Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf), que procurou garantir a implantação e permanência

dos assentamentos rurais locais, suprimindo a falta de um programa federal. Como os assentados mantinham suas relações com o governo a partir de um representante do próprio assentamento, teve como resultado o surgimento das “chefias” e, conseqüentemente, uma forte personalização do movimento. Essa dupla intervenção por parte do Governo Federal (Incra) e do Governo Estadual (Seaf) criou sérios problemas, em alguns casos dificultando a legalização dos assentamentos por serem parte das famílias assentadas por um órgão e o restante pelo outro.

Foi a partir de meados dos anos 1980 quando se rearticularam os movimentos de reivindicação e ocupação de terra, que se formou o primeiro assentamento de porte médio no estado do Rio de Janeiro, resultado de uma ocupação em 1986 com apoio da CPT. Naquele período, o próprio Movimento dos Sem Terra avaliou que o Rio de Janeiro não era prioridade dado o grande peso do setor urbano, o que fazia com que a luta pela terra no estado fosse conduzida por grupos de “sem teto” e não de “sem terras”. Em 1988, ainda sem atuação do MST, surgiu o NAF (Núcleo dos Agricultores Fluminenses), como organização das lutas por terra no Rio de Janeiro. No mesmo ano, as lideranças dos assentamentos se unificaram, principalmente com apoio da CPT, e organizaram a Comissão de Assentados do Rio de Janeiro <sup>16</sup>. O crescimento urbano das cidades em torno da capital conduziu à aproximação destes centros urbanos, onde surgiram os principais conflitos por terra. Os autores supracitados ressaltam que 80% dos assentamentos localizavam-se em torno da região metropolitana e da baixada fluminense. Somente em 1993 foi criada a secretaria estadual do MST, com apoio das lideranças da Comissão de Assentados do Rio de Janeiro. Desde então, a maioria dos assentados nessas regiões fizeram o movimento rural-urbano-rural, ou mesmo não tem histórico de vida no campo, tendo feito o caminho urbano-rural <sup>16</sup>.

### 1.3 MST: FORMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E VALORES

Após uma série de reuniões e ações de ocupação e organização dos trabalhadores rurais no contexto da reabertura democrática, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nos anos 1980. O MST atualmente está presente em 23 estados e no Distrito Federal, organizando mais de 1,5 milhões de pessoas, em mais de 1200 municípios, onde vivem acampadas ou assentadas <sup>1</sup>.

Segundo dados do Incra <sup>42</sup>, em 2003 a população do campo contava com aproximadamente 800 mil famílias assentadas, distribuídas em 6.044 áreas de assentamento.

Além de um contingente 90 mil famílias acampadas. Destas famílias assentadas e acampadas, aproximadamente 60 e 80%, respectivamente, estavam ligadas ao MST, o que corrobora a afirmação de Fernandes <sup>14</sup>, de que o MST é o principal movimento social do campo que organiza a população sem-terra na luta pela reforma agrária no Brasil.

Sua fundação oficial ocorreu em 1984 durante o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel – Paraná. Entretanto, não se pode falar de um momento específico de formação do MST, pois o movimento foi construído ao longo de quatro anos, por meio de ações em diferentes pontos do território nacional. O MST é fruto da luta dos camponeses em permanecer na terra, sendo em parte a continuação das lutas anteriormente descritas. O tempo e o momento fizeram a situação necessária para a organização dos camponeses em torno do movimento <sup>14,43</sup>.

A expropriação, a expulsão das famílias camponesas e a usurpação do território indígena geraram uma das condições que levaram à luta os camponeses que iriam realizar a ocupação de terra, que também inaugurou o processo de formação do MST, na região noroeste rio-grandense <sup>14</sup> (p.50).

Fernandes <sup>14</sup> define dois fatores, um econômico e outro político que foram fundamentais para a formação do MST. O fator econômico está relacionado ao modelo adotado pelo regime militar na década de 1970 que incentivou o desenvolvimento da produção agrícola baseada na grande propriedade, na monocultura e na produção intensiva, o que ocasionou a expulsão de muitos pequenos proprietários e trabalhadores assalariados. Trata-se do modelo conhecido como “modernização conservadora”.

E somos também parte das lutas que nos forjaram no nosso nascimento. Do sindicalismo combativo, da liberdade política e das Diretas-Já em 1984, quando já em nosso primeiro Congresso afirmávamos que “Sem Reforma Agrária não há democracia”. E com este ímpeto, nos empenhamos também na construção da nova constituinte, aprovada em 1988, quando conquistamos, entre outras vitórias, os artigos 184 e 186, que garantem a desapropriação de terras que não cumpram sua função social <sup>1</sup>.

Enquanto o MST se organizava na perspectiva de romper com esse modelo e suas consequências, um grupo politicamente beneficiado por tal modelo também se organiza, institucionalmente, para resistir às possíveis mudanças, constituindo a União Democrática Ruralista (UDR), conforme mencionado por Barcelos <sup>44</sup>.

A entidade teve sua primeira sede regional fundada em 1985, na cidade de Presidente Prudente - SP, e posteriormente no ano 1986, na cidade de Goiânia - GO, em seguida foi fundada a primeira UDR - Nacional, com sede em Brasília - DF. Os proprietários rurais sentiram a necessidade de se mobilizarem para conscientizar o Congresso Nacional a criar uma Legislação que assegurasse os direitos de propriedade. Na época, uma ala política de esquerda radical queria acabar com esse direito com objetivo explícito de se implantar um sistema comunista no Brasil. A reação dos ruralistas foi imediata, decidiram então fundar a União Democrática Ruralista - UDR. Foi a maior mobilização do setor já visto neste país. Com isso, conseguiu-se colocar na Constituição de 1988 a Lei que preserva os direitos de propriedade rural em terras produtivas<sup>45</sup>.

O fator político a que se refere Fernandes está associado ao quadro geral da sociedade brasileira no final dos anos 1970 e de 1980, que foi a luta pela democratização e reabertura política. Ao inserir a luta pela terra nesse âmbito maior de luta pela democratização, o movimento conseguiu juntar apoiadores e se expandir para o restante do país. A luta pela terra era identificada também como forma de resistência ao governo militar ditador e assim conseguia apoio dos mais diversos setores da sociedade, inclusive nas cidades. Além disso, o autor acrescenta a importância da aproximação e do apoio da Comissão Pastoral da Terra que desenvolvia desde a década de 1970 ações sociais junto aos trabalhadores rurais de um modo geral. A CPT transformou-se numa espécie de aglutinador e fomentador da organização camponesa de luta pela terra, organizando eventos e formando militantes<sup>14,43</sup>.

Em 1985 foi realizado o I Congresso Nacional do MST em Curitiba-PR. Estavam reunidos “sem-terras” e apoiadores de todo país, com representantes de 23 estados (RS – SC – PR – SP – MS – RJ – MG – ES – BA – SE – AL – PE – PB – RN – CE – PI – MA – PA – GO – MT – RO – AC e AM). Nesse momento de otimismo em torno da Nova República (definida pela eleição indireta de Tancredo Neves), o MST poderia ter se aglutinado em torno dos partidos políticos e se institucionalizado, mas optou pela autonomia de sua luta, convencido de que a reforma agrária somente se tornaria realidade pela ação das massas populares. Diante disso surgiu a bandeira de luta “Ocupação é a única solução”, reforçando os ideais de que somente por pressão popular a reforma agrária seria conquistada. No ano de 1989 aconteceu o Encontro Nacional do MST, em Sumaré-SP, onde foi definida a palavra de ordem “Ocupar, resistir e produzir”, reafirmando a luta popular de massa como princípio do movimento<sup>14, 43</sup>.

O II Congresso Nacional ocorreu em 1990, após decepção da esquerda com a derrota de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência e a vitória de Fernando Collor de Melo. Nesse

congresso a palavra de ordem “Ocupar, resistir e produzir” permaneceu. O III Congresso Nacional, realizado em 1995, foi marcado pela análise de que para garantir uma reforma agrária popular era necessário fazer a luta também contra o modelo político-econômico neoliberal que estava se consolidando no país. Para tanto era necessário conquistar o apoio da sociedade em geral. Daí a escolha da palavra de ordem “A reforma agrária é uma luta de todos”<sup>14</sup>.

O IV Congresso Nacional aconteceu em Brasília, 2000, e teve como palavra de ordem “Reforma Agrária – por um Brasil sem latifúndio”. Em 2007 foi realizado o V Congresso Nacional do MST, novamente em Brasília, contando com a presença de mais de 15 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais, onde a palavra de ordem foi “Reforma Agrária – por justiça social e soberania popular”. Esta palavra de ordem expressa a visão de reforma agrária do Movimento.

Não é apenas dividir o latifúndio. É também uma questão de justiça social, ou seja, construir uma nova sociedade mais justa e fraterna. É uma forma de colocar os recursos naturais a serviço de todos. E soberania popular é a forma de organizarmos a produção de alimentos e de outros produtos agrícolas, sem depender das empresas transnacionais, para atender em primeiro lugar as necessidades do povo<sup>46</sup> (p.91)

A luta do MST pela reforma agrária evoca seu caráter político e seu projeto de sociedade. Há em sua plataforma uma proposta de desenvolvimento social e econômico para o país, de maneira geral, e para o campo, em particular. Para o MST, a luta unicamente por redistribuição de terras já não é suficiente para conquistar a reforma agrária e desse modo é preciso ampliar o foco do Movimento.

Então o que mudou na natureza da reforma agrária? Mudou muita coisa. Nosso debate em torno dos desafios da reforma agrária, que foi debatido ao longo dos últimos dois anos, revela que agora, para a reforma agrária avançar é necessário, em primeiro lugar, derrotar o modelo econômico neoliberal e o imperialismo. Ou seja, nossos inimigos não são apenas os latifundiários atrasados<sup>46</sup> (p.90).

Atualmente o MST está organizado em torno de três objetivos principais: “lutar pela terra”, “lutar pela reforma agrária” e “lutar por uma sociedade mais justa e fraterna”<sup>1</sup>. Os princípios fundamentais do movimento são:

- Direção coletiva, não havendo um “presidente” do movimento. A própria “base” do movimento – constituída por núcleo de famílias – passa a funcionar como instância de

decisão.

- Divisão de tarefas, o que busca garantir que todos se envolvam na organização do movimento e compartilhem responsabilidades.

- Profissionalismo, visando garantir a qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

- Vinculação com a base, com o intuito de garantir que as decisões tomadas não sejam “de cima para baixo”, e estejam articuladas à realidade dos assentamentos e acampamentos.

- Disciplina: responsabilidade com os princípios do movimento, envolvimento e cumprimento de tarefas.

- Planejamento: devem fazer parte as análises e estudos sobre os problemas enfrentados pelo movimento a fim de subsidiar medidas para enfrentá-los, estabelecendo diferentes metas.

- Estudo: necessidade constante para qualificar os debates dentro do movimento e as pautas de luta nos diversos setores organizativos.

- Crítica e auto-crítica: estimuladas com o objetivo de avaliar constantemente as ações individuais e coletivas dentro do movimento.

No MST a direção é coletiva e centralizada. Todos que ocupam algum cargo são considerados dirigentes. A menor unidade política no assentamento ou acampamento, onde todos se inserem, é o *núcleo de famílias*, que permite funcionar todas as outras instâncias de articulação. Cada núcleo possui dois coordenadores sendo estes preferencialmente um homem e uma mulher. A união dos coordenadores de cada núcleo e dos coordenadores de setores (frente de massas; produção cooperação e meio ambiente; saúde; educação; formação; gênero; comunicação; cultura) e dos representantes de equipes (disciplina; direitos humanos; finanças – as equipes podem variar de acordo com a demanda de cada assentamento ou acampamento) compõem a coordenação da área. O segundo nível de organização dos assentamentos / acampamentos é a *brigada*. Cada estado comporta um determinado número de brigadas que variam de acordo com o número de famílias assentadas/acampadas e a localização geográfica no estado. Em média, a brigada representa 500 famílias. As coordenações do movimento também se organizam em níveis estadual e nacional<sup>23</sup>.

A *organicidade* é a denominação para as características próprias de organização e hierarquia do MST. Ademar Bogo, também integrante do Movimento, define assim a organicidade:

(...) é a relação que deve ter uma área de atuação do movimento de massas com todas as outras, isto porque um movimento social, nos moldes do MST, é muito complexo e sua construção atinge várias dimensões da vida humana. O movimento que embora mobilize, articule e agite as massas não poderá sobreviver se estiver estruturado sobre a espontaneidade das mobilizações. Deverá criar e desenvolver uma estrutura própria que esteja voltada para suas necessidades, aglutinando em torno de tarefas específicas, todos os esforços empreendidos pelas mobilizações, que não conseguem manter-se por muito tempo <sup>47</sup> (p.131).

### REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo são abordados os conceitos centrais e a teoria (referencial teórico-metodológico) que constituem a fundamentação conceitual e analítica deste estudo. O primeiro item do capítulo situa as transformações recentes na organização e gestão do trabalho (reestruturação produtiva) e suas implicações na vida dos trabalhadores. No segundo item do capítulo será apresentado o referencial teórico-metodológico proposto pela Ergologia de Yves Schwartz, que orienta a análise dos dados produzidos e a interpretação dos resultados para compreensão da relação saúde-trabalho-ambiente no assentamento estudado.

#### 2.1 O TRABALHO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A sociedade capitalista passou por significativas transformações que provocaram mudanças no mundo do trabalho, principalmente a partir do século 20. Isto não significa abandonar os temas clássicos desenvolvidos por Marx ainda no século 19 e que continuam em sua maior parte fundamentais para compreender as contradições da relação trabalho-capital. Trata-se, antes de tudo, de reconhecer que a realidade se constrói na dialética entre as contradições do presente/passado e o devir histórico que procura superá-las. Portanto, é primordial compreender as transformações na forma e/ou no conteúdo do trabalho na sociedade capitalista para interpretar a realidade complexa deste novo século.

Em meados do século 19 a sociedade do trabalho poderia ser facilmente dividida em duas classes antagônicas, muito bem definidas, ao menos nas cidades. A burguesia, composta pelos proprietários dos meios de produção, e o proletariado, formado quase exclusivamente por operários industriais, detentores unicamente de sua própria força de trabalho. Hoje percebemos mudanças importantes na composição da classe trabalhadora devido a sua fragmentação, complexificação e heterogeneidade. O mundo do trabalho deixou de ser majoritariamente industrial, ganhando espaço no setor de serviços. As mulheres aumentaram e diversificaram sua participação no mercado de trabalho. As estruturas de contrato foram fragilizadas criando-se novos vínculos ou mesmo aumentando a ausência de vínculos

empregatícios. No decorrer do século 20, principalmente a partir da década de 80, cresceu o número de trabalhadores em tempo parcial, o chamado desemprego estrutural. Os modelos de organização e gestão do trabalho mudaram consideravelmente nessa nova configuração do capitalismo contemporâneo, mas de modo geral perpetuam, estruturalmente, a contradição entre os interesses do capital e dos trabalhadores. Nesse amplo leque de diversificação, o que encontramos em comum é a permanência de uma *classe que vive do trabalho* <sup>48</sup>.

No primeiro tópico deste capítulo destacarei a contradição entre a autonomia (liberdade) e o controle (domínio) do trabalhador discorrendo brevemente sobre as diferenças entre auto e heterogestão do trabalho – conceitos que serão importantes tanto para a compreensão da organização da produção conforme orienta o MST, quanto para dar sentido à relação que os assentados estabeleceram com a saúde e o trabalho, visto que a autogestão é representativa do trabalho no assentamento estudado e se vincula fortemente à saúde.

Para melhor ilustrar o sentido desses conceitos tratarei das formas de heterogestão e organização do trabalho no capitalismo, em particular, abordando os modelos *taylorista-fordista* e *toyotista*. O tópico subsequente irá situar a questão da reestruturação produtiva no campo.

### 2.1.1 Autogestão e autonomia

Cattani & Holzmann <sup>49</sup> apresentam duas concepções sobre a autogestão, uma em sentido restrito e outra em sentido amplo. No primeiro caso, está associada ao gerenciamento do processo de trabalho em nível local, onde as decisões e escolhas acerca do processo de trabalho estão a cargo dos trabalhadores. Ocorre, por exemplo, quando os trabalhadores têm o controle sobre as decisões políticas, geralmente tomadas por um colegiado de representantes, que intervém no processo produtivo.

Na concepção ampliada, a autogestão refere-se a uma ordem social onde as decisões sobre os processos produtivos (a macro gestão da produção) ocorrem democraticamente em nível global. Portanto, a autogestão seria a referência a outra ordem política revolucionária, como foi desenvolvido em obras clássicas que questionam o modo de produção capitalista, incluindo os pensadores anarquistas (em que Bakunin é o mais expressivo), socialistas utópicos (entre os quais se destacam Robert Owen e Charles Fourier) e representantes do socialismo científico como Rosa Luxemburgo e o próprio Marx <sup>49</sup>. Há, portanto, nas duas concepções um aspecto político que remete à gestão coletiva do processo de trabalho e/ou de produção. Os autores ressaltam que

A literatura acadêmica e os documentos produzidos pelos trabalhadores e associações de classe destacam a atualidade da expressão *autogestão*, em geral correlacionada às estratégias de sobrevivências das organizações dos trabalhadores em um contexto da reestruturação econômica e do desemprego alarmante. Apesar da grande disseminação do termo, as controvérsias sobre a efetiva realização do que ele propõe referem-se ao embate político e ideológico acerca dos paradoxos, contradições e limites de uma experiência organizativa “socialista” e democrática inserida no modo de produção capitalista, especificamente na sua fase atual, neoliberal, que restringe os espaços de práticas libertárias e autônomas, coletivistas, e a democratização das relações de trabalho <sup>49</sup> (p.40).

A heterogestão, por sua vez, opõe-se ao que é central na concepção de autogestão, isto é, ao controle do trabalhador (seja em coletivo ou individualmente) sobre o processo de trabalho. Desse modo, a heterogestão restringe de alguma maneira a autonomia do trabalhador na efetivação de seu trabalho, seja pelo controle direto que ocorre sobre a realização do trabalho (vigilância) ou pelo controle indireto a partir das prescrições mais ou menos rígidas sobre o modo de produzir.

Individualmente, todo trabalhador tem determinado nível de autonomia na realização do trabalho inclusive nos processos heterogestionários. Todavia, a autonomia não se restringe ao nível individual e pode ser compreendida também na organização coletiva, como ocorre nos casos da produção sob o referencial da economia solidária, aproximando-se da concepção de autogestão. Assim, a “autonomia remete a uma vasta gama de valores e experiências sociais que têm como centro o princípio da livre determinação do indivíduo, de um grau específico ou de um conjunto político maior” <sup>49</sup> (p.43).

A autonomia no trabalho aparece então como a capacidade de produzir as próprias escolhas, em quaisquer circunstâncias da vida e não somente limitadas ao trabalho, apesar de ser esse o nosso foco de análise. Em relação ao trabalho,

A referência à autonomia (...) também aparece na Sociologia das Organizações, na Sociologia Industrial e nas teorias da administração de recursos humanos como forma de destacar a possível capacidade de o indivíduo definir estratégias próprias no seio da empresa. Nesse caso, trata-se de uma utilização equivocada e empobrecida do conceito na medida em que destaca os pequenos espaços de autodeterminação e de intervenção no processo de trabalho, colocando-os enganosamente em pé de igualdade com o poder empresarial de controle e de definição do conteúdo e do destino da produção social <sup>49</sup> (p.44).

Destarte, podemos avançar para compreender como a gestão ocorre nas formas de organização capitalistas. Trabalharemos com o conceito de heterogestão, no sentido oposto

ao conceito restrito de autogestão, isto é, como sendo a gestão separada ou coordenada pelo núcleo capitalista (empresarial) para organizar o processo de trabalho (a forma de organização dos trabalhadores).

### 2.1.2 Heterogestão na racionalidade capitalista contemporânea

A máxima da heterogestão possivelmente está na organização *taylorista* do trabalho<sup>5</sup>. Nesse caso, o controle exercido sobre o trabalhador se expressa a partir do controle da gerência sobre as atividades de trabalho. Essa racionalidade se apropriou da heterogestão ao apostar em uma concepção de trabalho que distingue o agir do pensar, que procura separar esses dois momentos que compõem qualquer atividade humana.

Limitar o trabalho ao exercício simples da menor tarefa possível, de modo a determinar a cadência e a capacidade produtiva máxima de cada trabalhador, selecionando o mais apto a cada posto devido a suas potencialidades físicas – primeiramente – e subjetivas. Essa foi a compreensão que Taylor desenvolveu sobre o trabalho e que revolucionou o processo de produção e acumulação capitalista a partir da intensificação da exploração do trabalhador tanto em termos de maior extração de mais-valia, quanto de “maior” exaustão do “corpo” (que também é mente, é subjetividade) que trabalha. Essa racionalidade se baseia na divisão entre a gestão do trabalho – a administração científica, que deve pensar e elaborar quais os procedimentos, a divisão das tarefas e a organização, mais apropriadas ao processo de trabalho – e a realização da atividade de trabalho – a própria execução das tarefas.

Taylor desenvolveu alguns princípios fundamentais de seu método. O primeiro dizia que o melhor método de trabalho deve ser definido pela gerência e não por quem o executa – no caso o operário. Assim, dividia o trabalho em atividades mais simples e acompanhava o seu desenvolvimento, avaliando a melhor maneira de executar a tarefa, os elementos (movimentos e ferramentas) que contribuem para sua realização, os intervalos necessários e o tempo de cada atividade. Com isso poderia definir qual é a quantidade de peças que podem ser produzidas em um intervalo de tempo definido. A isto, chamou de “estudo de tempos”.

---

<sup>5</sup> Por *taylorismo* entenda-se o movimento de reorganização do trabalho que ocorreu a partir da implementação das propostas desenvolvidas por Frederick Taylor (1856-1915) desde a primeira década do século 20 perdurando hegemonicamente até a década de 1970 nos países de capitalismo central. A lógica *taylorista* pressupunha a cisão entre gestão (planejamento) e operação (execução) e a fragmentação e divisão extrema do trabalho de modo que cada trabalhador fosse responsável e desempenhasse apenas as tarefas necessárias de seu posto<sup>50</sup>.

Muitas disciplinas se ocuparam (e ainda se ocupam com relativa frequência) dessa tarefa, como é o caso da medicina do trabalho, ergonomia e da psicologia do trabalho <sup>54</sup>.

O segundo princípio trata da seleção e treinamento e está intimamente relacionado com o primeiro. Se o trabalho é decifrado pela gerência e reduzido a atividades muito simples, é possível escolher o trabalhador adequado para cada atividade. Essa adequação não demandava conhecimentos profundos de um ofício ou habilidades variadas, bastava que o trabalhador apresentasse habilidades pessoais favoráveis a cada posto de trabalho. Essa habilidade poderia ser a força muscular, a rápida percepção e reação, a estatura etc. Em suma, representa uma ruptura com a forma do aprendizado; se nas corporações de ofício o trabalhador aprendia com o mais experiente, isso não era mais necessário, pois o gerente lhe dizia a maneira como deveria realizar a tarefa <sup>54</sup>.

O terceiro princípio do método de Taylor definia que as funções de planejamento e controle do trabalho seriam atribuições isoladas de cada grupo de especialistas capazes de atuar em cada uma das funções produtivas (disciplina, reparação, métodos, preparação do trabalho etc.). Criava-se então uma nova estrutura na fábrica, “surgiam os departamentos de programação e controle da produção, tempos e métodos, controle de qualidade, arranjo industrial, ferramentaria etc., todos exercendo atividades que antes cabiam ao coletivo de trabalhadores sob a supervisão do contramestre” <sup>54</sup> (p.22).

Em face dessas constatações, o termo “heterogestão” se aplica perfeitamente ao modelo *taylorista* e perdura, sob nova roupagem, nas formas de produção subjacentes. É fato que este controle nunca ocorreu sem resistência e transgressão por parte dos trabalhadores, porém o *taylorismo* é emblemático do autoritarismo e hierarquização das relações de trabalho e divisão intelectual.

O *fordismo*<sup>6</sup> se apropriou dos princípios *tayloristas* de modo a tornar essa racionalidade perfeitamente compatível com a massificação da produção, mas o fez intensificando esse controle externo sobre a velocidade e intensidade do trabalho, como é emblematicamente expresso na ideia da esteira na linha de montagem.

---

<sup>6</sup> Modelo de organização do trabalho e da produção que surgiu a partir das inovações desenvolvidas e aplicadas por Henry Ford (1862-1947) em sua fábrica de automóveis. A ideia básica era padronizar os produtos e fabricá-los em grande escala, reduzindo o custo de produção e simultaneamente ampliando o consumo. Duas características são marcantes deste modelo: a utilização da esteira no processo de produção e o consumo em massa de produtos padronizados. As ideias de Ford se desenvolveram sobre a racionalidade *taylorista* da produção e perduraram hegemonicamente até a década de 1970 nos países de capitalismo central <sup>50</sup>.

Se a “racionalização” *taylorista* permitia uma significativa intensificação do trabalho humano através do controle pela cronometragem dos tempos de operação parciais, no sistema fordista é a velocidade automática da linha de série (do objeto de trabalho, portanto) que impõe ao trabalhador (o sujeito do trabalho) a sua condição de disposição para o labor, estabelecendo, dentro de limites cada vez mais estreitos de tempo, a “melhor maneira” de trabalhar<sup>50</sup> (p.45)

O sistema de produção criado por Ohno (*toyotismo*) surge em resposta às transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 1970 e 1980, nos países de capitalismo central e periférico, respectivamente. Essas mudanças responderam às necessidades de transformação de um modelo de produção em crise, por isso esse processo insere-se no que se tem denominado de Reestruturação Produtiva. No âmbito da realização do trabalho, a produtividade do sistema *taylorista-fordista* apresentava sinais de esgotamento, não conseguindo extrair mais da capacidade produtiva do trabalhador, e os mecanismos de controle sobre o trabalho não eram mais tão eficientes. Ao mesmo tempo, a produção em massa não respondia à crise do mercado que demandava produtos diversificados que pudessem atender a gostos e condições financeiras variadas, em quantidades menores. E, por último, era necessário reduzir os custos para tornar os produtos competitivos. Em resposta a essas exigências, ocorreu uma flexibilização integrada da produção, do mercado (ampliação do comércio, abertura de fronteiras e novos mercados) e do trabalho (flexibilização dos contratos trabalhistas, exigência de competências variadas)<sup>48, 50</sup>.

O *toyotismo* emerge com um discurso de flexibilidade e autonomia. De fato, o controle e hierarquização explícitos na racionalidade *taylorista-fordista* é contraposta por outra que procura acionar do trabalhador sua maior capacidade de solução de problemas e de controle da produção. Contudo, essa autonomia é sempre restrita, limitada ao que motiva a produtividade do trabalho, servindo prioritariamente ao interesse da produção em uma ordem capitalista. Essa autonomia se converte em maiores responsabilidades e demandas de competência dos trabalhadores. Assim, a lógica “flexível” é perfeitamente favorável às necessidades do trabalho imaterial, onde a comunicação e o protagonismo do trabalhador são fundamentais para tornar o trabalho efetivo<sup>50</sup>.

Paralelamente às tendências de qualificação do trabalho, podemos acrescentar a desqualificação de inúmeros setores operários – a formação de uma grande massa de trabalhadores temporários, parciais, subcontratados e terceirizados. Vimos crescer não somente a subproletarização (os desempregados) como também o desemprego estrutural. A *desespecialização* também significou o controle sobre o trabalhador na medida em que

restringia seus saberes e sua autonomia <sup>48</sup>. Vimos surgir, com isso, a exigência de um saber mais completo (com limites bem definidos) que dificilmente conduz a desalienação do trabalhador ou mesmo ao maior controle dele sobre o processo de trabalho, ao contrário, serve ao capital como estratégia de intensificar a extração da mais-valia.

Em suma, a heterogestão continua sendo um marco da sociedade capitalista, mesmo diante das transformações atuais no mundo do trabalho que configuram uma “autonomia restrita” do trabalhador. O *toyotismo* constitui uma ruptura na gestão verticalizada do *taylorismo-fordismo*, para uma gestão do processo de trabalho mais horizontalizada, porém permanece o predomínio da heterogestão e do controle sobre a liberdade do trabalhador.

Ao apresentar as transformações recentes no mundo do trabalho, é preciso ter a compreensão de que não existe homogeneidade nas formas de organização. De fato, o *taylorismo-fordismo* convive na atualidade com as novas configurações do trabalho. Podemos dizer que entramos na era da flexibilização enquanto tendência, mas não como realidade pura da sociedade brasileira contemporânea: em cada setor produtivo encontramos variabilidades dos/entre os modelos. O trabalho de telemarketing, por exemplo, adota formas de organização tayloristas em articulação com as exigências de competência multifuncional dos trabalhadores. Já na indústria automobilística, onde o *taylorismo-fordismo* foi predominante na maior parte do século XX, observamos uma grande transição e atualmente hegemonia do modelo *toyotista* <sup>51</sup>.

Mesmo o trabalho nos setores mais modernos da economia, onde estaria consumada a lógica da reestruturação produtiva, supostamente mais flexível e aberta os trabalhadores, predomina uma prática que exige deles mais competências e lhes permite concessões na medida em que estas são de interesse da produção. É isso o que mostra o estudo de Bernardo <sup>51</sup>, realizado com trabalhadores jovens de duas montadoras de automóveis no estado de São Paulo, onde o sofrimento e a dor foram as principais queixas de saúde relacionada ao trabalho, sendo associadas ao ritmo intenso das atividades e aumento das responsabilidades dos trabalhadores. Ao invés de mais autonomia e liberdade no trabalho essa autora constatou formas modernizadas de controlar e submeter os esforços do trabalhador em benefício da produção.

### 2.1.3 O impacto da Reestruturação Produtiva no campo

A prática da produção capitalista (no campo ou na cidade), especificamente vinculada ao processo de industrialização e de urbanização, acarretou significativas mudanças nas relações sociais dentro e fora do trabalho.

A aproximação entre campo e cidade e a maior interface urbano-rural, complexificou o entendimento sobre o trabalho. Em consequência das transformações “modernizantes” (tendo em vista que essa compreensão de modernização é relativa) da produção agropecuária intensificaram a migração entre campo e cidade e, de certo modo, reduziram os limites que se colocam entre urbano e rural <sup>52</sup>. Não pretendemos aqui discutir os conceitos de urbanidade ou ruralidade, mas ressaltar que o trabalhador rural deve ser compreendido de maneira abrangente, destacando sua relação com os processos produtivos no campo e sua interface entre atividades agrícolas e não agrícolas, fora ou dentro das áreas rurais.

A reestruturação produtiva no campo pode ser compreendida a partir do movimento denominado de “Revolução Verde” que no Brasil se desenvolveu desde a década de 1960 conduzindo o rural a um patamar de “modernização” das práticas produtivas com incremento tecnológico, de insumos e maquinário. Esse processo aumentou a produtividade do trabalho, mas em contrapartida intensificou a pobreza por meio da expulsão de famílias de produtores camponeses e concentração de terra e renda <sup>53</sup>. Essa racionalidade produtivista modernizante era conveniente aos interesses dos países capitalistas centrais, sendo uma possibilidade de transferir maquinário e tecnologias obsoletas. Uma das personalidades expoentes desse período, que incentivou e difundiu esse modelo produtivista, astuciosamente dissimulado por uma prática altruísta, foi Nelson A. Rockefeller, considerado o grande colaborador da extensão rural no Brasil <sup>55</sup>.

Ao longo desse processo têm surgido novos pacotes tecnológicos que servem em sua maior parte às produções de alimentos orientadas pela lógica especulativa de mercados internacionais. A modernização e padronização de toda a cadeia produtiva, desde os insumos químicos e maquinário até o processamento industrializado e distribuição em grandes redes de mercados alimentares, determina os Complexos Agroindustriais (CAI). Esse processo orienta a espacialização e territorialização do capitalismo no campo. A modernização do maquinário, a transgenia e os agrotóxicos são exemplos maiores, porém não os únicos, da artificialização e industrialização da agropecuária e determinam a reordenação do trabalho no campo <sup>56</sup>.

Na reestruturação produtiva do campo há um movimento combinado de desintegração e manutenção de relações de produção não especificamente capitalistas – que são eliminadas ou mantidas conforme o papel que desempenham na reprodução do modo de produção capitalista<sup>56</sup>. Conforme aponta Thomaz Júnior<sup>53</sup>, o capitalismo se apropria do trabalho camponês e o aceita na medida em que este adote as tecnologias, os insumos, a lógica de produção capitalista, sendo relegados à escolha de tornarem-se agricultores familiares empresariais, mesmo que não corresponda aos seus anseios.

É importante destacar que a aceitação paradoxal por parte do capital do como-ser camponês está dimensionada pelos regramentos do padrão hegemônico de desenvolvimento rural que determina a adoção de formas de produção, de insumos, de tecnologias, de rotinas e de relações de produção, que não respondem historicamente aos anseios da autonomia e da preponderância da organização familiar do trabalho. Essa base material de sustentação do edifício social no campo impõe aos camponeses o impasse de classe: negar o modo camponês/familiar de reprodução social, e adotar a racionalidade capitalista, podendo se transformar em agricultores familiares em escala empresarial, ou se proletarizarem<sup>53</sup> (p.282-283).

É a estrutura diferenciada das unidades de produção e organização do trabalho que distinguem os modelos capitalista (agronegócio) ou não capitalista (camponês familiar). Operando à base de trabalho assalariado sob uma avançada composição orgânica do capital, constitui-se o agronegócio. Por outro lado, a existência de unidades operando à base do trabalho familiar e com ajuda de trabalhadores contratados temporariamente (períodos de safra e plantio) com baixo nível de tecnificação, encontra-se o trabalho familiar que apresenta heterogeneidades em sua composição, estando mais próximo do trabalho camponês ou do agronegócio ou em interface entre estes modelos na tentativa de adequação às capacidades/necessidades de produção e comercialização<sup>56</sup>. É a negação do modelo capitalista de produção a partir da prática de autonomia do trabalho e independência do mercado que caracteriza a produção contra-hegemônica (não capitalista).

Então, é por meio das contradições imanentes ao metabolismo do capital que devemos entender a existência camponesa. É também sob esse referencial que devemos sintonizar que, ao mesmo tempo em que a reprodução/recriação do campesinato é uma possibilidade historicamente presente, aceita/negada e subordinada pelo próprio capitalismo, que é, portanto, uma realidade de dentro do modo de produção capitalista e vinculada à produção de mercadorias, por outro lado se garante essencialmente pela luta e pela resistência<sup>53</sup> (p.279).

Em consequência da reestruturação produtiva observa-se que a participação efetiva de trabalhadores (empregados parcial ou temporariamente) nos processos produtivos se reduz (aumento do trabalho morto incorporado no maquinário e inovações tecnológicas), embora muitos trabalhadores autônomos (agricultores familiares) tenham de sair (definitivamente ou não) de suas terras para se assalariarem e adquirirem a renda necessária à manutenção da família. Note-se a diversificação das ocupações dos trabalhadores rurais, não mais restritos (ou essencialmente vinculados) à produção agropecuária.

As profundas mudanças processadas na organização do espaço agrário com reflexos sobre a paisagem rural estão evidenciadas na intensificação da concentração da propriedade da terra, nas mudanças no uso do solo com a expansão de cultura de exportação, na introdução e ampliação do uso de novos processos e técnicas e nas relações de trabalho, no sentido da ampliação do assalariamento da mão-de-obra dos pequenos produtores rurais. Esse processo, embora tenha apresentado uma força e intensidade mais ou menos similar em todas as regiões do país, diferenciou-se segundo as atividades desenvolvidas no campo, sendo maior naquelas atividades onde a “modernização” incidiu de maneira mais forte <sup>57</sup> (s/p).

O trabalhador rural ao ser expulso de suas terras reconfigura seu espaço de produção e reprodução da vida que se definia historicamente pela posse e pelo trabalho na terra. Em suma, esse trabalhador tende a orientar-se às novas relações sociais do campo assumindo uma identidade de trabalhador assalariado, seja ela forçada, reconstruída ou negada.

À medida que o modelo de desenvolvimento econômico, baseado na lógica do mercado internacional, desdobra-se no espaço rural, este é produzido e organizado visando à produtividade humana do trabalho alienado, a livre concorrência e a sedimentação do mercado mundial. O resultado é um processo dinâmico de produção e reprodução do espaço materializado no processo de expropriação e expulsão de uma grande parcela de produtores que não conseguiram inserir-se no modelo de desenvolvimento econômico, conformando um espaço em mutação, conseqüentemente promovendo a destruição da relação homem – terra (espaço rural) ao transmutar o homem – trabalhador agrícola em trabalhador genérico <sup>56</sup> (p.28).

Outra consequência é a demanda de competências variadas dos trabalhadores que necessitam ocupar funções que exigem habilidades diferenciadas em relação ao manuseio e operação com tecnologias informatizadas. Essa competência múltipla também se expressa pela procura de ocupações diversas, agropecuárias ou não.

A partir das condições materiais que se impõem no espaço rural com a sedimentação da lógica do capital percebe-se que começa a se materializar a mercantilização desse espaço, conquanto sob as condições econômicas dominantes, seja o trabalhador agrícola, seja o trabalhador não agrícola ou ainda o produtor polivalente [o que atua em diversas posições/ocupações], que residente no espaço rural, estão submetidos ao processo vital do dinheiro, como capital. A culminação de tal submissão é que a alienação do trabalhador não se revela apenas no seu produto, mas também no interior da atividade produtiva<sup>56</sup> (p.40).

Thomaz Júnior<sup>53</sup> afirma a necessidade de construir novos referenciais teórico-metodológicos para avançar na compreensão do universo do trabalho, cada vez mais fragmentado, heterogeneizado, precarizado e constantemente (des)realizado nas cidades e nos campos. Na contramão dessa lógica de heterogestão, destaca-se a *recampesinização* como processo de transição do trabalho assalariado para o autônomo e, conseqüentemente, a autogestão do trabalhador sobre os processos produtivos.

Por esse caminho estamos fortalecendo o propósito de identificar o conteúdo complexo da classe trabalhadora no Brasil, as formas concretas que se materializam e que requalificam os sentidos do trabalho, se camponês, se operário, as mudanças concernentes ao universo simbólico e da subjetividade do trabalho, isto é, identificar as potencialidades à transformação social e emancipatória por meio do trabalho, da afirmação da sua positividade anticapital, nos campos e nas cidades<sup>53</sup> (p.275-276).

A seguir apresento a ergologia, referencial teórico-metodológico que baliza a condução desta pesquisa. Acredito que a proposta ergológica se coaduna com a proposta de melhor conhecer o trabalho e as transformações vivenciadas pelos trabalhadores. Apesar de sua abordagem ter sido até hoje mais aplicada ao trabalho nas cidades, considero que poderá ser útil também para aqueles que pretendem compreender o trabalho rural.

## 2.2 A ERGOLOGIA DE YVES SCHWARTZ

### 2.2.1 A complexidade inerente ao trabalho

No materialismo histórico, o elemento central responsável pela construção humana é o trabalho. Assim, através dele o ser humano se afirma como sujeito, num movimento teleológico sobre a realidade objetiva. Modificando a realidade que o circunda, modifica-se a

si mesmo. Engels, em 1876, dizia:

O trabalho é a fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem <sup>58</sup> (p.13).

Carneiro <sup>59</sup> corrobora essa concepção de trabalho e ressalta sua interrelação com o sujeito e a cultura:

Os seres humanos não nascem sujeitos, tornam-se tanto *subjectus* (produto) como produtores de processos sociais através do trabalho. Na relação homem-trabalho-sujeito, o trabalho ocupa uma posição onde a possibilidade do reconhecimento joga com morte e criação. A mediação destrutividade/construção entre o homem (ser da natureza) e o sujeito (ser da cultura) se faz pelo trabalho, que se pode tornar razão de viver e de morrer (p.23).

O trabalho é parte necessária da realização humana, pois é o meio pelo qual se tem acesso às condições materiais (objetivas) necessárias ao viver e porque nele se realiza parte da vida, se constroem relações, reconhecimentos, superações. O trabalho tem uma dimensão dupla, algumas vezes contraditória, mas que não é oposta. Tem, portanto, uma relação dialética com a dimensão da vida e desta forma pode ser tanto um processo de sofrimento quanto de satisfação para o sujeito.

Não por acaso, as raízes etimológicas da palavra trabalho (*tripalium*) ou labor (*labour*) referem-se a um instrumento aplicado aos escravos desobedientes e a um aparelho para conter animais durante as cirurgias, respectivamente. Nota-se que a associação com o sofrimento e controle não é recente. O pressuposto básico é a ideia de que o trabalho humano produz sofrimento ao qual o homem estaria condenado por determinações superiores à sua vontade <sup>59</sup>.

Mas se o trabalho pode ser também um motivo de saúde, do bem-estar, da satisfação e da realização humana, seria um equívoco considerá-lo unicamente como sinônimo de sofrimento ou degradação, provocador de doenças. Seria um erro negar seu lugar ainda central na vida e que pode trazer satisfação, seja pelo reconhecimento por parte de outros, ou por estar presente na construção da identidade do sujeito, ou por garantir a aquisição dos meios para sua sobrevivência/existência.

Tendo em vista a proposta de abordar as relações entre saúde, trabalho e ambiente, será necessário partir de um referencial teórico que concebe o trabalho em sua dimensão maior, para além de uma tarefa ou atividade produtiva.

### 2.2.2 A perspectiva ergológica

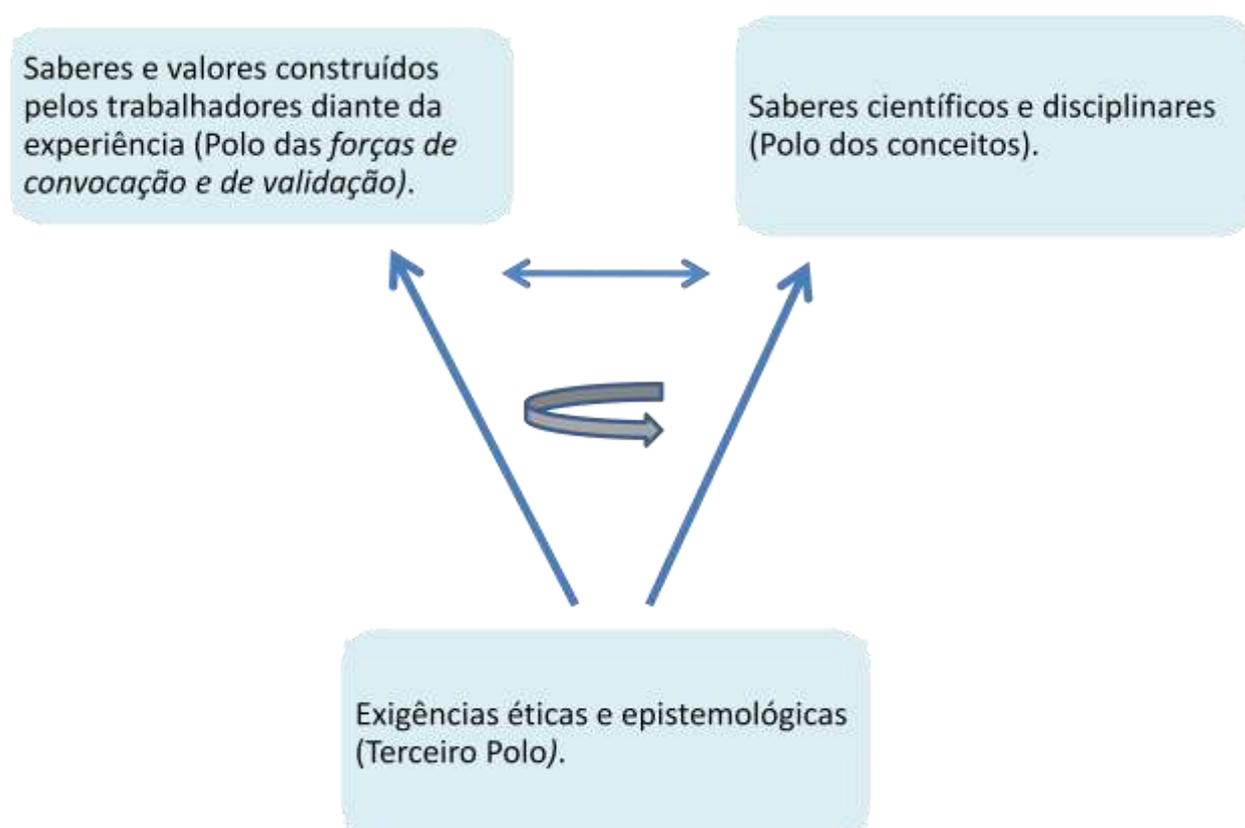
O filósofo Yves Schwartz desenvolve uma interpretação sobre o trabalho que retoma a concepção marxista de ação humana para transformação da natureza e recriação das condições de vida, e expande esse raciocínio para as sociedades “complexas”, compreendendo o trabalho como “atividade humana”. Isso significa ultrapassar a ideia de trabalho como emprego (termo que não condiz com as múltiplas “ocupações” que os indivíduos desempenham no mundo do trabalho e fora dele), para considerá-lo o empenho humano na transformação ou reprodução da atividade e de si próprio. Portanto, há que se destacar o trabalho como atividade de criação e recriação da vida e do mundo em uma determinada situação.

Na construção do referencial teórico-metodológico da ergologia, Schwartz agrega contribuições da Ergonomia da Atividade, retomando a discussão em torno do “trabalho prescrito” e do “trabalho real”, do Movimento Operário Italiano, especialmente os conceitos de “competência profissional ampliada” e “comunidade científica ampliada” e o conceito de “renormatização”, inspirado por George Canguilhem, a propósito da capacidade de cada um sempre renormatizar seu meio de vida e de trabalho frente às infidelidades do meio <sup>60, 2,61</sup>.

De acordo com Brito <sup>4</sup>, a ergologia atua com base em quatro pressupostos:

Pensar o geral e o específico, segundo a dialética entre o universal e o singular, considerando todas as formas de atividades atuais, é o primeiro pressuposto da abordagem ergológica. Como prática pluridisciplinar em termos de um núcleo de preocupações comuns, essa abordagem apresenta, como segundo pressuposto, a articulação entre as diversas disciplinas e, sobretudo, a interrogação sobre seus saberes. O terceiro pressuposto metodológico dessa abordagem é encontrar em todas as atividades situadas as normas antecedentes e as variabilidades, as normas que se impõem e as normas que se instauram, assim como entende que a análise do trabalho é inseparável do campo dos valores, da epistemologia e da ética. O trabalho é sempre um lugar de escolhas, um destino a viver (devir), engaja as pessoas. O quarto pressuposto ergológico se refere à promoção de um certo regime de produção de saberes sobre o humano, pois o encontro sempre histórico entre os dois saberes (científicos e práticos) não pode ser antecipado; é sempre uma descoberta (p. 103-104).

O termo “ergologia” contempla uma proposta de melhor conhecer e intervir sobre as situações de trabalho para transformá-las <sup>5</sup>. Para tanto, encontramos na perspectiva ergológica e por meio do dispositivo dinâmico de três pólos (Figura 1), proposto por Schwartz, uma orientação teórico-metodológica que articula os saberes científicos e disciplinares (pólo dos conceitos), os saberes e valores construídos pelos trabalhadores diante da experiência (pólo das *forças de convocação e de validação*) e as exigências éticas e epistemológicas (terceiro pólo) que faz a ligação entre os dois pólos anteriores tratando do aspecto ético dessas relações, apoiada em determinada visão de mundo <sup>4, 62</sup>.



**Figura 1** – Esquema do Dispositivo Dinâmico de 3 Polos

Desse modo, a perspectiva ergológica consiste em uma forma de interpretar e produzir conhecimento sobre o trabalho considerando os saberes disciplinares em suas limitações e o saber da experiência do trabalhador, articulando-os ao debate ético e epistemológico. Assim, conhecer uma atividade de trabalho demanda aproximar-se dela para compreender as variabilidades e singularidades que são estabelecidas diante do encontro entre o trabalhador e o imponderável da atividade.

Dizemos, então, que o trabalho é mais que a execução de tarefas. Para que seja realizado é necessário que se tenha uma prescrição, que em última análise é ordenada pela sociedade (níveis econômico, político, social, técnico), pelo que determina o interesse do trabalho. Justamente por essa prescrição não ser a totalidade do trabalho é que se demanda uma intervenção direta e particular de quem o realiza, conformando a “atividade de trabalho”. Isto significa considerar que “Por trás dos gestos mais simples, há sensibilidade, estratégias, inteligência, todo um saber-fazer amplamente subestimado!”<sup>63</sup> (p.68).

### 2.2.3 Atividade de trabalho e renormatização

A “atividade de trabalho” pode ser compreendida a partir de quatro proposições. A primeira consiste em admitir que existe uma distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real, entre o que se propõe (uma tentativa de antecipação) e o que de fato se realiza. Essa distância é universal e coloca-se sobre todas as atividades humanas. Ou seja, ao invés de olhar para a atividade como *execução* de tarefas devemos necessariamente compreendê-la a partir dos *usos* que o trabalhador faz de si em sua atividade. Isso nos remete à segunda proposição, de que “o conteúdo da distância é sempre ressingularizado”, o que significa dizer que não podemos antecipar por completo como será o trabalho real, ele é sempre um destino a viver – significa administrar certas situações, fazer escolhas, tomar decisões. Colocamos, então, diante do terceiro pressuposto da atividade: “o corpo-si<sup>7</sup>” é quem faz a gestão dessa distância. O corpo si procura realizar o trabalho da maneira que lhe é mais apropriada, conveniente. Isso significa retomar o que dissemos anteriormente, que no trabalho é necessário fazer escolhas, visto que as normas e prescrições sobre as quais o trabalho deve se realizar, as “normas antecedentes”, serão sempre insuficientes à realização do trabalho. O “debate de normas e valores” que decorre dessas escolhas é o quarto pressuposto da atividade. Então, na tentativa de sintetizar os quatro pressupostos, diria que a atividade é: o que se revela quando o corpo-si, no desempenho do trabalho, mobiliza certos valores que remetem ao nível do indivíduo, do melhor modo de realizar o trabalho para si, mas também do coletivo, aos “valores do viver em sociedade”, para dar conta do que lhe é exigido da

---

<sup>7</sup> O corpo si é o próprio trabalhador. Schwartz<sup>64</sup> desenvolve a noção de “corpo-si” – corpo bio-psíquico e histórico – para tratar dessa entidade viva e enigmática que se coloca em movimento na realização da atividade sem se limitar a uma racionalidade objetiva ou subjetiva. Procura demonstrar que esse trabalhador que realiza escolhas, o faz em mediação com diversos interesses, desejos, motivação e prescrições. Remete a uma economia do corpo, ao envolvimento (ético-moral) com a empresa/instituição e seu trabalho (cargo), ao relacionamento social no ambiente de trabalho.

maneira mais favorável ao seu desejo/interesse <sup>5</sup>.

Essa mediação entre normas e valores - os “debates de normas” - acontece o tempo todo, em qualquer atividade, por menor que ela seja. “E *se ignorarmos este debate de valores, não compreenderemos o trabalho*, porque não compreenderemos por que se passou de um dos esquemas ao outro” <sup>5</sup> (p.46). Se há uma escolha (mais ou menos consciente) do trabalhador na atividade, isto significa que é preciso critérios que remetem a valores.

De acordo com Durrive & Schwartz <sup>65</sup>, as escolhas são realizadas por um ser que compreende uma dimensão subjetiva e ao mesmo tempo física (corporal). Essas escolhas não são feitas somente ao nível da consciência. Muitas mudanças no processo de trabalho procuram responder a um aprendizado e necessidade do próprio corpo, na tentativa de reduzir ou minimizar seu desgaste. O corpo-si opera diante das escolhas levando em conta algo deliberadamente consciente e algo que está de alguma forma impregnado no corpo mediante as vivências anteriores, “sabedoria que se constrói na confluência do biológico, do sensorial, do psíquico, do cultural, do histórico, inclusive nas atividades mais 'imateriais’” <sup>66</sup> (p.7). Conforme aponta Schwartz <sup>5</sup>:

O que quero dizer com isso? Que existem simultaneamente razões explicáveis, escolhas que são feitas ao nível da consciência, mas ao mesmo tempo – e tudo isto se entrelaça – escolhas que são feitas no nível, eu diria de uma economia, de uma economia do corpo” (...) Sobre o esquema teórico, do setor de métodos, podemos dizer que vemos mais ou menos as razões 'claras e distintas' , como diria Descartes, para sequenciar as operações. Mas sobre o outro esquema, é muito mais complicado. Eu digo: esta entidade que racionaliza, é o 'corpo-si', ou seja, alguma coisa que atravessa tanto o intelectual, o cultural, quanto o fisiológico, o muscular, o sistema nervoso (p.44).

A partir do que foi apresentado, temos que “as brechas de normas” demandam do trabalhador articular sua experiência, seus valores e seus desejos na construção de *renormatizações* que proporcionem a melhor maneira de realizar o trabalho e nele se realizar – nesse sentido, de fazer do trabalho um lugar de promoção da saúde. Os sujeitos, diante das situações de trabalho, procuram solucionar os impasses que encontram para construir o ambiente mais favorável para si e, em geral, para o coletivo com o qual se relaciona. Essas escolhas e ações constituem os *usos de si* que o trabalhador faz: *usos de si por si*, na busca de construir a situação mais adequada para ele próprio, e *usos de si por outros*, que são as gerências externas ao trabalhador, que ocorrem fora do seu poder de decisão, mas que

determinam as condições políticas, econômicas, sociais, técnicas em que se realiza o trabalho<sup>67</sup>.

A perspectiva ergológica não desconhece a atuação das forças dos campos político e econômico sobre a construção do mundo. Contudo, ressalta que a história é construída e reconstruída continuamente nos micro espaços de trabalho, através das ações e dos valores colocados em prática pelos trabalhadores. É nesse espaço que se concretiza a dialética entre o universal e o singular, o macro e o micro.

Em resumo, Schwartz define como atividade de trabalho o que resulta do encontro entre as normas antecedentes (prescritas) e as escolhas dos trabalhadores, diante da insuficiência ou inadequação destas normas (“brechas de normas”), visto que nenhum trabalho se realiza somente com o prescrito. Ao nos aproximarmos desse processo é que podemos evidenciar as *renormatizações* que se realizam em uma determinada “situação de trabalho”, mediante o debate de normas e valores que o trabalhador promove<sup>68</sup>. A situação de trabalho, por sua vez, é formada pelo ambiente da atividade, as condições objetivas de sua realização, as variabilidades que se impõem e as coerções de toda ordem que atingem os atores<sup>60, 68</sup>. Desse modo, se quisermos aproximar nossa compreensão do que de fato é o trabalho, devemos compreender a situação em que ele ocorre, mas em diálogo com o que é mais geral.

### O PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa qualitativa permite a aproximação de um nível de realidade que não pode ser quantificado, pois se concentra, dentre outros aspectos, na análise de sentidos de sujeitos em contextos particulares e complexos. No âmbito desse tipo de pesquisa, o que se observa no campo, as informações produzidas, a mensagem que se decodifica, não são descrições da realidade, mas interpretação dela. Assim, o envolvimento do pesquisador com os sujeitos de pesquisa modifica a qualidade dos dados, bem como sua interpretação, sendo importante considerar na análise dos dados.

O reconhecimento dos estudos qualitativos avançou consideravelmente desde sua origem. A confiabilidade e validade como critérios de avaliação da pesquisa qualitativa superaram os questionamentos baseados em padrões externos – comparação com o modelo quantitativo – para atualmente ser objeto de interpelações internas, ou seja, dentro do campo da pesquisa qualitativa. Procura-se, então, definir critérios que avaliem a qualidade na pesquisa reconhecendo sua especificidade metodológica. Desse modo, o detalhamento metodológico adquire relevância como critério de avaliação da confiabilidade e validade, na medida em que descreve criticamente os procedimentos operacionais e analíticos que constituem o caminho do estudo <sup>69</sup>.

#### 3.1 LÓCUS DE PESQUISA, SELEÇÃO DE SUJEITOS, TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CAMPO

##### 3.1.1 Primeira etapa: levantamento e análise documental

Nas áreas onde atua o MST procura articular a organização dos assentados em algumas frentes de trabalho estruturantes de sua organicidade, sendo a saúde uma delas. Assim, o primeiro objetivo específico visa, por meio de levantamento e análise documental, mapear as propostas e orientações do MST sobre saúde/trabalho/ambiente, contribuindo para elucidar sobre o que se espera encontrar em relação às práticas e ações desenvolvidas nas

ocupações.

A primeira tentativa de acessar material sobre o que o MST propõe de orientações e práticas se fez na procura de agentes ligados ao Movimento ou apoiadores, principalmente amigos que já haviam realizado estudos sobre saúde nos contextos de áreas de acampamento e assentamento e outros que atuavam como representantes do Setor de Saúde do MST. No entanto, nenhuma das secretarias do Movimento que foram procuradas possuía um acervo (banco de documentos, melhor dizendo) sobre os materiais produzidos pelo MST. Tendo isso como ponto de partida, procurei a Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF (escola de formação do MST) para ter acesso aos materiais produzidos que abordassem a temática da saúde. Novamente, não foi possível alcançar meu objetivo, pois a biblioteca não dispunha de tais documentos. Quando imaginava ter que trabalhar somente com o material que consegui obter de alguns amigos, inesperadamente, durante uma conversa, soube que havia um acervo de documentos do MST que foram resgatados por Bernardo Mançano Fernandes<sup>8</sup> a partir de suas pesquisas de campo no decorrer de seu doutorado.

Desse modo, a primeira imersão em campo ocorreu na biblioteca da Universidade Estadual Paulista, no Centro de Documentação e Memória – CEDEM/Unesp, que dispõe de um amplo acervo de aproximadamente 3000 documentos relativos ao MST que englobam revistas, cartilhas, textos, cartas, comunicações internas e externas, fotos, cartazes, textos e folhetins, arquivados em 120 pastas organizadas por assunto ou tema.

A seleção dos documentos a serem analisados ocorreu nas seguintes etapas:

1) abertura e verificação de cada pasta: consistiu em observar a temática a que se referiam cada texto (ou o conjunto, pois quando havia uma considerável homogeneidade do conteúdo não foi observado cada documento em particular), separando os que apresentavam em seu conteúdo algo relativo ao trabalho, à saúde ou à interação com o ambiente. Todos os textos anteriores à década de 1990 ou que não se referiam ao conteúdo de interesse no título, sub-títulos, tópicos ou assunto (a partir de uma leitura superficial) foram excluídos. Os documentos que não possuíam datas, mas eram de interesse foram mantidos.

2) refinamento dos temas: esta etapa consistiu em uma segunda seleção em que permaneceram os textos com descrições, mais ou menos detalhadas, que conformavam uma

---

<sup>8</sup>“O acervo foi organizado a partir dos trabalhos de campo do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, que viajou o país no final dos anos 1990 para levantar dados para sua tese de doutorado sobre a formação do Movimento. Atualmente é professor doutor de geografia da UNESP – campus de Presidente Prudente. Fernandes foi autorizado pela Direção Nacional do MST reunir documentos com a intenção de criar um Centro de Memória do MST” (Descrição retirada do sítio do eletrônico do [CEDEM](#). Acessado em 20 de março de 2011). Atualmente todos os documentos estão disponíveis para acesso no sítio do CEDEM.

informação contextualizada sobre orientações e práticas de saúde, formas de organização, concepções sobre trabalho, saúde ou ambiente.

3) organização e fechamento: os textos foram organizados sobre as informações que traziam de modo a retirar os documentos que traziam informações superficiais ou que já foram expressas em outros documentos. Como o propósito não era uma análise aprofundada do material, mas apenas levantar informações sobre as orientações e propostas do Movimento, a exclusão de documentos cujos temas fossem repetidos não comprometeria o objetivo proposto. Além disso, deu-se prioridade às cartilhas e textos direcionados à formação ou trabalho nas áreas de ocupação.

Por fim, foram selecionados 35 documentos, incluindo textos, cartilhas e comunicações internas com a temática saúde/trabalho/ambiente, produzidas pelo Movimento entre as décadas de 1990 e 2000. Para complementar as informações sobre as propostas e orientações de saúde, acrescentamos documentos retirados do *site* oficial do MST, entre outubro e novembro de 2010, e outros conseguidos juntamente com militantes e profissionais que atuam em parceria com o MST. Ressaltamos, ainda que no decorrer do estudo tornou-se fundamental compreender também os valores e princípios do Movimento que sustentam estas orientações, pois atribuem sentido ao que antes poderia se apresentar como uma prescrição.

Ressalto a dificuldade para ter acesso aos documentos produzidos pelo MST. Apesar de haver um convênio com o CEDEM para guardar o material histórico do Movimento, nenhum de seus agentes consultados soube informara a respeito deste acervo, sugerindo uma desinformação dos trabalhadores do próprio MST. Instituir a prática de enviar os materiais produzidos para que sejam arquivados pode ser muito útil ao desempenho de atividades futuras de seus integrantes e registro de sua história.

### 3.1.2 Segunda etapa: delimitação do local de pesquisa

Antes de apresentar as atividades desenvolvidas na etapa de pesquisa de campo no assentamento, convém tecer algumas palavras sobre a escolha da área a ser estudada.

Em acordo com as proposições de Cruz Neto<sup>70</sup> considero que a delimitação do campo de pesquisa compreende “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação” (p.53). O autor ainda ressalta,

Além do recorte espacial, em se tratando de pesquisa social, o lugar primordial é o ocupado pelas pessoas e grupos convivendo numa dinâmica de interação social. Essas pessoas e esses grupos são sujeitos de uma determinada história a ser investigada, sendo necessária uma construção teórica para transformá-los em objetos de estudo <sup>70</sup> (p.53).

Tendo como pressuposto estudar um assentamento<sup>9</sup> ligado ao MST, a primeira atitude foi estabelecer o contato com a coordenação de saúde do Movimento, apresentar a intenção da pesquisa e ter a autorização para desenvolvê-la. No decorrer das conversas, percebi que há certa variedade na estrutura produtiva e organizativa em função das regiões do estado onde se encontram as ocupações. Desse modo, optei por privilegiar uma área onde estivesse mais consolidada a atividade produtiva, com maior envolvimento dos sujeitos da pesquisa em ocupações (trabalho) no próprio assentamento. Outro requisito foi o de que a área deveria se reconhecer e ser reconhecida como integrante do MST, devido ao propósito de empreender um diálogo entre o que é “prescrito” pelo Movimento e o que se realiza na área. Assim, foi apresentada a seguinte configuração dos assentamentos de acordo com as regiões no estado do Rio de Janeiro:

1) Região da Baixada Fluminense: apresenta assentamentos compostos por muitos trabalhadores de origem urbana, com pouca atividade produtiva, próximos de regiões urbanizadas das quais sofre muita influência.

2) Região Sul: composta por assentamentos com lotes pequenos e trabalhadores majoritariamente idosos, com pouca produção destinada ao mercado.

3) Região Nordeste: próxima ao Espírito Santo, onde encontramos as atividades produtivas mais desenvolvidas, porém pouco articulada com o Movimento.

4) Região Norte: onde estão os assentamentos mais antigos com as atividades produtivas e infra-estrutura em estágios mais avançados e com a maioria dos trabalhadores

---

<sup>9</sup> A proposta inicial da pesquisa, que consta no projeto enviado e aprovado na qualificação, contemplava o estudo em um assentamento e um acampamento ligados ao MST. Contudo, no decorrer deste percurso foi-se compreendendo a impossibilidade (academicamente seria mais adequado dizer “factibilidade”) de se concluir tal propósito em decorrência dos percalços comumente enfrentados, ao menos em parte, pela maioria dos mestrandos: o tempo curto de 2 anos restrito para um amadurecimento teórico e prático necessários à formação de um pesquisador (o que para muitos é frustrante ao ouvir que “deve-se evitar as atividades de campo”); os desencontros entre pesquisador, mediadores e sujeitos da pesquisa (refiro-me à administração das possibilidades e interesses de ambos os lados); os imprevistos de toda ordem e tensões desse período.

oriundos do meio rural, principalmente do trabalho no corte da cana.

Finalmente foi indicado o assentamento Dandara dos Palmares, situado no município de Campos dos Goytacazes, região norte fluminense. Tem como característica ser considerado um assentamento pequeno, formado por 25 famílias, a maioria tendo vivido anteriormente na periferia da cidade desse município e região, onde muitos se ocupavam do trabalho no corte de cana. No assentamento, cada família está alocada em lotes de aproximadamente 11 hectares, desenvolvendo atividades de subsistência e/ou de produção comercial<sup>10</sup>.

### 3.1.3 Terceira etapa: a pesquisa no assentamento.

Apresento a seguir o desenvolvimento da atividade de campo no assentamento e a forma como foi conduzida a aplicação das técnicas de investigação: observação participante, entrevistas e grupo focal.

Se o primeiro objetivo deste estudo visava fazer um mapeamento daquilo que está prescrito pelo Movimento, o segundo procurava compreender o que é construído pelos trabalhadores, o que de fato se observa na realidade cotidiana de vida e de trabalho das famílias. Para viabilizar isso, durante 21 dias (em duas etapas, entre setembro e outubro) permaneci em campo observando e convivendo com os trabalhadores.

Tal observação exigiu uma proximidade com os interlocutores e participação na vida social deles, no seu cenário cultural, com a finalidade de produzir dados e compreender o contexto de pesquisa, sem reduzir-se a conhecê-los somente por meio das categorias utilizadas por quem vive a situação<sup>71</sup>. Nesse sentido, a observação participante contribuiu para “desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo ou instituição observada”<sup>72</sup> (p. 71).

Segundo Cruz Neto<sup>70</sup>,

a importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (p.60).

---

<sup>10</sup> A caracterização mais detalhada da área será apresentada a frente, no capítulo de discussão.

Nessa etapa procurei conviver com os assentados, acompanhá-los em suas atividades cotidianas, conhecer as condições em que viviam e trabalhavam, as práticas que desempenhavam. Para orientar estas observações foi delimitado um roteiro (APÊNDICE 1)<sup>11</sup> onde se destacavam orientações encontradas nos documentos analisados. Tudo o que era vivenciado, as conversas, os locais de encontro, os temas predominantes, as atividades de caráter comunitário e individuais, foram devidamente registradas e sistematizadas. Para tanto, as observações de interesse eram anotadas em uma caderneta assim que fosse possível fazê-lo, com a maior riqueza possível de detalhes, e à noite eram transcritas para um diário de campo. Como o roteiro previamente elaborado representa sempre uma tendência, uma especulação fundamentada sobre o que se imagina ser importante, não me preocupei em restringir as anotações, principalmente nos primeiros dias, procurando descrever ao máximo tanto o que eu observava quanto impressões que surgiam.

A entrada no campo se deu em um momento propício, pois cheguei acompanhado de um dos técnicos do MST e no dia em que as pessoas estavam reunidas na casa *sede* do assentamento para uma discussão a respeito da aquisição de crédito para a produção. Apesar das conversas prévias, por telefone, com uma representante da área, muitos não tinham conhecimento da minha presença ali. Aproveitei, então, que havia ao menos um representante de cada família, para me apresentar, esclarecer os meus propósitos e solicitar autorização para acompanhar o dia a dia das pessoas na área. Ainda assim, a cada encontro individual, tive que reapresentar-me, mas sem que houvesse surpresa pela minha presença. Durante os primeiros dias no assentamento e nas primeiras conversas a maioria me identificava com um integrante do MST, mas aos poucos minha identidade social se tornou mais a de um estudante, de alguém que pertencia à Universidade. Isso certamente influenciou a interação com as pessoas e, em alguns momentos, pode ter restringido/modificado o conteúdo das falas.

Minha rotina de trabalho incluía acompanhar as famílias, conhecendo o que desenvolvem no seu cotidiano. Entretanto, após os primeiros dias, duas questões se colocaram como entrave. A primeira dizia respeito à impossibilidade de acompanhar todas as famílias por limitações de tempo minha e por parte dos assentados em alguns momentos. Assim, preocupei-me em estabelecer um acompanhamento mais sistematizado na tentativa de abarcar a diversidade de composição dos assentados na área, o que significou: diversidade política (participação e não participação em representação política), de gênero, de idade

---

<sup>11</sup> Roteiros de grupo focal e observação participante foram construídos com base nos roteiros elaborados por Carneiro<sup>17</sup> para sua pesquisa em áreas do MST.

(jovens e mais velhos), de ocupação (em relação às atividades produtivas desenvolvidas na área e fora dela), de renda (utilizando como indicador a posse de bens materiais como eletrodomésticos, veículos, condição de moradia).

A segunda limitação foi a distância entre as moradias, o que tornava dispendioso e demorado deslocar-me de uma residência à outra, com o “inconveniente” de muitas vezes não encontrar as pessoas em suas casas<sup>12</sup>, circunstância que deve ser considerada uma importante informação sobre as condições de vida no assentamento.

Note-se que apesar do período de observação participante ter sido restrito, produziu informações sobre o cotidiano e as práticas com detalhes que dificilmente seriam alcançados somente pela narrativa dos sujeitos.

O terceiro objetivo da pesquisa articula-se com os dois anteriores e acrescenta os significados atribuídos pelos assentados à relação saúde, trabalho, ambiente. Estas informações foram produzidas por meio de entrevistas semi-estruturadas e grupos focais, sendo fundamentais para a análise, pois apresentam a narrativa dos trabalhadores sobre o objeto de estudo.

Esta etapa ocorreu ao longo do período em que estive em campo sendo orientada por roteiro (APÊNDICES 2 e 3). As entrevistas foram realizadas no decorrer da atividade de campo e nesse processo adaptaram-se as questões de modo a reduzir as nuances entre as compreensões dos sujeitos e do pesquisador (visto que toda entrevista é um diálogo, onde um sujeito demanda algo de outro, mas por diferenças socio-culturais é comum que apareçam divergências de concepções acerca das palavras/categorias utilizadas na comunicação). De modo geral, procurei deixar as perguntas mais abertas. Assim, por exemplo, ao requisitar dos assentados que falassem de seu trabalho notei que a forma mais adequada de compreender o que se realiza no assentamento seria solicitando que falassem do dia a dia, da vida. A realização das entrevistas anteriormente ao grupo focal constituiu uma estratégia de adequação também das perguntas a serem apresentadas ao coletivo, no grupo focal. Além disso, a entrevista mostrou-se uma maneira apropriada de compreender os significados individualmente atribuídos à saúde e, principalmente, a descrição sobre o trabalho.

Foram selecionadas dez pessoas para a entrevista (duração entre 16 e 55 minutos) sendo seis homens e três mulheres, e oito pessoas para o grupo focal que contou com seis

---

<sup>12</sup> Tendo em vista que o deslocamento/locomoção tornou-se um desafio para a consecução do trabalho de campo e que essa área é menor que o habitual para um assentamento, constata-se que um veículo adequado – neste caso até mesmo uma bicicleta teria sido útil – pode ser de muita valia à atividade do pesquisador, principalmente se conta com limitação de tempo.

homens e duas mulheres (duração de 1h e 20min), procurando contemplar os mesmos critérios previamente descritos na observação participante<sup>13</sup>, incluindo o pré-requisito de terem idade igual ou superior a 18 anos e residir há mais de dois anos no assentamento. É preciso ressaltar que algumas das pessoas que estiveram no grupo focal também forneceram entrevista, portanto, ao todo foram ouvidas treze pessoas *diferentes*, conforme consta na Tabela 1.

Tabela 1: Discriminação dos sujeitos em relação à participação em entrevista e grupo focal.

SUJEITO		PARTICIPAÇÃO EM	
Nome Fictício	Idade	Entrevista	Grupo focal
Salvador	48		X
Caetano	66		X
Maria	39	X	X
Vagner	44	X	X
Marcos	34	X	X
Jair	44	X	X
Daniela	34	X	X
Cláudio	46	X	X
Rodrigo	58	X	
Antônio	53	X	
Valéria	Aprox. 35	X	
Luis	48	X	
Paulo	Aprox. 42	X	

Uma mulher pediu que não fosse gravada a entrevista e outra que fora convidada para o grupo focal não pode participar, pois estava fora do assentamento no dia. A maioria dos sujeitos foi convidada pelo pesquisador a participar da entrevista ou do grupo focal ao final do período de observação participante. Nesse momento foram levadas em consideração as indicações da própria comunidade sobre quem poderia fornecer informações sobre a saúde e o trabalho na área, procurando ouvir também os sujeitos que apresentavam opiniões divergentes ou conflitantes e que foram identificadas pelo pesquisador durante o período de

<sup>13</sup> Diversidade de gênero, idade, ocupação, renda e inserção política.

observação (nesse período foram acompanhadas as atividades de 14 famílias). Antes de cada uma das etapas de registro foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido = TCLE (Apendice IV).

As entrevistas aconteceram na moradia de cada entrevistado, pois constituía um ambiente confortável (escolhido por eles) ao mesmo tempo em que se evitava a interferência de ruídos externos, por exemplo, provocados pelo vento ou por automóveis. Utilizei como instrumento de registro um gravador digital, porém, antes de iniciar a entrevista procurei desenvolver uma dinâmica para deixar o entrevistado mais confortável. Assim, demonstrava como funcionava o aparelho, colocando-o para gravar uma conversa qualquer e mostrando o resultado logo em seguida. De fato, isso contribuía para quebrar algumas tensões antes da entrevista, pois muitos não conheciam o equipamento e surpreendiam-se ao ouvir a própria voz e reconhecê-la diferente. É válido ressaltar que nas casas onde havia crianças a entrevista foi realizada no período em que estavam em aula para deixar mais tranquilos e à vontade os entrevistados e facilitar a gravação.

O grupo focal foi realizado no último dia de presença no campo, tendo sido conduzido em um dos cômodos da casa *sede*. O planejamento e a condução desta atividade ocorreram com base nas recomendações de Cruz Neto <sup>73</sup> e Gatti <sup>74</sup>. Antes de iniciar, proveu-se um lanche para os participantes, sendo eles: oito assentados, o pesquisador e dois auxiliares que trabalham com pesquisa qualitativa, um deles com experiência em grupo focal. O pesquisador permaneceu na condição de coordenador do grupo, enquanto os outros dois ficaram com as tarefas de registro das falas e situações que se desenvolviam no decorrer da atividade. Os instrumentos utilizados foram um gravador digital, três cadernos de anotação (um para cada participante) e uma filmadora digital. Antes de efetuar a gravação, foi explicado que seu uso constaria apenas como instrumento auxiliar para a transcrição e análise dos dados por parte do pesquisador, sem que as imagens ou o áudio fosse utilizado para quaisquer outros fins. Tendo obtido o consentimento livre e esclarecido de todos, iniciou-se a condução do grupo.

Todos participaram com ao menos três intervenções, no entanto, a maior parte das falas ficou concentrada em cinco pessoas. A atividade foi programada para uma sexta-feira, a partir das 16h, pois essa foi a melhor opção para os participantes. No entanto, não havia ninguém no local no horário determinado. Optou-se, então, por seguir até as residências para averiguar a possibilidade de realização da atividade. Não interpretamos essa atitude como falta de interesse dos participantes, pois experiências anteriores haviam demonstrado ser comum essa ocorrência. Avalio que isso ocorreu em parte porque a atividade fora marcada

com antecedência de cinco dias (sem que o pesquisador estivesse em campo durante esse período), mas fundamentalmente porque o ritmo da vida no assentamento, das ocupações e tarefas de casa, antecipa-se à predeterminação de uma atividade fora da rotina.

Duas situações limitaram o desempenho final da atividade (nos últimos 20 minutos) promovendo a dispersão do grupo: a exaustão dos participantes devido ao tempo prolongado da atividade e o desconforto diante da invasão de mosquitos que se acumularam na sala ao anoitecer.

### 3.1.4 Breves considerações a respeito da triangulação das técnicas de investigação

Este estudo buscou desenvolver uma triangulação das técnicas de investigação. De certo modo, isso permitiu acessar diferentes perspectivas do objeto, potencializando as vantagens de cada técnica em particular.

Niglas <sup>75</sup> apresenta e discute várias maneiras de construir uma triangulação com base no método, na técnica ou nos dados utilizados. Mas, para além das classificações, enfatiza a importância de se compreender e estar seguro de qual triangulação fazer, pois as taxonomias podem variar muito e nem sempre são as mais apropriadas para representar as associações em potencial.

Neste estudo foi desenvolvida a triangulação de técnicas e fontes de dados conforme é sugerido por Thurmond <sup>76</sup>. O uso de diferentes fontes de dados, bem como de técnicas de produção, coleta ou análise contribui na medida em que há complementaridade no sentido de responder aos objetivos do estudo. Em relação à fonte, pode ajudar a explicar processos ou mudanças em relação ao fenômeno de interesse enquanto o uso de diferentes técnicas de produção dos dados contribui para evidenciar diferentes perspectivas do objeto de estudo. De modo geral, tais associações contribuem para aumentar a validade interna da pesquisa.

Assim, as informações obtidas por meio das entrevistas e do grupo focal produziram sentido aos fatos, resgatando histórias, impressões e valores que somente poderiam ser compreendidos por quem vivenciou cada experiência em questão. Além disso, a entrevista permitiu um nível maior de interação e intimidade com cada sujeito em particular, diferenciando-se da narrativa construída em coletivo. O grupo focal, por sua vez, potencializou a compreensão de valores da comunidade, práticas e representações que algumas vezes se mostraram distintas em relação à narrativa individual, pois resgatam o sentido atribuído pela comunidade às práticas, como um código interno de reconhecimento,

regras e valores. Do mesmo modo, as distinções, contradições e reafirmações do discurso e da prática foram enriquecidas pela observação participante. A triangulação, nesse sentido, corrobora a perspectiva de melhor compreender o tema de estudo, ressaltando suas nuances e desvelando o que provavelmente ficaria oculto nas falas e ações dos sujeitos, se fosse utilizada apenas uma técnica.

A associação destas três abordagens investigativas demonstrou, por exemplo, como a narrativa de uma das lideranças políticas da comunidade, quando falava em grupo se fazia influenciada pelo papel social de representante e reproduzia o *falar bem/falar bonito*<sup>14</sup> próprio de quem discursa para o público. Já ao conceder entrevista individual, retoma o discurso sem a mesma preocupação em fazer-se reconhecido enquanto liderança política, o que permitiu acessar um discurso mais aberto, com variações no fluxo da narrativa, entrecortada de impressões pessoais distintas das que emergiram na entrevista em grupo.

Embora sejam apresentadas as vantagens que a triangulação proporcionou para este estudo, é preciso fazer a ressalva de que o tempo limitado para a consecução de uma pesquisa de mestrado, que na melhor das hipóteses se realiza ao longo de um ano, dificultou o amadurecimento da proposta de triangulação tanto na parte analítica quanto na discussão dos resultados. De maneira geral, as desvantagens de qualquer tipo de triangulação incluem o aumento nos custos e no tempo dispensado ao trabalho<sup>76</sup>. A associação das técnicas resultou em um amplo conjunto de dados que permitiram responder aos objetivos propostos, mas que poderiam ser ainda mais explorados.

### 3.2 PROCESSO DE ANÁLISE DO MATERIAL PRODUZIDO

Para esta pesquisa os dados produzidos foram analisados com base na Análise de Conteúdo de Bardin<sup>77</sup> na vertente proposta por Minayo<sup>78</sup> – Análise Temática, com algumas adaptações no modo de organizar e analisar os dados, buscando compreender os significados que os atores sociais atribuem à realidade.

Bardin<sup>77</sup> (p.31), descreve três objetivos que a análise deve atingir:

---

<sup>14</sup> *Falar bem, falar bonito, fazer discurso* são expressões comumente utilizadas pelos trabalhadores rurais para designar a fala pública de lideranças e definir sua qualidade<sup>79</sup>.

1) a *superação da incerteza*: o que eu julgo ver na mensagem estará lá efectivamente contido, podendo esta “visão” muito pessoal ser partilhada por outros?

2) e o *enriquecimento da leitura*: se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significação susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que *a priori* não possuíamos a compreensão.

Michelat <sup>80</sup> apresenta cinco equívocos que podem surgir durante as análises: 1) separação das unidades de significação, consideradas isoladamente; 2) perda de informação por limitação das categorias definidas; 3) quantificação dos dados a fim de encontrar uma representação do conjunto segundo frequência obtida; 4) preocupação com a quantificação como forma de validação dos resultados e possível extrapolação; 5) reducionismo na análise dos dados por preocupação em relação à quantificação das categorias e das informações obtidas, mantendo a análise em nível superficial tal como se conseguiria por aplicação de questionário.

Conforme aponta Minayo <sup>78</sup>:

As atuais tendências históricas do uso e do desenvolvimento de técnicas de *Análise de Conteúdo* conduzem a uma certeza. Todo o esforço teórico, seja baseado na lógica quantitativa ou qualitativa, visa a ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica ante a comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou resultados de observação. (p.308)

Considerando as ressalvas anteriores, partimos de uma visão da análise como interpretação aprofundada dos dados. Para analisar esse tipo de dado não se pode estar limitado às categorias totalizantes ou generalizantes previamente estabelecidas, pois a diversidade é uma dos pressupostos desse tipo de estudo.

Na “Análise Temática” o conceito central é o tema que se comporta como um feixe de relações, possibilitando a identificação de unidades de sentido. Esta técnica geralmente segue três etapas: a primeira é a de “Pré-análise” e busca, por meio da leitura do material, encontrar traços de homogeneidade e heterogeneidade dentro do conteúdo; a segunda etapa consiste na “Exploração do Material”, quando se procura por categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado; por último, tem-

se a etapa de “Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação”, que procura articular as categorias produzidas de forma a dar sentido às unidades temáticas<sup>78</sup>.

Neste estudo, os dados obtidos por meio da fala dos entrevistados (grupo focal e entrevistas semi-estruturadas) foram integralmente transcritos por mim e, em seguida, submetidos a várias leituras até que houve clareza sobre as palavras, frases e temas. Esse momento já propiciava ao segundo passo, a identificação de temas convergentes e divergentes, e levantamento das categorias emergentes bem como a confirmação das previamente estabelecidas. Cada categoria e/ou tema de relevância foi marcado por cores diferentes em cada trecho de entrevista para identificar o que havia de convergente e divergente na fala dos entrevistados. O mesmo foi realizado com os dados decorrentes de observação, o que propiciou a compreensão dos contextos e modos de vida, base sobre a qual as falas foram adquirindo estrutura e lógica dentro daquela unidade singular de organização do assentamento.

Desse modo, os dados já explorados e categorizados foram articulando as categorias “a priori” e as que surgiram posteriormente, dialogando com a análise documental e o referencial teórico-metodológico da ergologia e seu Dispositivo Dinâmico A Três Polos. Ao final, as categorias definidas foram: atividade, saúde, ambiente, renormatização, autonomia, cooperação, preservação ambiental.

Assim, um dos capítulos discorre e discute as condições e modos de vida que dão sentido aos trechos de falas analisados. A permanência por mais de 20 dias em campo, quase que imerso naquela realidade, somado ao caráter exploratório do estudo, permitiu constituir uma narrativa mais abrangente, salientando aspectos da vida social no cotidiano da comunidade.

### 3.3 ASPECTOS ÉTICOS

A ética na pesquisa é construída a partir de três pilares: ‘autonomia’ que preza pela livre escolha do indivíduo em participar da pesquisa (o termo de consentimento livre e esclarecido foi aplicado a cada um dos participantes e apresentado à comunidade); a ‘beneficência’, compromisso do autor em refletir sobre suas ações, sempre optando pelo que traga o máximo de benefícios e o mínimo de danos ou riscos aos sujeitos de pesquisa; ‘não-maleficência’ (garantia de que danos previsíveis serão evitados); e ‘justiça e equidade’, contido na relevância social da pesquisa, no compromisso em produzir resultados de interesse

para a população estudada, no retorno dos dados para a comunidade <sup>81</sup>.

O trabalho de pesquisa que resultou nesta dissertação foi desenvolvido a partir de documentos oficiais públicos e de livre acesso, observação participante e entrevistas individuais e em grupo. Esta pesquisa recebeu autorização do Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Registro de Protocolo de Pesquisa nº 90/10) (ANEXO 1).

No decorrer da pesquisa os sujeitos envolvidos foram esclarecidos a respeito das atividades que seriam desenvolvidas, do seu propósito e da livre opção de retirar-se a qualquer momento. Todos participantes que se dispuseram a fornecer informações gravadas em mídia audiovisual foram previamente informados sobre o TCLE (APÊNDICE 4) que foi lido pelo pesquisador na presença dos entrevistados, com o cuidado de que aquelas informações fossem transmitidas também no diálogo menos formal para que os assentados tivessem maior compreensão do que se tratava. Convém ressaltar que a assinatura do TCLE não foi apresentada como uma obrigação, visto que alguns dos assentados não conseguiam assinar o nome ou tinham dificuldade de fazê-lo. Do contrário, poderia tornar-se uma situação constrangedora para algum dos participantes.

Os representantes da comunidade (presidente e vice-presidente da Associação de Moradores) foram comunicados da pesquisa e assinaram um termo de autorização para sua realização (ANEXO 2). A Coordenação Estadual de Saúde do MST também concedeu essa autorização por escrito (ANEXO 3).

Para prover a maior segurança possível da identificação individual dos trabalhadores, os nomes utilizados no trabalho são fictícios. Por outro lado, o nome do Assentamento foi mantido após concessão feita por quem prestou depoimento individual (entrevista) e coletivamente após a realização do grupo focal. Além disso, os representantes da Associação de Produtores também foram favoráveis. Ressalte-se, ainda, que muitos disseram ser importante a manutenção do nome do Assentamento para que as pessoas tivessem conhecimento da sua existência.

No sentido de responder ao critério de beneficência, procurei estabelecer com o MST os temas que seriam de relevância para o Movimento. Além disso, sendo de interesse dos assentados, comprometi-me a retornar os resultados da pesquisa à comunidade o que ocorreu ao final da pesquisa com uma atividade coletiva de discussão dos resultados encontrados.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 4.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DO MST: IDENTIFICANDO O PRESCRITO

Ao analisar a temática saúde/trabalho/ambiente, tornou-se indispensável refletir a respeito dos valores e ideologias que sustentam as práticas e intervenções sociais do MST. O compromisso do Movimento está vinculado à ideologia de superação das questões estruturais que sustentam a desigualdade social brasileira e, desse modo, repercutem na lógica organizativa e formação das áreas onde atua. Portanto, a análise de suas orientações e práticas deve levar em conta os “valores” do MST que incluem o respeito à vida, à saúde e ao trabalho como direitos universais, a organização política e social como formas de inserção do sujeito como protagonista da própria história, a redução da desigualdade e o combate a toda forma de opressão como se observa em relação às questões de gênero.

Apesar das manifestações que frequentemente se observa, principalmente na mídia, sobre o autoritarismo e rigidez da ideologia do MST, observei diversos documentos em que estão registrados o diálogo e o debate das ideias internamente e com atores fora do Movimento, como a academia, ressaltando as oposições e divergências de ideias. Portanto, não me parece equivocado afirmar que coerência interna e sintonia do discurso do Movimento não são o resultado do consenso pleno de seus integrantes, mas de algo como uma identidade política forte e compartilhada. O sentimento militante, sentimento de coletividade e respeito às divergências, ainda que apresente limitações, persiste no Movimento. Em suma, ainda que existam contradições na/da prática, isso é próprio de um Movimento que busca ser (e nesse sentido se faz) democrático.

##### 4.1.1 Princípios e valores da saúde no MST

A luta do MST pela reforma agrária agrega outras bandeiras além da conquista da terra e da produção agropecuária, como a luta por educação, saúde, formação política e cultura. Nesse processo, busca construir junto às famílias uma nova concepção de saúde, referenciada em novos hábitos, costumes e valores <sup>15</sup>. Apresenta uma visão politizada da

saúde que se vincula a sua determinação política de reagir frente às adversidades e superar as condições limitantes. Assim, ter saúde é, em última análise, “ter a possibilidade de lutar contra o que nos agride e nos ameaça, inclusive a doença”<sup>82</sup> (p.1). Percebemos que nessa concepção está inserida a ideia de renormatização, mas uma renormatização que ao invés de adequar-se às limitações do meio em que vive, prioritariamente procura transformar esse meio, reordenar a lógica sob a qual se insere para conquistar a saúde.

Com uma concepção de saúde abrangente e integral que pode ser observada em diversas cartilhas e textos, o MST se aproxima da concepção de saúde formulada pela 8ª Conferência Nacional de Saúde e, também, com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Nos documentos analisados, se destaca a valorização da vida como sentido principal das ações, construídas por meio da organização coletiva da *classe trabalhadora*, como se observa a seguir no trecho que reproduz os “Princípios e Valores da Saúde no MST”, conforme divulgado pelo Coletivo Nacional de Saúde<sup>82</sup> (p. 4):

1. Luta pela valorização da vida: A luta pela saúde é essencialmente a luta pela vida em todas as suas formas. Neste processo é fundamental fomentar a solidariedade, o compromisso com a vida, o cuidado com o outro e a outra e com o ambiente em que vivemos como caminho a ser trilhado junto com outros grupos e organizações.
2. Saúde como uma conquista de luta popular: Continuar e potencializar a organização de homens e mulheres do campo e da cidade a fim de desencadear processos de elevação da consciência, da autonomia e da luta popular, tendo como objetivo a produção e conquista de uma vida com dignidade. Lutar pela saúde é lutar pela Reforma Agrária.
3. Saúde como direito: A saúde é um direito de todos e todas. Devemos continuar lutando para que o Estado seja cumpridor e executor das políticas de saúde estabelecidas, fruto de mobilização e participação popular. O movimento deve continuar conscientizando e educando os/as militantes deste direito, proporcionando a participação, a atitude de luta e a proposição de novas políticas que garantam o acesso aos serviços públicos de saúde.
4. Lutar pela consolidação de Políticas Públicas em Saúde: Manter a organização do movimento juntamente com os movimentos populares e articulações que garantam as políticas públicas de saúde, fortalecendo o SUS como elemento essencial para o atendimento das necessidades da população em geral e as especificidades do campo. Garantir a conscientização, estando em luta, no sentido de compreender a conquista de saúde como conquista de qualidade de vida em todos os níveis: saneamento, moradia, lazer, esporte, produção, etc.
5. Respeito às diferenças: Superação das desigualdades nas relações de poder, valorizando e respeitando as diferentes gerações, culturas, raças e etnias, expressões da sexualidade, das novas relações de gênero, de características regionais e de religião. Este respeito e integração das diferenças são fundamentais para uma vida com qualidade.
6. Fortalecimento das práticas e saberes populares em saúde: Fortalecer e valorizar as práticas e saberes de saúde do campo e da cidade como instrumentos

legítimos e eficazes da promoção de saúde e processos de cuidado, bem como potencializadores da luta por uma consciência de saúde integrada e autônoma.

7. Educação permanente em saúde: Continuar o trabalho de educação em saúde em todos os setores e instâncias do movimento, a fim de garantir e aprofundar o trabalho de promoção e atenção em saúde, prevenção de enfermidades, das pessoas e ambientes.

8. Socializar os conhecimentos e as informações: É fundamental socializar os conhecimentos adquiridos e produzidos a fim de defender a vida com saúde e qualidade. Garantindo que os conhecimentos às tecnologias e às ferramentas de produção estejam sob a apropriação e controle da classe trabalhadora.

Portanto, a saúde é antes de tudo um direito de cidadania e seu conhecimento deve ser colocado à disposição da sociedade, buscando resgatar os valores culturais e populares. Por isso, ao propor ações de organização e intervenção da saúde para o campo, o MST ressalta a necessária adequação desse serviço à realidade social e cultural dos trabalhadores rurais sem-terra. No entanto, apesar de proposições específicas, também reivindica um modelo de saúde que seja abrangente e universal, que contemple a demanda de toda a população, seja ela do campo ou da cidade.

Nessa concepção, a saúde não poderia ser ofertada por serviços privados e determinada por valores de mercado, mas deveria ser um compromisso do Estado. Na crítica ao mercantilismo da doença e exploração da saúde, o MST repudia a doença como fonte de acumulação de riqueza e aponta para prioridades de investimento em ações de prevenção e promoção da saúde.

Na condição de sem terra, são também lutadores da saúde no sentido mais profundo desse significado. Pois incorpora um conceito de vida, equilíbrio, convivência, solidariedade e espelhamento de suas identidades diversas, tradições e sabedorias de promoção da vida – e nega o sistema de doença/remédio/hospital cuja característica principal é o mercantilismo da doença e exploração da saúde do povo, assim como é a terra e os insumos da terra<sup>83</sup> (p.5).

O Movimento considera o resgate e valorização da cultura e do conhecimento popular importante para a conquista da saúde – nesse ponto, reafirma o autocuidado como valorização de si, da autonomia em contraposição ao colocar-se “paciente”, passivo diante do saber de outro.

Ao longo de sua história de luta, resistência e conquistas, o MST vem acumulando experiências de resgate e luta pela saúde e a valorização da sabedoria popular dos cuidados e promoção da saúde com o uso tradicional de plantas e ervas medicinais<sup>83</sup> (p.5)

Assim, o sujeito é o protagonista da sua própria saúde, mas em articulação com o Estado que deve prover as condições necessárias para que os indivíduos, comunidades e grupos potencializem o bem estar e a qualidade de vida.

O trabalho, enquanto tema de mobilização política, insere o MST na *luta* por demandas da cidade e do campo. Essa mobilização se faz presente nas manifestações recentes (no segundo mandato de governo do Presidente Lula da Silva) pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

(...) dedicamos nossas energias para realizar uma efetiva Reforma Agrária, capaz de democratizar o acesso à terra e produzir alimentos. Mas também, ao longo dos nossos 25 anos, nos somamos nas bandeiras de luta que defendem a garantia e ampliação de direitos dos trabalhadores. Por isso, consideramos fundamental a participação na campanha pela redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução de salários<sup>1</sup> (Jornada de trabalho de 40 horas!)<sup>1</sup>.

De modo geral, o trabalho e o meio ambiente aparecem articulados nos documentos que abordam o tema da “produção”, que ao invés de limitar-se a descrever as atividades produtivas (geralmente agropecuárias), abarca discussões a respeito da relação saúde-trabalho-ambiente. Este é um tema central nos documentos analisados aparecendo em cartilhas, textos e relatos de reuniões e encontros, inclusive em eventos acadêmicos com a participação do MST. Uma explicação para a centralidade da “produção” seria a demanda por trabalho e geração de renda que mobiliza os trabalhadores assentados ou acampados para o que é imediato: garantir a produção e reprodução social das famílias sem-terra. A “produção” ainda se destaca como grande desafio para os trabalhadores assentados em decorrência da morosidade e desarticulação das políticas de reforma agrária, o que dificulta o acesso aos programas de auxílio e fomento à produção<sup>14, 84</sup>. Em consequência, é necessário grande empenho dos sem-terra (trabalhadores rurais e militantes) para viabilizar a “produção”.

Percebe-se na concepção de “produção” noções de preservação e uso consciente dos recursos naturais, a preocupação com a não contaminação dos recursos hídricos, o uso sustentável do solo e a preservação das matas e florestas.

O processo de trabalho, na singularidade da atividade, é menos destacado que a teorização do processo de acumulação capitalista em contraposição ao modo familiar camponês de produção. Nesse ponto, vale ressaltar que os valores de coletividade do trabalho se tornam referência na orientação política das áreas como estratégias que visam resistir e avançar mesmo dentro de um modelo de produção capitalista hegemônico, mas é pouco

discutida em suas nuances operacionais e na especificidade do modo de fazer e das estratégias de articulação próprias dos trabalhadores frente às limitações que encontram. Em outras palavras, o trabalho coletivo se apresenta primordialmente como de divisão social do trabalho, que potencializaria a produção e os rendimentos econômicos, no entanto é pouco discutida enquanto formas próprias de articulação dos trabalhadores, formas que se configuram por sua experiência, história e cultura.

Outra questão se refere à *luta* contra o trabalho escravo (ou trabalho análogo ao escravo) denunciando as condições de dominação sobre os trabalhadores, principalmente nas carvoarias e no corte da cana. A educação constitui outro eixo temático (sendo a maior parte do acervo consultado no CEDEM) que utiliza como ferramenta na abordagem da saúde, do trabalho e do meio ambiente, a educação popular.

Apesar da centralidade da saúde na articulação com o trabalho e o meio ambiente, esta relação se destaca nos materiais produzidos a partir de 1998, quando foi criado o Coletivo Nacional de Saúde do MST – CNS.

Com base no que mencionamos anteriormente, podemos afirmar que a saúde para o MST adquire um *status* que ultrapassa a dimensão do biológico, do econômico, do cultural. A saúde é, portanto, um *valor sem dimensão*<sup>5</sup> que influencia as formas de organização da vida, inclusive do trabalho, nas áreas ocupadas. As orientações das ações de saúde (tomadas aqui como o prescrito), bem como as escolhas que inevitavelmente se colocam diante da insuficiência das normas antecedentes, são influenciadas por este *valor adimensional*.

#### 4.1.2 Orientações, ações e práticas de saúde-trabalho-ambiente no MST

##### 4.1.2.1 Significados e estratégias de saúde: conquista do SUS, autocuidado e organização popular

Dentre as proposições de saúde do MST, destaca-se o fortalecimento do Sistema Público de Saúde, principalmente das ações de prevenção de enfermidades e promoção da saúde, e o combate à mercantilização e privatização da saúde. Estas ponderações são apresentadas como o referencial da luta do Movimento, segundo o documento “Nossas Lutas”, disponível no *site* oficial do MST<sup>1</sup>.

O Estado deve garantir e defender a saúde de toda a população, implementando políticas públicas de soberania, segurança alimentar, de condições de vida dignas, como medidas preventivas às doenças. O sistema de saúde pública (SUS) deve ser ampliado e melhorado, combinando com o Programa de Saúde da Família (PSF) preventivo, incluindo o atendimento médico-odontológico e de enfermagem.

O Estado deve garantir acesso a atendimento médico-odontológico, e medicamentos de forma gratuita e racional a toda população necessitada. Deve combater todas as práticas que mercantilizam o atendimento à saúde da população e se transformam em mero objeto de lucro. O Estado deve organizar um processo de formação massiva, ampliando o maior número possível de profissionais na área de saúde, de agentes populares de saúde a médicos e especialistas <sup>1</sup>(s/p).

A organização popular constitui a primeira orientação para a melhoria da saúde nas áreas, e inclui tanto a atuação dentro da comunidade quanto a reivindicação perante o poder público em qualquer de suas instâncias (federal, estadual ou municipal). “Nós do MST, sabemos que tudo o que conseguimos foi na base de muita luta. Com o atendimento à saúde continua sendo o mesmo: CONHECER, ORGANIZAR, MOBILIZAR.” <sup>85</sup> (p.7). Nesse sentido, e preservando sua *organicidade*, o Movimento incentiva a formação do Setor de Saúde nas ocupações.

De acordo com o Informe do Coletivo Nacional de Saúde, “o MST tem um setor organizado com o objetivo de priorizar a luta pela saúde (em seu conceito ampliado) no campo” <sup>82</sup> (p.2). Sendo objetivos desse Setor: 1) lutar contra o modelo de saúde capitalista expresso no complexo médico-industrial-farmacêutico e agronegócio, e re-significar a saúde na perspectiva da classe trabalhadora, garantindo o direito à saúde como dever do Estado; 2) incorporar a ética do cuidado como estratégia de promoção, prevenção e atenção à saúde, fortalecer as práticas populares afirmando a cultura dos saberes do povo; 3) garantir a participação orgânica e política dos(as) militantes em todos os espaços baseado, nos princípios do MST <sup>82</sup>.

Segundo a cartilha “O funcionamento das Brigadas” <sup>86</sup>, o setor de saúde nas áreas tem como objetivos:

Construir uma cultura de cuidado com a saúde; cultivar novos hábitos de saúde comunitária, combatendo os vícios; desenvolver hábitos de cuidado com a saúde através de esportes, teatro, música, pintura, poesia e organização de festas; cuidar dos ambientes domiciliares; cuidar dos banheiros e dos esgotos; preservar a água; cuidar da alimentação; dispor o lixo adequadamente; cuidar da higiene; cuidar dos animais domésticos; cuidar da amizade, alegria e solidariedade e organizar o cultivo das hortas medicinais <sup>86</sup> (p. 45).

O Setor de Saúde adquiriu notoriedade a partir de 1998, depois do I Encontro Nacional para discutir a atuação do MST nessa área, em um evento com a participação de representantes de 23 estados. Ao final, formou-se um Coletivo Nacional de Saúde que deveria formular estratégias de ação, agregar as experiências locais e fomentar a organização da saúde nas áreas. A criação deste grupo coincide com o período de maior empenho do Movimento em debater as questões de saúde, o que se verifica pelo considerável aumento de cartilhas e textos sobre saúde produzidos pelo MST, inclusive destinados aos que vivem em áreas ocupadas. Nestes textos e cartilhas, o foco concentra-se em três aspectos: a informação sobre saúde (SUS – o que é e como funciona –, direitos conquistados e meios de garantir seu cumprimento); a construção de hábitos e modos de vida saudáveis, com referência ao respeito mútuo, à solidariedade e a dignidade; construção de racionalidades médicas populares, principalmente o cultivo e utilização de plantas medicinais.

Entretanto, mesmo onde se realiza a organização popular, os assentamentos e acampamentos têm dificuldade para realizar as orientações de saúde que fazem parte da política do MST, conforme apontaram Gaia<sup>15</sup>, Carneiro<sup>17</sup> e Cimblaris<sup>23</sup>. Um dos motivos dessa dificuldade pode estar relacionado à necessidade de priorizar ações de massificação da luta pela terra e de organização da produção que constituem os primeiros passos para garantir a conquista do assentamento e a permanência nas áreas.

No documento “A Reforma Agrária Necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira” aparecem alguns pontos em relação à saúde para os “sem-terra”. No tópico “O desenvolvimento da infraestrutura social no meio rural”, três itens mencionam diretamente a saúde:

9.1. Implementação de um amplo programa de construção e melhoria das moradias no meio rural, conjugado com garantia de acesso a energia elétrica, de fontes renováveis e alternativas, água potável, transporte público, informática, e atividades culturais em todas as comunidades rurais. Bem como desenvolver nessas comunidades programas de saúde familiar preventiva.

9.3. Orientar para que as moradias das famílias que vivem no interior, sejam aglutinadas, em povoados, comunidades, núcleos de moradias, agrovilas, etc. de acordo com a realidade regional e a cultura, de modo a facilitar o atendimento dos serviços públicos de luz elétrica, saúde, educação e a melhoria das condições de vida;

9.6. Garantir a implementação de um programa preventivo de saúde pública para todas as comunidades rurais. Valorizando os conhecimentos populares, e as estruturas curativas necessárias. Bem como um programa massivo de formação de agentes de saúde, que vivam nas comunidades<sup>1</sup> (s/p).

A Saúde e outros Setores nas áreas deveriam intervir conjuntamente com os órgãos públicos (de saúde e da reforma agrária) para coordenar as ações de construção de moradias, saneamento, educação e demais serviços públicos de modo a promover melhorias nas condições de vida. No entanto, como a maior parte destes serviços é provida por agentes externos, verifica-se simultaneamente a orientação para que a comunidade desenvolva ações de resgate do conhecimento popular voltado para a promoção da saúde. As ações do governo deveriam focalizar também medidas preventivas de saúde pública, como a formação de agentes de saúde da própria comunidade e atuação do Programa Saúde da Família nas áreas ocupadas.

O resgate do uso de plantas medicinais aparece em várias cartilhas que fomentam a construção de horto medicinal nas áreas, além dos cursos de formação em saúde que adotam racionalidades médicas (alopatia e medicina chinesa) e não médicas (uso de plantas medicinais), conforme ocorre no estado do Rio de Janeiro <sup>87</sup>.

As cartilhas ou cadernos de saúde explicam que o horto não depende somente da escolha adequada do local de cultivo, mas de um levantamento da condição de saúde na área que inclui o conhecimento dos principais problemas de saúde, dos hábitos de vida, das plantas mais utilizadas, identificar pessoas de referência (denominados agentes de cura) no assunto etc. Nota-se, ainda, que as maiores preocupações de saúde nas áreas referem-se ao saneamento e às condições de trabalho. Este último porque a população pode não permanecer nas áreas rurais se não há como produzir alimentos ou gerar renda no assentamento.

#### 4.1.2.2 O trabalho e as forma de organização

Os documentos ressaltam o trabalho como fator de saúde de modo generalizado, ou seja, não se trata de acompanhar o que ocorre no desempenho das atividades, mas compreender que sem trabalho não se constrói ações de saúde nas áreas e que sem saúde não se pode trabalhar. Exceto em relação aos riscos e danos decorrentes do trabalho com agrotóxicos, poucos documentos analisados discutem fatores do processo de trabalho que interferem na saúde.

O trabalho coletivo nas áreas constitui uma das orientações mais comuns do Movimento, no entanto, percebe-se que esta “coletividade” pode se organizar de diferentes maneiras: mutirão, “troca de dias de trabalho”, grupos cooperados, formação de associações e cooperativas. Em geral, a orientação está articulada com a proposta de determinar uma área

no assentamento ou acampamento destinada ao trabalho coletivo, que neste caso se configura em forma de mutirão, onde todos trabalham e o produto é repartido com base nos critérios de divisão estabelecidos democraticamente. As trocas de dias configuram formas clássicas de organização do trabalho camponês, frequentemente observadas na agricultura familiar por meio das estruturas de reciprocidade binárias e simétricas – ajuda mútua e manejo compartilhado de recursos comuns<sup>88</sup>. Por fim, há a orientação para os assentamentos criarem Associações ou Cooperativas como forma de cooperação do trabalho. Na compreensão do MST as formas de trabalho coletivo contribuem para aumentar o rendimento, fortalecer os laços de afinidade e identidade comunitária, além de propiciarem melhores condições para estabelecer o trabalho saudável, visto que isto inclui o enfrentamento das formas convencionais de produção. O trabalho cooperativo nas áreas onde atua é estimulado pelo MST desde a sua fundação.

Barcelos<sup>44</sup> ressalta que em 1986 teve início no MST a discussão e formulação a respeito dos sistemas de organização da produção devido ao aumento no número de assentamentos e a necessidade de viabilizá-los social e economicamente, sendo constituídas as Cooperativas de Produção Agrícola (CPAs). Ao final dos anos 1980 o MST se orientava por um ideário marxista-leninista, deslocando-se do eixo político-religioso, vinculado às Igrejas e Pastorais, para o político-econômico. A partir daí se formulou a base conceitual e prática sobre o trabalho coletivo e a cooperação no MST. De modo geral, esse modelo tornava necessário constituir outras formas de organização camponesa que assumissem a divisão social do trabalho e da gestão coletiva dos fatores de produção (terra, trabalho e capital), em substituição ao modelo familiar-individual, o que significava uma mudança nas relações sociais do campo. Portanto, esse modelo que se desenvolveu ao longo da década de 1990 teve de enfrentar dois grandes desafios: 1) o de administrar a diversidade de desejos e interesses sociais que constituía os assentamentos e; 2) o enxugamento do Estado e redução dos investimentos públicos vivenciados durante esse período, como a extinção em 1991 da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), o que dificultou ainda mais a consolidação dos assentamentos de reforma agrária e da assistência técnica no meio rural. No entanto, no decorrer da década seguinte (início do século XXI) observa-se no discurso do MST a maior inserção e desenvolvimento da Agroecologia enquanto tema central dos modelos de produção agropecuárias a serem desenvolvidos nos assentamentos, renovando o discurso e a forma de organizar a produção coletiva.

Em relação ao trabalho no campo, pode-se destacar a oposição ao uso de insumos químicos e sementes transgênicas que são denunciadas por seus riscos à saúde humana e ambiental, bem como por seus prejuízos à cultura e ao conhecimento popular do trabalhador camponês, pois coloca em questão sua autonomia de vida e trabalho. A introdução destas sementes estaria em consonância com o modelo produtivo denominado de agronegócio. Este modelo se intensifica a partir do pacote tecnológico da “revolução verde” e modifica estruturalmente a forma de produzir alimentos, com incorporação de maquinário e redução da força de trabalho, aumento de insumos químicos e tecnologias de controle dos ciclos biológicos vegetais e animais, cultivo de monoculturas em larga escala destinada principalmente para a exportação; além de aumentar a exploração direta e indireta do camponês e fragmentar o saber-fazer próprio de seu modo de produzir<sup>89, 90</sup>.

Atualmente, a preocupação com o trabalho (e os processos produtivos) tem se mostrado mais direcionado para determinadas práticas potencialmente prejudiciais à saúde dos trabalhadores e do meio ambiente, em especial, o questionamento ao uso de agrotóxicos. Cartilhas, textos, manifestos demonstram o empenho do MST contra o uso de agrotóxicos e a favor das práticas “agroecológicas”<sup>15</sup> como alternativa ao uso dos pesticidas e demais produtos químicos utilizados na produção convencional de alimentos. Um dos compromissos assumidos em seu último Congresso Nacional consiste em

“Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno”<sup>1</sup> (Carta do 5º Congresso Nacional do MST).

Nesse sentido, observa-se a preocupação em produzir alimentos saudáveis, promovendo práticas que possam gerar empregos e garantir a sustentabilidade ambiental e a saúde dos trabalhadores bem como da população em geral. Desse modo, podemos dizer que o não uso de agrotóxicos e a “agroecologia” constituem orientações de práticas de saúde-

---

<sup>15</sup> Compreende-se agroecologia como uma ciência que desenvolve métodos, técnicas e forma de produzir que englobam aspectos culturais, sociais e técnicos no desenvolvimento (ou transição para) uma forma de produzir sustentável ambientalmente e socialmente justa. “A agroecologia parte de um pressuposto epistemológico que constitui uma ruptura com os paradigmas convencionais da ciência oficial (...) Frente ao discurso científico tradicional aplicado à agricultura, que propicia o isolamento dos demais fatores circundantes, a agroecologia reivindica a necessária unidade das diferentes ciências naturais entre si e destas com as ciências sociais para que se possa compreender a interconexão dos processos ecológicos, econômicos e sociais”<sup>91</sup> (p. 88)

trabalho-ambiente nas áreas ocupadas pelo MST.

Há também orientações como: não poluição dos recursos hídricos e o consumo de água tratada ou filtrada, destino adequado do lixo e produção de adubo orgânico, limpeza e ornamentação das moradias e locais de convivência e cuidados ao lidar com animais domésticos. Contudo, não foram encontrados documentos que registram orientações em relação à exposição aos animais peçonhentos e insetos, acidentes de trabalho com ferramentas e exposição às condições ambientais adversas (presença de insetos e animais peçonhentos, sol e chuva), questões importantes para a construção de ambientes saudáveis para quem vive e/ou trabalha no campo.

## 4.2. CONDIÇÕES DE VIDA NO ASSENTAMENTO DANDARA

Neste capítulo, procuramos caracterizar as condições de moradia, trabalho, saúde e ambiente do Assentamento, oferecendo informações importantes para compreender melhor as condições de vida no local do estudo.

### 4.2.1 O Assentamento Dandara dos Palmares

O estudo foi realizado em um assentamento rural localizado no município de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro, Brasil, situado na região norte fluminense, tradicionalmente marcada por sua importância agrícola, principalmente no que concerne à produção de cana-de-açúcar. Cordeiro <sup>92</sup> aponta que a partir do século XX o latifúndio açucareiro contribuiu para a maior concentração fundiária na região, principalmente pelo advento das usinas de processamento de cana que na década de 1980 correspondiam a 15 usinas de açúcar e álcool com a exploração de 185.000 hectares de monocultura da cana-de-açúcar. No entanto, em fins dessa década ocorre o colapso do setor sucroalcooleiro na região e muitas destas terras são desapropriadas para fins de reforma agrária.

Tomando como base o ano de 1998, Souza, Ponciano & Mata <sup>93</sup> demonstraram que o índice de Gini para a distribuição da posse da terra é mais elevado no caso dos municípios da região norte do Rio de Janeiro do que o noroeste, com ênfase para Campos dos Goytacazes, onde o percentual de área dos 5% maiores imóveis correspondia a quase 60% de toda área deste município, um valor consideravelmente elevado, visto que os 50% menores imóveis rurais abrangem o percentual de apenas 4% da área total.

Essa estrutura fundiária chamou a atenção dos dirigentes do MST que realizaram em 1997 a primeira ocupação e criação do Projeto de Assentamento (PA) Capelinha em Conceição de Macabu. Logo após, ainda nesse ano, foi criado o PA Zumbi dos Palmares que conquistou a desapropriação da terra ocupada no mesmo ano. Pode-se verificar que, para o caso da região norte fluminense, as principais organizações que participaram do processo de demanda por terra foram, além do MST, também o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos (STR/Campos) e Comissão Pastoral da Terra <sup>92</sup>. A concentração de terra e a exploração dos trabalhadores rurais em Campos dos Goytacazes não é recente; desde o período colonial os engenhos de cana se concentravam na região e exploravam a riqueza da terra por meio do trabalho escravo. Apesar de ser recente a criação dos primeiros

assentamentos, há registro de resistência histórica dos trabalhadores, como é o caso dos quilombos que se formaram no período colonial <sup>94</sup>.

No estado do Rio de Janeiro foram criados 68 projetos de assentamentos até junho de 2009, correspondendo a uma área desapropriada de mais de 120 mil hectares de terra. Desses, vinte e um se encontram na região norte-fluminense, sendo dez deles localizados no município de Campos dos Goytacazes. Estes projetos estão em diferentes estágios, desde o pré-projeto até a fase de consolidação/emancipação <sup>92</sup>.

#### 4.2.2 Histórico do assentamento e caracterização das famílias

O assentamento Dandara surgiu a partir da mobilização de 30 famílias sem-terra, organizadas juntamente ao MST, que ocuparam a Fazenda Santana do Betel em 27 de maio de 2003. Anteriormente, as famílias haviam passado por diversas ocupações na região, até chegarem a montar acampamento nas margens da estrada que liga o distrito de Travessão de Campos ao Município de São Francisco do Itabapoana. Estas famílias provinham de outras duas ocupações em municípios da região, São Diogo e Bom Jesus do Itabapoana. Pouco tempo depois as famílias se transferiram para o interior da fazenda e permaneceram nas proximidades da *sede*<sup>16</sup> por 30 dias para pressionar o ex-proprietário a deixar as terras que já haviam sido desapropriadas pelo Incra.

A ocupação ocorreu apenas com as famílias que permaneceriam no local (ao final foram assentadas 21 famílias), pois o MST já tinha conhecimento de que a terra estava desapropriada, mas o ex-proprietário se recusava a sair. Estas famílias foram selecionadas em assembleias (nos acampamentos onde viviam) considerando, principalmente, o critério de maior tempo de ocupação, de persistência na luta pela reforma agrária. Os assentados contam que o momento da ocupação foi tenso, pois o proprietário havia colocado pistoleiros dentro da fazenda e ameaçou agir com violência. Antes da desapropriação, o proprietário “empregava” trabalhadores rurais em regimes de trabalho que atingia 12 horas diárias pagando, em média, R\$7,00 por dia a cada trabalhador.

Após a ocupação, em 2005 se formou o Projeto de Assentamento Dandara dos Palmares. A partir desse momento as famílias começaram a receber os créditos para

---

<sup>16</sup> As palavras que aparecem em itálico neste capítulo correspondem a termos ou expressões utilizadas correntemente pelos sujeitos da pesquisa. Procurou-se privilegiar estes termos fornecendo a devida explicação de seu significado quando necessário.

construção das moradias que, segundo relataram os assentados, era no valor de R\$ 7.000,00, além do crédito inicial (aproximadamente R\$ 1.000,00 por família) de fomento para produção de alimentos destinados ao autoconsumo.

O Assentamento conta com 21 famílias o que corresponde a aproximadamente 75 pessoas (jovens, adultos, crianças e idosos) vivendo permanentemente na área, conforme apresentado na tabela a seguir, produzida pelos técnicos e o MST na ocasião de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento<sup>17</sup>:

Tabela 2 – Distribuição dos assentados por faixa etária e sexo

FAIXA ETÁRIA	SEXO		TOTAL POR FAIXA ETÁRIA
	F	M	
Até 6	7	5	12
7 a 18	14	11	25
19 a 40	12	7	29
40 a 60	6	11	17
>60	0	2	2
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>36</b>	<b>75</b>

Fonte: PDA<sup>100</sup> adaptado

Observa-se a significativa presença de crianças e de jovens no assentamento. Na área predominam as famílias constituídas por casal e os filhos (destaca-se uma das famílias que conta com 14 filhos), algumas formadas apenas pelo casal, outras com a mãe e filhos e há, ainda, três homens que vivem solteiros e sem filhos.

#### 4.2.3 Transporte

No assentamento não há transporte público. Para pegar uma van ou ônibus que fazem os trajetos entre as cidades da região é preciso se deslocar aproximadamente 12 Km até a

<sup>17</sup> O PDA, ou Plano de Desenvolvimento do Assentamento, consiste em caracterização do assentamento em seus aspectos socioeconômico, demográfico e geográfico. A partir desse documento são implementadas as ações de desenvolvimento do assentamento. O MST constrói esse documento após realizar etapas de discussão com as famílias, levando em conta os desejos e motivações de cada uma, além de considerar em separado os interesses dos jovens, das crianças e das mulheres.

rodovia. Atualmente há um ônibus escolar que faz o transporte das crianças até a comunidade de Floresta onde estudam aquelas que estão cursando até o ensino fundamental e uma van faz o transporte dos estudantes de ensino médio até a cidade de São Francisco.



**Figura 2** – Fotografia do ônibus que faz o transporte escolar das crianças e serve também aos demais assentados.

Em 2006 os assentados se organizaram para conseguir liberação na prefeitura para outras pessoas do assentamento também se beneficiarem do ônibus nesse trajeto. Isso representou um importante ganho, pois facilitou o deslocamento tanto na área do assentamento quanto para quem precisa ir até a cidade. Nem todos assentados possuem veículos de transporte, ou não têm habilitação para dirigir, o que algumas vezes prejudica o deslocamento, como nos dias de chuva ou quando ocorre alguma emergência.

*Cláudio: É difícil, a gente que tá aqui, sair pra fora é difícil. Condução, nos dependemos muito de condução, de ônibus de escola aí, né? Era pra ter uma Van passando aí, um ônibus passando aí, pra gente não depender de ônibus de escola que só passa de manhã bem cedo e meio dia, né? E quando tem aula, quando é feriado se a gente passar mal aí o que faz? Às vezes o companheiro não tá aí pra dá uma ajuda, não tem carro disponível, como é que faz? A única condução que tenho é uma charrete, aí fica difícil. [E<sup>18</sup>]*

---

<sup>18</sup> Os símbolos E e GF serão utilizados para diferenciar as falas provenientes, respectivamente, de entrevista semi-estruturada e grupo focal.

A insatisfação com o transporte público e a qualidade das estradas está em sintonia com o que outros assentados têm apontado como um dos problemas dos assentamentos rurais em todo o país <sup>21</sup>.

#### 4.2.4 Organização política interna

Em relação à organização política interna do assentamento não encontrei a estrutura própria do MST. Geralmente essa formação inclui uma coordenação geral da área, divisão em núcleos de moradia e também a formação de setores (saúde, educação, produção etc.).

No Dandara existe uma Associação de Produtores/moradores (formada em 2008 e, portanto, contando com aproximadamente dois anos de existência) que inclui um Presidente (Marcos), uma Vice-presidente (Solange) – se manteve um homem e uma mulher, atendendo à proposta de igualdade de gênero na organização política – e três fiscais (Caetano, Cláudio e Antônio). A Associação é uma das formas de organização incentivadas pelo MST, bem como a equidade de gênero na ocupação de funções políticas. Contudo, no momento da pesquisa não existia nenhum Setor atuante, nem núcleo de moradias (o que para os assentados se deve ao fato de ser pequena dimensão do assentamento com 21 famílias – normalmente os núcleos de moradia são formados por 10 a 15 famílias) ou coordenação geral do assentamento, que no caso foi substituída pela Associação.

Apesar de não manterem a *organicidade* <sup>47</sup> proposta pelo MST, observei que nas duas reuniões que ocorreram no assentamento enquanto eu estive presente na área, algumas características apreendidas com a vivência política no Movimento permaneciam como a preocupação em organizar as reuniões dispondo as cadeiras em círculo, a organização das falas por meio de inscrições e a preocupação em estimular a participação de todos e o empenho em tornar as decisões mais democráticas sendo decididas em assembleia. Por outro lado, não havia a ornamentação do local da reunião, a realização da *mística* <sup>19</sup>, ou a utilização

---

<sup>19</sup> Não é fácil definir conceitualmente o que seria a *mística*, o sentido e os significados que a compõem podem ser apropriados diferentemente por um expectador estranho ao MST, um militante dirigente ou um sem-terra da “base”. De modo geral, a *mística* compreende um conjunto de símbolos, encenações e narrativas que retomam a história dos sem-terra, expressam os sentimentos e valores internos ao Movimento e procuram manter viva a identidade e a luta que mobiliza a organização coletiva dos sem-terra. Pode apresentar um aspecto ritualístico, pedagógico, espiritual e subjetivo ou a mistura destes elementos. É realizada em praticamente todos os eventos organizados pelo Movimento sendo construída em grupo, geralmente, pouco

de palavras de ordem/motivação que normalmente ocorrem nas reuniões do Movimento.

Portanto, se observam algumas modificações e permanências na disposição política da organização do Assentamento em relação à proposta do MST. Todos os assentados com quem mantive maior contato afirmavam sua identidade sem-terra quando eu lhes incentivava a falar sobre o MST, apesar de citarem que alguns não gostavam de ser identificados como tal quando se encontravam fora do assentamento. A menor proximidade com o MST é atribuída a dois motivos: a falta de interesse da comunidade em se organizar coletivamente e a condição de assentamento que configuraria necessariamente maior autonomia. Reconheceram que muitas das dificuldades que encontram devem ser superadas a partir da consciência política e organização coletiva do grupo, mas consideram que isso deve partir da auto-organização do assentamento.

#### 4.2.5 Condições de moradia

O MST incentiva a organização das moradias no esquema de agrovila, onde as casas ficam mais próximas, o que facilita a implantação de serviços públicos e o envolvimento comunitário. No entanto, no Dandara as famílias optaram pela construção das casas nos lotes, pois consideram que assim as pessoas podem viver mais a vontade, com maior liberdade, além de reduzir os conflitos que tendem a se intensificar quando a proximidade das moradias resulta em intervenções indesejadas na vida familiar dos vizinhos.

Dentre os fomentos iniciais está o que destina recursos para a construção de moradias (este recurso não é reembolsável, no valor de R\$ 7.000,00 do Incra e mais R\$ 4.000,00 de recursos da Caixa Econômica Federal, ambos provenientes de fundos do governo federal<sup>20</sup>). A construção da moradia é pré-requisito para que seja instalado um ponto de luz dentro do *lote*. Como o valor é insuficiente para finalizar a construção da casa, muitos constroem apenas dois ou três cômodos para garantir a instalação da rede elétrica, e posteriormente vão fazendo melhorias à medida que adquirem recursos.

---

antes de ser apresentada. Conforme Ademar Bogo <sup>47</sup> define, a mística constitui uma prática estruturante dos valores do MST.

<sup>20</sup> Estes valores foram apresentados pelos assentados e podem ter sofrido reajuste, além de dependerem de decisões políticas locais (estaduais ou municipais) que podem modificar este valor.



**Figura 3** - Fotografias de duas casas de famílias vivem no assentamento.

No entanto, alguns assentados têm condição de investir recursos próprios e ampliam/adiantam a construção da residência. Por isso encontramos na área residências ainda muito precárias (com dois ou três cômodos mais um banheiro, às vezes sem acabamento algum, sem água encanada e instalação elétrica inacabada), e somente duas com acabamento finalizado (pintura completa, com piso de cerâmica em todos os cômodos, instalação elétrica e água encanada). Essa discrepância tem como principal origem as diferenças de poder aquisitivo dentre os assentados, seja por condições de trabalho ou posses anteriores que foram utilizadas para fazer as melhorias na casa ou benfeitorias no *lote*. Essa diferença se manifesta também em relação a outras posses como meios de transporte (cavalo, carroça, moto, carro). Além disso, o fomento não faz distinção em relação à quantidade de membros da família ou condições financeiras.

A composição interna da casa também é variável em função dos recursos de cada família. Por exemplo, há residências que possuem apenas uma cama, um pequeno armário, um fogão e alguns bancos/cadeiras. Em outras há grande variedade de mobília e eletrodomésticos com televisão, aparelho de som, liquidificador, ventilador etc. (é o caso das residências de Valéria, Ana, Vagner).

Apesar de quase todos assentados considerarem que a casa ainda precisa de melhorias para se tornar um local satisfatório para viver com saúde, todos ressaltaram ter melhorado consideravelmente em relação à vida nos acampamentos onde residiam em barracas de lona ou de barro e madeira e mesmo em relação à vida na cidade em que a moradia não oferecia a estrutura desejada e estavam expostos a maior violência, barulho intenso e conflitos com a vizinhança.

#### 4.2.6 Acesso à água e saneamento

A água para consumo doméstico é captada de *cacimbas* (poços escavados que no assentamento têm profundidade entre 2 a 18 metros, que acumulam água do lençol freático) também denominados de poços superficiais ou minas, construídas ao lado das residências (distância que varia entre 5 e 10 metros, aproximadamente). As *cacimbas* podem ter ou não revestimento de tijolo e geralmente são cobertas com telhas ou placas de madeira que invariavelmente deixam frestas ou mesmo grandes aberturas que podem facilitar a contaminação da água de consumo. Em uma das residências a água era retirada de um poço raso (mina de água) que não possuía qualquer cobertura ou proteção a agentes externos. Apenas duas casas não possuíam água encanada que chega ao menos a um dos cômodos. Isto ocorre porque num dos casos a *cacimba* não verteu água e no outro, corresponde ao poço superficial (mina) citado anteriormente. Essa situação se mostra melhor que a encontrada no I Censo da Reforma Agrária <sup>22</sup> e por Carneiro <sup>17</sup> no acampamento e assentamento em que desenvolveu sua pesquisa em Minas Gerais. No entanto, a maioria das casas não possuía um sistema adequado de distribuição de água e não foi observado o processo de tratamento da água por uso de filtros ou fervura antes do consumo. Para as famílias, a água coletada da mina é considerada adequada e, inclusive, atestam esse fato mencionando uma avaliação feita por uma universidade da região que deu um laudo de boa qualidade da água. Além disso, constata-se que não tem sido frequente a ocorrência de problemas de saúde associados à água de má qualidade, como é o caso de diarreias.



**Figura 4** – Fotografias de dois poços de água (*cacimba*) e um assentado retirando água para consumo doméstico.

Em todas as residências o esgoto era destinado à fossa rudimentar, o que contribui para evitar o acometimento por doenças infectocontagiosas e parasitárias, mas pode resultar em contaminação das águas superficiais incluindo a água das *cacimbas* quando a fossa não é adequadamente instalada. No entanto, as famílias dizem ter diminuído consideravelmente a ocorrência destas doenças o que representa uma melhoria, visto que esse problema tem sido frequente em outras áreas de assentamento e acampamento rural <sup>17, 25, 27</sup>. Ressalte-se que as moradias dos que trabalham com cultivo de abacaxi estão cercadas por plantações onde se aplica frequentemente agrotóxico, o que pode resultar em contaminação do solo e das águas superficiais, conseqüentemente afetando a saúde das famílias e do ambiente. Além disso, algumas lavouras encontram-se em área de declive e próximas aos cursos d'água o que favorece a contaminação das mesmas.

No Assentamento Dandara a falta de água para o processo produtivo (irrigação) é apontada como um fator limitante do trabalho e que dificulta a melhoria das condições de vida. Essa informação consta também no PDA desenvolvido pelo MST. Isso interfere diretamente na geração de renda e mesmo na produção de alimentos para autoconsumo que é

um dos principais motivos relacionados à melhoria nas condições de vida após a formação do assentamento.

#### 4.2.7 Segurança Alimentar

Todas as famílias do Assentamento Dandara têm em comum a criação de animais ou o cultivo de alimentos destinados ao autoconsumo familiar, além da produção para geração de renda. Isso constitui um ganho do ponto de vista da segurança alimentar que é muito valorizada pelos assentados e, sem dúvida, determinante para a saúde.

A maior parte dos alimentos que compõem a refeição é proveniente de produção própria dos assentados, sendo adquirido no mercado apenas o que não se produz na área como é o caso do arroz e, às vezes, da carne. Essa capacidade de produzir a maior parte dos alimentos confere aos assentados uma maior segurança alimentar se comparado ao período de acampamento ou mesmo antes da inserção na luta pela terra. Situação similar também foi demonstrada em outros estudos<sup>17, 18, 37</sup>.

Alem disso, observa-se uma mudança nos hábitos alimentares dos assentados, que associam a vida no assentamento com a possibilidade de se alimentar com tranquilidade, em horas certas, com um produto saudável, contrapondo à experiência de vida anterior que pelas condições de trabalho não permitiam uma alimentação saudável<sup>95</sup>.

A produção para o autoconsumo não contribui apenas para a segurança alimentar do núcleo familiar. Ocorre frequentemente uma troca de alimentos sem que haja movimentação financeira, mas que é significativamente importante para a segurança alimentar da comunidade. Esse esquema de trocas de alimentos ocorre como uma cortesia, visto que alguém oferece um produto que tenha cultivado aos vizinhos, em contrapartida, recebem um produto que o outro tenha produzido, mas nem sempre a troca é imediata. Esse esquema de reciprocidade solidária contribui para assegurar uma alimentação mais diversificada ao longo do ano. É importante compreender essa dupla dimensão da produção para autoconsumo e troca, pois influencia na segurança alimentar da comunidade. Veremos também que o caráter de troca se estende ao próprio empenho do sujeito na tarefa de produzir, ou seja, a troca da força de trabalho como equivalente de negociação interna, como ocorre quando alguém da área dispõe de um conhecimento sobre mecânica, por exemplo, e oferta seus serviços ao vizinho que posteriormente se dispõe a retribuir.



**Figura 5** – Fotografia capturada no assentamento mostrando área preparada para cultivo (à direita), áreas cultivadas (à esquerda e ao centro) e pastagens (ao fundo).

#### 4.2.8 Ocupações e atividades produtivas

Um dos critérios de escolha da área era ter atividades produtivas mais consolidadas de modo a favorecer a permanência e trabalho das famílias no próprio assentamento. Essa circunstância se colocava pelo fato de que muitas vezes a conquista da terra não é suficiente para que as famílias possam produzir e gerar a renda necessária para sua reprodução social. Quando essa condição não está garantida, algumas famílias têm de se descolar para conseguir trabalho fora do assentamento ou mesmo abandonar o lote. No entanto, alguns estudos realizados sobre os assentamentos da região norte-fluminense demonstraram serem baixas as taxas de desistência e abandono dos lotes, apesar das dificuldades encontradas, como a falta ou insuficiência de investimento em serviços sociais (saúde, habitação, transporte), de incentivo à produção e comercialização (monopolização dos canais de venda pelos atravessadores), de assistência técnica, entre outros <sup>92</sup>.

Diversas atividades produtivas são desenvolvidas no assentamento Dandara, principalmente as agropecuárias. Também existem atividades como o comércio (uma pequena mercearia que eventualmente serve refeições e também é ponto de encontro e lazer de algumas pessoas da comunidade e do entorno) e atividades relacionadas à construção civil. Deve-se considerar também o trabalho doméstico que em geral fica a cargo das mulheres, no

entanto os homens podem contribuir com essa tarefa ou mesmo as realizam plenamente quando é o caso de viverem sozinhos (o que confere um *status* familiar não convencional).

Ocorre de alguns dos membros da família trabalharem fora do assentamento desempenhando atividades nas cidades próximas ou em fazendas da região, trabalhando como diaristas. Os trabalhos realizados na cidade incluem o estudo/formação (duas mulheres estavam em curso de formação de padeiro e uma no curso técnico em enfermagem) e atividades no setor de serviço como pedreiro e vendedor. No verão, algumas pessoas trabalham vendendo “quentinhas” aos veranistas que se destinam à cidade de São Francisco, próxima ao Assentamento. O trabalho no campo, fora do assentamento, inclui a aplicação de agrotóxicos, o corte de cana e serviços gerais de capina e limpeza dos pastos, dentre outros.

Em relação às atividades agropecuárias destacamos: criação de gado de corte e gado leiteiro, equinos, caprinos, ovinos, suínos e aves, cultivos de hortaliças em geral para autoconsumo, feijão, aipim, milho, abóbora, frutas (manga, acerola, laranja, limão, maracujá, goiaba e, principalmente, abacaxi), cana de açúcar. A maior parte destes alimentos é destinada ao autoconsumo com comercialização do excedente, principalmente o aipim, o feijão e o milho. Destaca-se como atividade produtiva orientada para o mercado o cultivo de abacaxi e de cana-de-açúcar e a criação de animais que em sua maior parte é comercializada.

Além da renda de trabalho, as famílias que possuem filhos recebem um complemento de renda do Programa Bolsa Família do Governo Federal<sup>21</sup>, sendo o recurso destinado à alimentação e aquisição de produtos como roupas e materiais de consumo da casa ou dos filhos.

Como vimos, o trabalho dos assentados no lote se mescla com outras atividades realizadas fora da área. A diversidade de situações de trabalho, ocupações e atividades produtivas, bem como das relações sociais que se instituem em cada família não poderiam ser discutidas em profundidade nesta dissertação. No entanto, para melhor compreender a relação que se estabelece entre estas formas de ocupação, apresento a seguir uma breve descrição de cinco situações diferentes de ocupação e trabalho familiar de moradores do assentamento.

Silas é um senhor de 65 anos que tem o *lote* em um dos pontos mais altos do assentamento, onde construiu uma pequena residência, o que lhe confere uma vista privilegiada da área. Apesar da idade, não possui aposentadoria e nenhuma fonte de benefício

---

<sup>21</sup> Programa de caráter temporário destinado às famílias de baixa renda. Os valores do benefício variam entre R\$ 22,00 a R\$ 200,00 conforme critérios de renda mensal *per capita* da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos (Pinto 2010).

permanente. É casado, mas sua esposa apresenta a saúde frágil e necessita constantemente de acompanhamento médico, por isso, apesar dela gostar da tranquilidade e do *ar puro* do assentamento, dificilmente permanece lá. Silas também diz ter a saúde frágil, passou recentemente por duas cirurgias difíceis, na luta contra um tumor. Apesar disso, trabalha fazendo pequenos *bicos* na cidade e consegue complementar a renda com a aposentadoria da esposa e o aluguel de uma residência que possuem em uma cidade nas proximidades do assentamento. No lote, há uma pequena *roça* de aipim e uma área plantada com cana com a qual espera complementar a renda ao fim do ano. Sua estadia no lote é inconstante, mas quando está por lá reconhece o local como ambiente de descanso mais do que de trabalho, pois tem dificuldade de trabalhar devido à falta de recursos e meios que lhe diminuam o esforço físico – recursos que “exigem menos do corpo de um velho”, conforme dizia. Apesar disso, fala com orgulho do assentamento e faz planos de se mudar pra lá, onde pretende criar gado porque “dá menos trabalho”. Desse modo, o assentamento ora é local de residência ora de trabalho temporário (cujo principal reconhecimento é mais como fonte de renda).

Caetano tem 66 anos, vive sozinho no lote onde cultiva cana, aipim e feijão e cria alguns animais dele e de outros para quem aluga o pasto para complementar a renda. Diz-se bastante insatisfeito com a utilização do agrotóxico no assentamento, pois considera um risco para a saúde das pessoas que vivem lá porque o produto pode contaminar a água e o ambiente em geral. Não estava trabalhando fora do assentamento o que se deve pela possibilidade de permanecer vivendo do lote que é um trabalho “mais tranquilo” e que “faz bem para o corpo”. Mantém uma relação próxima com os vizinhos com quem se encontra para conversar várias vezes durante a semana e também para trabalharem conjuntamente quando é necessário. Cultiva alimentos variados em pequenas quantidades tais como o aipim, frutas, hortaliças, feijão e cana-de-açúcar. Pretende acessar o crédito destinado aos assentados para investir na irrigação e aumentar a produção de alimentos.

Daniela é viúva, mãe de dois filhos adolescentes que vivem com ela no assentamento e frequentam a escola. Trabalha somente no assentamento, produzindo abacaxi como cultura comercial e outros cultivos (tomate, abobora, aipim, hortaliças e frutíferas) para autoconsumo e, eventualmente, comercialização. Neste caso, o lote é o local onde passa a maior parte dos dias, de onde sai pelo menos uma vez por semana, ao fim da tarde, para ir à Igreja no município mais próximo e algumas vezes à cidade para fazer compras ou usufruir de outros serviços como o de saúde. Considera seu trabalho prazeroso, mas espera poder melhorar suas condições de trabalho diversificando a produção. Investiu recentemente na cultura do abacaxi

(que tem alto custo de produção) e espera que “dessa vez vai sair” um bom rendimento. Nesse trabalho, suas principais atividades são a limpeza da área plantada, aplicação de hormônios de crescimento vegetal e agrotóxicos sem os quais não “dá pra tirar nada”, como ela mesma diz. Daniela teve sérios problemas de saúde quando se transferiu para o assentamento, mas atualmente sente que está melhor e atribui essa condição à vida saudável que leva na área e à fé em Deus.

Vagner é casado com Valéria, e decidiram investir em uma lavoura de abacaxi (que é a maior do assentamento), mas somente ele fica responsável por este trabalho. Valéria cuida das atividades domésticas, da horta e dos animais que possuem. Para cuidar da cultura ele normalmente paga por dia de trabalho a outros trabalhadores da região ou às vezes alguns dos moradores do assentamento que também trabalham com a mesma cultura. A casa dele é uma das que está em melhores condições e já finalizada. Também cultiva algumas árvores frutíferas e aipim, além de criar aves que são para autoconsumo. Antes de ser assentado já trabalhava cultivando abacaxi como empregado de fazendeiros da região, motivo pelo qual optou por continuar com essa cultura após ser assentado.

Abel é um senhor de 45 anos, vive com a esposa e um filho adulto que a pouco havia chegado para viver no lote. A esposa e o filho trabalham no assentamento, enquanto Abel trabalha durante o dia na cidade em uma oficina mecânica. O filho, principalmente, e a esposa são os responsáveis pelas atividades produtivas no lote (cultivo de aipim, hortaliças, criação de porcos e galinhas) fundamentalmente para autoconsumo, mas também para comercialização.

De modo geral, além das atividades de preparo da terra, cultivo, cuidado e colheita do produto, as ocupações no assentamento inclui uma grande variedade de tarefas e funções que não possuem uma demarcação clara. Por exemplo, podemos citar: a produção e conserto de cercas, aplicação de medicamentos e alimentação dos animais, atividades domésticas, negociação e procura de mercado para os produtos, conserto e produção de ferramentas de trabalho, dentre outras.

### 4.3 SIGNIFICADOS ATRIBUIDOS AO TRABALHO

Quando os assentados se referem ao trabalho assalariado fora do assentamento, antes de serem assentados ou atualmente, na cidade ou campo, ficam evidentes as seguintes oposições: aprisionamento/liberdade, doença/saúde, frustração/satisfação. Como muitas famílias viveram na cidade, predomina no discurso uma essa oposição em relação ao trabalho no assentamento.

#### 4.3.1 Trabalho como sofrimento ou desgaste

O trabalho fora do assentamento (“trabalhar para o patrão” ou “trabalhar para o outro”) é referido como fonte de adoecimento, desgaste e alienação do trabalhador. Essa alienação é tanto no sentido objetivo de não ter a posse dos produtos do trabalho e ter sua mais-valia expropriada, mas é também no sentido subjetivo de não se identificar com a atividade que desempenha.

*Daniela: Pra mim, aqui a gente tem saúde. É, porque dentro da cidade você acorda pros outros, você preocupado em sair pra trabalhar, preocupado em atender alguma coisa, e aqui não. Aqui não tem quem manda, não tem quem fala nada, você acorda e tanto faz você sair sem trabalhar ou não. Aqui se você precisa ficar uma semana em casa você fica. Você trabalha pra você. Você vive pra você. Tanto faz você ir como não. Você vai porque não quer ficar parado mesmo, não aguenta. Aqui ninguém manda em ninguém, aqui ninguém domina ninguém. Aqui é cada um cuidando da sua vida, cada um no seu canto, não tem perseguição de ninguém.(...)*

*Vagner: depois que consegui meu lote melhorei muito a minha saúde, graças a Deus. Que eu trabalhava demais. Agora eu tô no meu lote, trabalho o dia que eu quero, graças a Deus. E moro num lugar muito bom, mata pertinho, água muito boa, tem minhas fruta pra mim chupar a vontade e vivo tranquilo. Rapaz, e a tranquilidade é a melhor saúde que tem. [GF]*

As falas tendem a expor um maior sentimento de pertença ao trabalho no assentamento tanto por ser algo com o qual se tem maior identificação e no qual se realiza enquanto sujeito, quanto por ser onde se adquire melhores condições de vida e de saúde. Nesse caso, a satisfação com o trabalho está relacionada à maior liberdade e autonomia do

trabalhador, ao que se expressa muito fortemente na conclusão de que a tranquilidade é a melhor saúde que se pode ter. Essa compreensão também aponta para a saúde como conceito ampliado conforme proposto pelo MST. Outros trabalhos em áreas de assentamento, principalmente, já apontavam para esse significado atribuído pelos trabalhadores<sup>17, 37</sup>. Em estudo realizado em um assentamento rural localizado na região canavieira do estado de São Paulo, Scopinho<sup>95</sup> também identificou esta oposição entre campo e cidade que se expressa através de diversos aspectos da vida (dormir bem ou mal, ter boa ou má alimentação, ter saúde ou doença) e que também se relaciona ao trabalho.

Muitos dos assentados trabalhavam na periferia da cidade de Campos dos Goytacazes como empregados no comércio ou em outros setores de serviço. Nesse caso, a rigidez das tarefas, o controle sobre o trabalhador (tempo e ritmo de trabalho) e a pressão psicológica decorrente das cobranças das chefias e da instabilidade do emprego determinavam o desgaste<sup>22</sup> do trabalhador.

Quem trabalhava no campo também discorre sobre a precariedade das condições de trabalho – a maioria trabalhou como cortador de cana, mas também como operário de fábrica de ração e na aplicação de agrotóxicos – e os efeitos nocivos à saúde decorrentes dessa atividade. As entidades de organização dos trabalhadores do campo, como a Comissão Pastoral da Terra e o próprio MST, denunciam as condições abusivas de trabalho no corte da cana que chegam a levar à morte pelo trabalho. Diante disso, e considerando que muitos dos assentados trabalharam ou ainda trabalham no corte de cana, torna-se compreensível as narrativas que ressaltam o sofrimento e o desprazer associados ao trabalho fora do assentamento. Em todos esses casos, as narrativas destacam a alienação do trabalhador, a extração da mais-valia e o trabalho como uma obrigação necessária à reprodução da vida.

#### 4.3.2 O trabalho “caleja”

Vale destacar que apesar da satisfação com o trabalho no assentamento, ele também é lembrado por ser exaustivo e penoso, principalmente devido à falta de condições adequadas

---

<sup>22</sup> Laurell & Noriega<sup>96</sup> consideram as diferentes cargas (externas - físicas, químicas, biológicas e mecânicas – e intrínsecas - fisiológicas e psíquicas) exercendo efeito sobre o trabalhador e provocando o desgaste da saúde. O desgaste é resultado de processos adaptativos que acometem o trabalhador, devido à ação das cargas, sendo entendido *“como a perda da capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica...”* não se referindo a um processo isolado, mas ao conjunto dos processos biopsíquicos que provocam alterações negativas (em consequência da ação das cargas) sobre o corpo humano podendo levar a diferentes agravos como a perda de órgãos, ou comprometer o desenvolvimento das potencialidades psíquicas ou biológicas do trabalhador.

de trabalho. O termo que melhor define essa expressão na fala dos assentados é que o trabalho “caleja”. Esse “calejar” é uma expressão da subjetividade inerente ao trabalho sofrido, difícil e/ou pesado associado às condições (ambientais, mas também tecnológicas e sociais) em que se realiza.

*Maria: é.. trabalhar no sol quente... o sol queima muito. Daniela já tá acostumada.*

*Daniela: todo dia... Eu já até acostumei, me castigou já.*

*Jair: Calejou?*

*Daniela: Calejou. Eu não sinto o sol mais. (...) eu me acostumei com o sol já. [GF]*

A exposição excessiva ao sol é o fator mais ressaltado pelos trabalhadores como motivo de desgaste, mas também é considerado um fator intrínseco ao trabalho rural, intrínseco ao ambiente de trabalho. No entanto, essa relação de desgaste associada à exposição ao sol também está vinculada à falta de condições de trabalho e impossibilidade de superação destas. Muitos trabalhadores têm de se submeter a jornadas longas de trabalho, muitas vezes fazendo grande esforço físico (como é o caso da aplicação de agrotóxico e corte de cana) quando trabalham como assalariados no campo. No caso do assentamento essa condição tende a ser minimizada por conta da maior autonomia do trabalhador e autogestão da atividade. Há, de certa forma, uma compreensão de que é preciso se “acostumar” às condições de trabalho.

*Pesquisador: Como assim? [em relação ao trabalho com agrotóxico]*

*Vagner: Não é qualquer um que se dá bem com o veneno. Então eu escolho as pessoas, que é acostumado.*

*Pesquisador: Como é o cara acostumado?*

*Vagner: A pessoa que no dia a dia trabalhando nisso acostuma.*

*Jair: A pessoa às vezes é acostumada a trabalhar com bomba<sup>23</sup>; outra é acostumada a trabalhar com facão ou com enxada. Então, pra trabalhar com ele precisa escolher uma pessoa que precisa trabalhar com uma bomba, que bomba tem vários mistérios.*

*Daniela: A primeira vez que eu peguei a bomba, pra mim eu ia morrer de tanta dor no corpo. Mas depois eu acostumei a levantar a bomba como se não tivesse nada dentro dela. Antes eu sofria pra fazer isso. “Gente, como é que eu vejo os outros jogar nas costas e eu não*

---

<sup>23</sup> Referindo-se à *bomba costal*, equipamento similar a uma mochila utilizado para armazenar a solução com agrotóxico, com capacidade de 20 litros, que é carregada nas costas enquanto o produto é aspergido na plantação. A *bomba* é recarregada várias vezes durante um dia de trabalho.

*aguento?”, aí tentava de novo até conseguir. Quando foi agora que eu tô direto. Acostumei. Pego ela numa rapidez, pego tranquilo. [GF]*

Um dos trabalhadores relatou que não se “acostuma” ao trabalho com agrotóxico. Quando perguntei o motivo, ele respondeu que não suportava o “cheiro” e por isso sentia-se mal até mesmo quando passava por uma plantação que tivesse recebido o agrotóxico. Há, portanto, proximidade de sentido entre o acostumar-se ao trabalho e “adaptar-se” aos efeitos prejudiciais decorrentes dele. No caso dos agrotóxicos, isso se torna mais preocupante visto que os efeitos danosos podem se manifestar posteriormente (intoxicação crônica) sem que o trabalhador sintasse mal durante a aplicação do produto. Acostumar com o trabalho é uma expressão que ressalta as dificuldades do trabalho no campo, das condições em que se realiza e, de certa forma, é uma maneira de assumir sua condição degradante quando não se encontram opções melhores de trabalho.

Ao dizer que o trabalho “caleja”, subentende-se também que é algo com o qual se “adapta” forçadamente ou não. Portanto, as adversidades encontradas, principalmente as de ordem ambiental, como a exposição ao sol, mas também aquelas relacionadas ao processo de trabalho, como a aplicação de agrotóxico, seriam situações com as quais é preciso se “acostumar”. Esse processo adaptativo pode sugerir que as condições de trabalho estejam perfeitamente constituídas e que os trabalhadores é que devem moldar-se ao que está posto. No entanto, percebe-se que essa condição de sofrimento é determinada, em parte, por um modelo social, político e tecnológico que prioriza um modelo produtivo excludente da força de trabalho na agricultura e tecnologicamente moderno, ao passo que a reforma agrária enquanto projeto de governo se arrasta desde os anos 1960 e, mormente, se destina a reduzir os conflitos no campo <sup>11,14</sup> quando deveria transformar as condições de vida e trabalho <sup>41</sup>.

Um dos assentados cometeu suicídio alguns meses após a finalização das atividades de campo. Essa situação que no primeiro momento deixou perplexos todos os moradores que não suspeitaram que tal situação pudesse ocorrer, posteriormente foi também associada ao desgaste decorrente das difíceis condições de vida que se seguem desde o acampamento e que significam para muitos o distanciamento da família, a tensão de viver sob insegurança permanente e a precariedade das condições de trabalho e vida. Além disso, por ser alguém que trabalhava constantemente com o agrotóxico, sem os equipamentos de proteção considerados adequados e devido às associações que a literatura científica tem demonstrado de casos de maior incidência de sofrimentos psicológico intenso, depressão e mesmo suicídios

em grupos de trabalhadores expostos aos agrotóxicos, torna-se relevante que o poder público e a sociedade em geral, juntamente com os Movimentos Sociais, se atentem para este fato de modo a contribuir na construção de alternativas que permitam aos trabalhadores rurais continuarem a viver e trabalhar sem a ameaça constante da vida em função da exposição ao agrotóxico. Isso remete necessariamente à definição de um modelo de desenvolvimento da agricultura que seja ambientalmente sustentável e socialmente justo.

Apesar das condições inadequadas de trabalho (falta de crédito e assistência técnica, principalmente), nota-se a identificação com o trabalho rural e o desejo de viver do trabalho no próprio *lote*.

#### 4.3.3 Trabalho como satisfação e liberdade

Em sentido oposto, nota-se que outras relações se estabelecem com o trabalho no assentamento prevalecendo o sentimento de satisfação ou “realização” (entre aspas porque essa realização é sempre parcial, visto que as condições de trabalho e vida estão ainda muito distantes do que é desejado pelos assentados) que decorre da identificação dos assentados com a atividade, a maior autonomia e as possibilidades de geração de renda.

A posse da terra proporciona a segurança alimentar e a segurança de ter um trabalho que permite maior autonomia ao trabalhador e o controle sobre o processo de trabalho. Compreendemos o trabalho como um engajamento pessoal que demanda a totalidade do sujeito enquanto *corpo-si*<sup>67</sup>, sendo a motivação um fator fundamental desse investimento do trabalhador e contribuindo consideravelmente para sua realização e identificação com a atividade<sup>97</sup>. Nesse caso, ressalta-se que apesar das transformações no mundo do trabalho – a instabilidade, flexibilidade e complexificação, este ainda é um dos eixos de construção das identidades individuais e coletivas<sup>28</sup>. Isso é o que se destaca na fala dos assentados com relação à vida e ao trabalho no assentamento, o sentido de pertencimento e de envolvimento com essa situação em que se encontram e que é significativamente importante se compreendemos a saúde como a possibilidade de recriar as normas antecedentes, seja superando ou se readequando a elas de modo a encontrar um ponto de equilíbrio saudável. Apesar das limitações que se impõem sobre a condição de vida e trabalho no assentamento, as conquistas que foram obtidas (a liberdade, a autonomia, a possibilidade de obter mais saúde) sobressaem.

No assentamento, apesar da falta de condições de trabalho adequadas, a autonomia do

trabalhador constituía um fator motivacional <sup>97</sup>. A satisfação com o trabalho está relacionada a questões como estar mais próximo da família, viver com mais tranquilidade, possuir maior controle sobre a vida e o trabalho. A liberdade no trabalho foi bastante mencionada como fator de saúde no assentamento.

*Cláudio: Ah, com certeza, trabalhar no lote da gente é muito bom. Bom pra gente, pra família da gente, pras crianças que ficam a vontade na terra, brincando, enquanto lá [na cidade] não tem a liberdade, né? E aqui graças a Deus a gente tem. As crianças cresce com mais saúde. [E]*

*Daniela: Aqui a gente trabalha por conta própria. É muito melhor do que lá fora, todo dia ter que sair pra trabalhar fora. (...) aqui a gente trabalha porque quer. Eu sinto mal se ficar em casa parado, se ficar em casa eu começo a adoecer, me dá febre dentro de casa, já acostumei a estar na roça trabalhando, quando eu não tô limpando de enxada eu tô olhando um animal, tô ali na horta, direto, tô no abacaxi, direto trabalhando. [E]*

*Jair: Só vê a vantagem pra quem tem um lote ou uma renda qualquer que vive da roça, poderia sobreviver melhor... porque você trabalhar a dia pra beneficia outro e chegar no final do mês não sobrar nada pra ele, desanima. Agora o cara tendo o lote dele não, se ele trabalhar e produzir sempre tem, não vou dizer que não vai faltar nunca não, mas pra comer sempre tem. Tem uma roça, tem um animal. Agora a pessoa que vive na cidade tem o que? Só tem a moradia e não tem mais nada não. E o mais é a poluição na cidade aí. [E]*

*Caetano: A melhor coisa que o Movimento Sem Terra arrumou foi isso, arranjar propriedade pros pobres trabalhar. Você ter fartura pra comer, milho, batata, aipim... Isso é muito importante. [E]*

Os assentados falam da satisfação em trabalhar no assentamento, do desejo de viver da terra, narrando histórias de resistência às adversidades quando estavam no acampamento, da expectativa de encontrar no assentamento a possibilidade de viver e trabalhar a partir de outras relações e valores. De certo modo, estava contido nessa história o desejo de libertação, de realização pessoal, que em parte foi conquistada a partir do trabalho. Assim, constata-se a contraposição entre o aprisionamento do trabalho anterior e a noção de liberdade que é conferida ao trabalho no assentamento. Tem-se a obrigação e a subordinação do trabalho assalariado ante a autonomia e liberdade do trabalho no assentamento.

*Daniela: A dia [trabalho de diarista no campo] é assim, o cara não tem muita escolha não, ele tem que trabalhar né.*

*Jair: mas faz mal. Faz mal. Prejudica a saúde da pessoa, nem todo mundo tem a mesma saúde. Às vezes sobe a pressão, ou outro problema, se pegar aquele volta do sol todinha, nem todo mundo tem a mesma saúde. (...)*

*Jair: A vantagem de trabalhar no assentamento é que geralmente você tem a chance de folgar as horas de sol, né? E se trabalha o dia a dia pra fazendeiro geralmente só tem direito de parar às 4 horas (16h), aí não tem como folgar meio dia de sol. Você não pode para, tanto faz o sol tá quente ou o sol tá frio ou tá chovendo, o cara não pode parar que é dia de serviço dele (...) Assim, [ter autonomia] é uma grande vantagem para o ser humano, né?[GF]*

A autonomia confere a possibilidade de fazer o trabalho de modo mais favorável aos interesses do trabalhador, isso reafirma a proposta de que todo trabalho é sempre uso. A motivação, o empenho em solucionar os problemas que limitam sua atividade, decorre também desse fator subjetivo que se manifesta como a representação de liberdade. Conforme nos diz Schwartz <sup>64,67</sup>, essa motivação deve ser encontrada no contexto, no empenho em superar as limitações que encontra e nos fatores de incentivo ao trabalhador. E este jogo de encontros e desencontros que provém do trabalho é mediado pelos *usos de si*.

É também uma questão do meio que ela tem para agir, onde a fazem agir. Então a questão da motivação tem a ver com o meio, coloca tanto questões para as pessoas quanto para o meio ao qual ela é confrontada. (...) Pessoalmente, fui levado a propor a ideia de que toda atividade – todo trabalho – é sempre uso. *Uso de si*, mas com esta dualidade às vezes simples e ao mesmo tempo muito complicada, que é *uso de si* “*por si*” e “*pelos outros*”. E é precisamente porque há ao mesmo tempo esses dois momentos, ou essas duas polaridades do uso, que todo trabalho é problemático – problemático e frágil – e comporta um *drama* <sup>67</sup> (p.196).

Para compreender como essa relação entre contexto geral e singular do trabalho acontece no assentamento e como o *corpo si* atua nesse processo, passemos a análise dos limites e problemas do trabalho e as estratégias de superação que os trabalhadores desenvolvem.

#### 4.4 GESTÃO DO TRABALHO EM NIVEIS MACRO E MICROPOLÍTICO: CONTEXTO E SITUAÇÃO DE TRABALHO

O trabalho se desenvolve, por um lado, com base no contexto maior que corresponde aos ordenamentos políticos, econômicos, sociais que criam determinadas normas que antecedem a realização do trabalho e condicionam a atividade do trabalhador. Por outro lado, o trabalho também é determinado por sua situação, por características próprias de cada realidade em que se desenvolve.

Interposto aos dois campos, estando ao mesmo tempo situados nas dimensões de contexto e da situação de trabalho, os trabalhadores habitam com suas histórias, seus desejos, seus valores, procurando estabelecer um equilíbrio entre o ideal e o possível. Como sugere Schwartz, esse corpo trabalhador (corpo-si), que não é somente força de trabalho ou matéria, transcende ao biológico, ao social e ao cultural e é o resultado da combinação de todas essas dimensões.

Em um primeiro momento é preciso compreender o assentamento como um processo de resistência e confrontação a um modelo de agricultura hegemônico, o *agronegócio*<sup>24</sup>. O agenciamento por parte da política do agronegócio se expressa na hegemonia desse modelo que conforma uma determinada prática convencional de fazer agricultura, na relação de dependência com os mercados, na produção orientada pelo modo capitalista de gestão condicionado aos interesses de mercado. No outro campo de atuação política, em tensão com o primeiro, estaria o modelo da agricultura familiar camponesa. Mas o agenciamento externo também ocorre pela intervenção dos Movimentos Sociais, da criação de redes alternativas de produção e comercialização dos alimentos, na proposta da agroecologia, que constitui o modelo aqui denominado camponês familiar.

A conquista da terra é, em parte, resultado desse agenciamento dos Movimentos

---

<sup>24</sup> O agronegócio é uma derivação do termo *agrobusiness* utilizado nos estudos de Davis & Goldberg<sup>98</sup> para representar o fluxo da economia agroindustrial. Nas disciplinas administrativas e econômicas, o agronegócio refere-se à produção e comercialização “antes, dentro e depois da porteira”, ou seja, inclui toda a economia que gira em torno dos insumos utilizados para a produção agropecuária, a produção em si, o processamento e a distribuição até o consumidor. Contudo, essa conceituação adota uma racionalidade econômica que não faz distinção entre os modelos produtivos e por isso tende a homogeneizar as diferenças a partir do que é hegemônico. O modelo do agronegócio se orienta por grandes produções de alimentos sob o rótulo de *commodity* - títulos correspondentes a negociações de produtos agropecuários, metais, minérios e outros produtos primários nas bolsas de mercadorias – orientada sob a lógica capitalista. Desse modo, os movimentos sociais e a sociologia procuram distinguir o modelo do agronegócio ao do campesinato ou da agricultura familiar a fim de ressaltar suas distinções políticas, econômicas, sociais e culturais.

Sociais, como o MST no Brasil e a Via Campesina<sup>25</sup> no mundo. As propostas desses Movimentos também determinam normas sobre as formas de trabalhar e de se relacionar com o trabalho, que em certa medida permanece, mas também se modificam mediante os *usos de si* ante a insuficiência das normas antecedentes.

*Antônio: A terra foi feita pra enxada, não para o veneno, mas com a tecnologia agora, não tem como produzir, não dá pra fazer com a enxada. [E]*

“A terra foi feita pra enxada”, conforme é dito por um dos assentados, expressa a experiência de trabalho camponês em uma lógica de produção que ressalta o emprego da força de trabalho ao lidar com as atividades produtivas em contraposição à produção altamente mecanizada. Diante da necessidade de trabalhar a terra, esse dilema se mostra permanente nas escolhas dos trabalhadores e de fato condicionam algumas decisões sobre o modelo de produção adotado. Há uma lógica de contexto que favorece um modelo produtivo adequado ao agronegócio e que os assentados têm de confrontar ou se adequar. Em geral, esses trabalhadores não dispõem de meios que lhes permitam adequar-se às normas antecedentes hegemônicas, pois não há capitalização para investimento produtivo nem excedente sobre os rendimentos que permitam à família dispor da renda de trabalho para a capitalização da produção. Isto nos remete ao maior investimento em um modelo alternativo (no caso aqui considerado agroecológico) que aproveite os meios que a natureza oferece (práticas de otimização e reutilização de recursos naturais da propriedade), mas para isso é necessário conhecimento sobre as técnicas e maneiras de produzir, de investimento financeiro e de canais de comercialização que muitas vezes falta aos trabalhadores. Veja que diante das normas que se impõe, o trabalhador se coloca em um dilema no qual ele recorre às imposições das normas antecedentes, ao saber próprio de sua experiência como trabalhador rural, aos valores adquiridos no processo de luta pela terra de sustentabilidade ambiental, preservação e valorização da vida etc. (valores discutidos no capítulo anterior que são próprios do MST e, portanto, de quem constitui esse Movimento).

---

<sup>25</sup> A Via Campesina é uma organização internacional fundada em 1993 na Bélgica e que reúne diversos movimentos sociais do campo, ou movimentos camponeses. Congrega em torno de 150 organizações locais em 70 países da África, Ásia, Europa e América. Defende a agricultura sustentável em pequena escala em oposição ao agronegócio e às multinacionais. (Disponível em [http://www.viacampesina.org/sp/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=27&Itemid=44](http://www.viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=27&Itemid=44). Acesso em 15/03/2011)

Uso de si por si, uso de si pelos outros”: o uso de si pelos outros, de uma certa maneira, é o fato de que todo universo de atividade, de atividade de trabalho, é um universo em que reinam normas de todos os tipos: quer sejam científicas, técnicas, organizacionais, gestonárias, hierárquicas, quer remetam a relações de desigualdade, de subordinação, de poder – há tudo isso junto <sup>64</sup> (p.196)

Este *corpo-si* encontra-se na contradição de ter seus movimentos agenciados por outros (campo macropolítico), *uso de si por outros*, e pelo próprio agente, *uso de si por si mesmo*. No campo macropolítico, identificamos algumas características desse agenciamento externo que predetermina algumas condições de realização do trabalho e, portanto, corresponde às normas antecedentes da atividade no assentamento. Estes problemas seriam: as limitações de crédito para a produção, de infraestrutura (transporte, saneamento), e a carência de assistência técnica para produção e comercialização.

*Marcos: Eu acho que tem duas coisa fundamental. Estrada muito boa, porque sem isso você não sai do assentamento pra lugar nenhum, não escoa a mercadoria. E uma linha de ônibus coletivo, que seja duas ou três vezes ao dia. Isso é muito importante. Isso é desenvolvimento, tanto pro assentamento quanto pra região. Uma boa escola dentro do assentamento ou o mais próximo possível. [GF]*

#### 4.4.1 Limitantes macropolíticos: crédito, comercialização, padrão tecnológico.

Observou-se que, em decorrência da falta de condições de produção, parcialmente determinada pela macropolítica vigente no país que fortalece o modelo do agronegócio, os trabalhadores necessitam encontrar formas de se manterem enquanto assentados e fazem isso recriando as condições de trabalho na área e/ou encontrando outras ocupações que lhes permitam garantir a reprodução da vida familiar até que possam trabalhar plenamente no assentamento. Como vimos anteriormente, “trabalhar para fora” significa dispor-se em benefício de outro em circunstâncias menos favoráveis que aquelas do trabalho no assentamento (“trabalhar para si”) que, segundo os trabalhadores, é o que proporciona satisfação e realização pessoal. Durante as atividades de campo notei alguns casos de pessoas que estavam trabalhando fora do assentamento, mas sempre mencionavam isso com uma ideia de provisoriedade, ou mesmo de negação. “Eu trabalho fora, mas meu trabalho é aqui mesmo”, “quando for possível pretendo retornar”, diziam.

*Cláudio: Dificuldade... sempre tá vendendo uma coisinha, tem um bezerro vende, as vezes imprenso eu vendo uma vaca, e aí vai até sair esse crédito da gente pra botar as coisas no lugar, que nós vem sofrendo muito, apanhando muito. (...) o que é ruim é que tudo que se toca em base de governo, é um crédito, é uma coisa... uma democracia danada pra sair, entendeu? E a gente com isso, eu principalmente, falando de mim, que vivo do meu lote, trabalho no meu lote, ganho muito pouco, ma tô ali, esperando o crédito sair pra mim avançar mais, ter condição de investir, né? comprar umas vaquinhas melhor, entendeu? Fazer minha granjinha de porco. Ter uma condição melhor. Então a gente fica às vezes agoniado, fica agoniado em casa, tem que sair pra conversar. Porque não tem nada pra fazer, pouca coisa pra fazer. Não gosto de trabalhar pros outros, parei de trabalhar pros outros quando eu adquiri meu pedacinho de terra. Mas eu tô vendo que... a gente fica agoniado, cadê o crédito? Já tem oito anos que nós estamos aqui. Minha esposa ganhou uma menina que fez 7 anos agora em setembro e eu estava antes disso a uns três anos acampado já. Tem que ter muita resistência pra tolerar muita coisa, senão não tolera não. [E]*

Além das cargas físicas do trabalho no assentamento (exposição às intempéries, desgaste físico, o “calejar”) também se evidencia as cargas psicológicas. Apesar da liberdade e autonomia no trabalho os assentados estavam sujeitos às variabilidades climáticas (falta ou excesso de chuva), falta de crédito, dificuldades de comercialização e lentidão na implantação do projeto de assentamento provocam o sofrimento, devido às incertezas quanto ao futuro e frustrações. Essa situação também é apontada por Scopinho<sup>95</sup> e Carneiro<sup>17</sup>.

Alguns casos podem ser emblemáticos. Solange, uma das moradoras do assentamento, não tendo encontrado as condições de trabalho suficientes para permanecer trabalhando na terra, resolveu abrir um comércio/bar dentro do assentamento. Para isso, alugou uma área construída por um dos assentados e começou a fazer refeições, vender bebidas e alguns produtos de consumo doméstico. No entanto, dizia que este tipo de trabalho é condenado pelas normas do Incra (essa restrição parece estar relacionada ao comércio de bebidas alcoólicas) e durante uma visita dos técnicos observei terem chamado a atenção para isso que poderia se tornar um problema. Solange foi categórica ao responder: “e eu vou viver de quê, vem morar aqui pra vocês ver se é fácil. Não tem o que plantar, não tem uma irrigação, não tem onde vender, esse foi o jeito que encontrei de ir vivendo, levando minha vida no lote até agora”.

No entanto, o local tornou-se ponto de encontro para alguns moradores do assentamento Dandara e de outros acampamentos e assentamentos da região, local que serve de lazer para as famílias, onde se troca experiências de trabalho, se articulam cooperações e circulam informações que favorecem a comercialização dos produtos. Solange atuou durante algum tempo como militante do MST e fazia viagens, participava de encontros e reuniões, onde teria aperfeiçoado a capacidade de se relacionar com o público. A decisão de abrir um bar vem, em parte, por essa motivação em relacionar-se com as pessoas, de manter no trabalho um processo de comunicação mais intenso e dinâmico, mas também por já ter tido alguma experiência semelhante em empregos anteriores. Nesse caso, a história, a cultura, as experiências anteriores se agregam em um modo de transgredir as normas antecedentes que permita ao trabalhador desempenhar sua produção conforme seria o esperado.

Aroldo, outro morador do assentamento, estava trabalhando num lava-jato de caminhões em uma cidade próxima e reclamava das condições de trabalho, de ter que manipular produtos cáusticos (como sabões e detergentes) aos quais atribuía os problemas respiratórios e de pele que passou a manifestar. Assim, o “trabalho fora” era motivo de sofrimento e problemas de saúde: “a gente espera que com o recurso do PRONAF<sup>26</sup> a gente tenha condição de estabilizar aqui no lote”, dizia em uma conversa com outros assentados que também aguardavam o recebimento do crédito de custeio e manutenção da produção que seria liberado em breve. Em outro caso, um trabalhador de 65 anos que estava temporariamente empregado no corte de cana, do mesmo modo, mencionava o crédito do PRONAF como a esperança de conseguir trabalhar plenamente no assentamento.

*Pesquisador: Como era o trabalho do senhor antes de vir pra cá?*

*Luis: Cortar cana. Eu já trabalhei muito em contar cana, em fábrica de farinha, ajudante de caminhão, trabalhei muito em serviço pesado.*

*Pesq: E o que mudou depois que o senhor veio pra cá?*

*Luis: ah, mudou tudo. Eu não faço mais nada disso não. Só faço mesmo é cortar uma caninha igual agora (...). Eu não faço porque eu tenho minha terra, não vou trabalhar fora, não vou trabalhar adoidado conforme eu trabalhava. Trabalhava aqui, em São Francisco, Morro, em tudo quanto é lugar.*

*(...)*

*Pesq: O que te atrapalha, o que te prejudica no seu trabalho? Se pudesse mudar alguma coisa, o que seria?*

*Luis: Eu vou mudar sim, quando eu receber o dinheiro lá (prona) eu*

---

<sup>26</sup> Crédito de apoio à aquisição e custeio da produção agropecuária destinado aos trabalhadores assentados por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

*vou comprar irrigação pra mim, pra colher um milho, um feijão, uma erva dessa. (...) vou plantar as coisas aqui, plantar laranja, tô com ideia de plantar umas 100 mudas de goiaba aí.*

*Pesq: Agora o senhor não está fazendo isso?*

*Luis: Eu faço, mas é cortado. Isso que tá tombado [terra preparada] aqui eu plantei mandiba e perdi tudo, não nasceu nem uma cova. Aí eu vou trabalhar fora que é melhor, mas quando tiver uma chuva eu venho embora e não faço mais não. Largo a cana lá fora também e venho trabalhar na roça. É só chover. Eu só trabalho fora é na seca. O trabalho aqui é melhor do que lá. [E]*

A baixa qualidade do solo, a falta de assistência técnica e de irrigação e a dificuldade para escoar a produção são os principais fatores que os assentados apresentam como razão de terem de trabalhar fora do assentamento. Tais características, associadas à produção hegemônica de cana de açúcar e do abacaxi na região e, conseqüentemente, devido ao mercado que se estabelece em torno dessas culturas, dificultam consideravelmente a permanência no lote e a produção agroecológica. Apesar disso, observa-se uma diversificação da produção de alimentos na área, contrapondo-se ao modelo hegemônico da monocultura da cana e do abacaxi.

*Pesq: Quais são as dificuldades que vocês encontram pra realizar o trabalho? [GF]*

*Daniela: Dificuldade aqui, só na hora de vender. Pra poder plantar eu não acho tão difícil quanto pra vender. Pra vender você tem que mandar pra atravessador, você não tem mesmo lugar pra levar a mercadoria. Igual, tem uns assentamentos que tem lugar que leva, mas nós aqui só uma pessoa que tem lugar de levar.*

*Marcos: No meu trabalho, na verdade, eu não acho nada ruim. O pior mesmo é na hora de escoar a mercadoria, que você produz mas não tem pra onde levar a mercadoria, né? Na hora de plantar você pensa: vou plantar, mas vou vender pra quem? Ou às vezes tem pra quem vender, mas não tem como sair do assentamento pra vender, né? (...) Outra coisa que acho dificultoso pras famílias em geral, é um projeto, que seja do governo, seja federal ou do estado ou do município, pra uma assistência técnica mais precisa dentro dos assentamentos, não só no meu, mas em todos assentamentos. Pra formação de agroindústria, pra beneficiar o produto, mesmo no acompanhamento pra formação de feira, de escoação de mercadoria. (...) Então, às vezes o agricultor se submete a agricultura tradicional, que é a da cana, do abacaxi, que é do atravessador pra agroindústria mais próxima que tem, né? A cana, o abacaxi, o aipim. Então, ele não vai sair da cana, do abacaxi*

*ou do gado pra tocar uma horta, uma outra agricultura que ele nunca lidou com aquele tipo de trabalho, ou vai falar assim, vou largar isso aqui, vou perder e no final do ano como eu faço. Dificulta até mesmo a mudança de cultura dos agricultores. Precisa de um projeto mais assistido mesmo pra desenvolver isso.*

*Maria: E precisava também ter uma coisa que fosse coletivo, né? porque não vai vir aqui pra buscar o produto só de um. Eles estavam querendo formar uma coisa coletiva que tivesse uma quantidade boa. Aí lá em casa a gente ainda não fez lavoura pra poder perder, porque o aipim mesmo tirando com oito meses, meu irmão tem a máquina [de fazer farinha], leva e faz farinha a meia, consegue vender pra atravessador. E o feijão a gente usa em casa mesmo.[GF]*

A produção de cana-de-açúcar era considerada uma segurança de renda ao longo do ano e, por isso, alguns assentados optavam por plantar essa cultura em parte do lote, visto que os custos com a produção eram baixos e teriam a certeza de conseguir vender o produto, pois os canais de comercialização estavam assegurados pelas usinas da região. O cultivo de abacaxi segue a uma lógica semelhante de utilizar os canais de comercialização já estabelecidos na região, mas ainda assim foram relatados muitos casos de perda da produção vendida aos *atravessadores*. Duas situações são emblemáticas, a primeira ocorreu quando um comprador (*atravessador*) passou recolhendo apenas uma pequena parte da produção de abacaxi dos assentados e de outros agricultores da região, comprometendo-se a fazer o pagamento posteriormente, mas não o fez, levando um caminhão cheio de mercadoria sem que os agricultores recebessem nada. Além disso, como é o *atravessador* que estipula o preço a ser pago ao produto, geralmente tende a baixar o valor pago e/ou descartar parte da produção que não atenda aos padrões de mercado (homogeneidade de peso, tamanho e aparência do produto).

Desse modo, a falta ou a pouca eficiência das políticas de fomento à produção e comercialização de produtos agroecológicos coloca os assentados diante da demanda do mercado o que, em parte, favorece manter o modelo convencional de agricultura ou adaptar-se a ele. O desempenho da *atividade de trabalho* no assentamento fica submetido aos agenciamentos macropolíticos da economia de mercado (*usos de si por outros*) que determinam as normas antecedentes favoráveis às práticas convencionais na agricultura: canais de comercialização mais acessíveis, mercado estabelecido, predominância da cultura na região, uso de agrotóxicos e insumos na produção. Esse modelo que tem se desenvolvido a partir da reestruturação produtiva no campo tende a favorecer uma produção convencional,

que por ter elevado custo acaba beneficiando poucos, e a dificultar uma produção descapitalizada e mais sustentável, como seria o caso da agroecologia.

A produção agroecológica tem um custo mais baixo, mas demanda conhecimentos técnicos e práticos de aproveitamento dos recursos naturais do próprio assentamento, maior utilização de trabalho humano, e canais de venda que reconheçam as diferenças entre o produto agroecológico e o convencional. O que se coloca como maior empecilho para a produção agroecológica no assentamento é a saída (venda) deste tipo de produto, o que acaba por favorecer a tentativa de se inserir na produção convencional mesmo para os trabalhadores que desejam desempenhar outra forma de produção. Em consequência, observa-se a inserção em atividades que os assentados reconhecem como prejudiciais à saúde, mas optam por elas na esperança de conseguir bons rendimentos ou por falta de opção para permanecer vivendo e trabalhando no próprio lote. Desse modo, os assentados buscam construir relações de trabalho e produção próprias, mas tais escolhas não podem ocorrer senão na relação com as condições que encontram socialmente determinadas.

O que é definido como falta de assistência técnica leva ao questionamento quanto à relação com os técnicos que assessoram os assentados e, em muito, parece estar condicionada à necessidade de um apoio para a abertura destes canais de comercialização e formação em técnicas alternativas. Nesse caso, nota-se que a agroecologia enquanto forma de trabalho/produção que é incentivado pelo MST é compreendido pelos assentados como o mais adequado para uma vida e um trabalho saudável no campo, no entanto se contrapõe ao predomínio em geral de outras práticas convencionais vistas pelos assentados como a única forma viável.

No momento de optar pelas formas de produzir e trabalhar no assentamento, os assentados acessam valores favoráveis à preservação ambiental e cultivo de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, mas encontram uma limitação anterior de ordem macro social e política que se apresenta como a maneira viável de conseguir produzir e obter melhores rendimentos. Alguns trabalhadores que puderam investir na produção optaram por manter uma produção com utilização de agrotóxicos e mais direcionada à lógica capitalista, outros se mantêm receosos quanto as melhores opções, e alguns demonstram convicção ao optar por uma produção saudável e ambientalmente sustentável, mesmo que isso signifique não ter o que produzir. Nessa *dramática* que se vive no trabalho, as escolhas demonstram opções de inserção no mundo e de recriação deste. Os *usos de si* são notoriamente confrontados entre os desejos dos trabalhadores e as condições preestabelecidas que encontram e têm de superar ou

readequar. Na tentativa de instaurar outras normas alguns assentados têm procurado formar associações em pequenos grupos ou em duplas, além da Associação de Moradores que engloba toda a comunidade, para superar as limitações de crédito e encontrar canais de venda para seus produtos.

A lentidão das políticas públicas de crédito e apoio à produção também conformam uma frustração que, de certo modo, torna-se presente influenciando a organização coletiva e dificultando o investimento em outras vertentes como as práticas de saúde <sup>95</sup>.

#### 4.4.2 Trabalho cooperado e formas de organização do trabalho

As orientações do MST procuraram estruturar o trabalho coletivo conforme um modelo de divisão social do trabalho, onde as atividades de produção são separadas em tarefas a serem desempenhadas pelos coletivos de trabalho. Porém, assim como no trabalho assalariado, os assentados consideraram que essa forma de organização lhes retirava a autonomia sobre o trabalho, por isso não desenvolviam o mutirão. Por outro lado, outras formas de organização coletiva que também são incentivadas pelo MST, permaneciam sob a forma de *troca de dia* e o *coletivo por afinidade*.

Esses coletivos se formam entre os trabalhadores a partir de preferências e motivações deles, geralmente, para aperfeiçoar a realização e o desempenho da atividade, correspondendo ao que seriam as Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes (ECRP). Schwartz <sup>99</sup> esclarece a respeito destas,

Ora, vê-se que, na maior parte dos casos, tudo corre bem. Existe algo da ordem dos valores comuns, mais ou menos formalizados, que vai mais ou menos longe e que em certos momentos pode mostrar seus limites. (...) É por esta razão que é *relativamente pertinente*: é fluido, é frágil, muito frágil. Creio que é importante compreender como é frágil e como é *um importante trabalho construir essas ECRP* [Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes], reconhecer sua construção, colaborar para sua construção e promover – eu diria – a *relativa* estabilidade dessa construção. *Relativa* porque os ambientes técnicos, as mudanças de todos os tipos não param de modificá-las permanentemente. (...) Em outros termos, se o bem comum, se esses valores têm bastante aderência e força para organizar entidades pertinentes, isto quer dizer que a questão do *viver junto* e sua determinação têm um sentido e uma significação para as pessoas. Eu diria, de forma mais geral, que o político – como o lugar no qual se debate acerca do viver juntos e do bem comum – ganha então um sentido. Consequentemente, pode-se pensar em um certo grau de participação coerente destas pessoas nos debates, no campo do político e dos valores relativamente universais que eu chamo de *valores sem dimensão* (p.165-166)

Atualmente o trabalho é organizado de duas maneiras: no núcleo familiar e em cooperação com outras pessoas de fora do núcleo. No segundo caso, a principal forma de trabalho é a *troca de dia* de serviço, quando dois trabalhadores estabelecem o acordo de um trabalhar com o outro, conjuntamente, mas sendo cada dia na atividade de um deles. Essa forma de trabalho não se limita às atividades agropecuárias e pode se estender ao trabalho de construção civil (na colaboração ao construir ou reformar as moradias) ou quaisquer outras atividades. Essa noção de *troca de dia* parece estar alicerçada na prática de reciprocidade da cultura camponesa, como uma prática comum nas regiões rurais em que predominam esse tipo de trabalho familiar <sup>88</sup>. Essa associação que ocorre em dupla, mas também se estabelece entre grupos, ressaltam uma característica fundamental do trabalho que destoa da tentativa de gerenciar externamente o trabalho.

Para criar vínculos eficazes que passam pela amizade, pela intercompreensão (mas que podem também falhar, passando pela aversão, pelo atrito), há todo um trabalho de si mesmo que pode ter êxito ou falhar, mas que somos obrigados a fazer, exatamente porque cada um não está em seu lugar somente para executar <sup>67</sup> (p. 194)

Outra modalidade de trabalho cooperado é o *coletivo por afinidade* em que um grupo maior de pessoas se reúne para o trabalho devido às escolhas em comum. Nesse caso, se formam associações com os vizinhos, com os assentados que desejam desenvolver a mesma atividade produtiva, com quem trabalha de modo parecido, sendo o produto distribuído igualmente entre as partes ou conforme tenham combinado previamente. Esta forma de trabalho é similar ao mutirão, com a diferença de não haver uma coordenação central e de não pretender incluir a todos, apesar de ser possível que isso aconteça.

Ao organizar o trabalho em parceria com outros assentados, observa-se o compartilhamento do saber-fazer de cada trabalhador, na troca de conhecimentos e experiências sobre a forma de cultivar a terra, sobre o manejo com os animais, ou sobre conhecimentos diversificados, visto que muitos destes trabalhadores estavam inseridos em outras ocupações antes de serem assentados. A Tabela 3 contém algumas informações e contribuem para ter uma ideia dessa variedade de conhecimentos profissionais que são potencialmente colocados em articulação quando se formam as ECRP.

Tabela 3 – Ocupação profissional dos assentados antes e depois da consolidação do assentamento.

HOMEM				MULHER			
ANTERIOR		ATUAL		ANTERIOR		ATUAL	
Agricultor	12	Agricultor	11	Agricultora	01	Agricultora	14
Pedreiro	02	Serviços Gerais/outros	03	Doméstica	07	Doméstica	02
Padeiro	01			Costureira	03	Estudante	01
Serviços Gerais	03			Estudante	02	Enfermeira	01
				Serviços Gerais	03	Serviços gerais	01

Fonte: PDA (2009) adaptado

Desse modo, o trabalho coletivo contribui para superar a carência de assistência técnica, de crédito, de meios adequados de trabalho etc.

Mas essa cooperação também possibilita outras articulações em favor da realização do trabalho no assentamento, pois permite associar as potencialidades de cada trabalhador em sentido objetivo (a força de trabalho e a associação de meios de produção) e subjetivo (a organização política, a socialização do conhecimento).

Observa-se que as formas de organização do trabalho são, em certa medida, decorrentes de estratégias coletivas de superação dos problemas apontados anteriormente. As formas de trabalho cooperado que são incentivadas pelo MST permanecem em alguma medida no assentamento. *A troca de dia e o coletivo por afinidade* são estratégias de organização, renormatizações diante da inadequação das normas antecedentes e decorrem do conhecimento particular de cada trabalhador, de uma experiência de organização coletiva vivenciada no processo de luta pela terra, da própria cultura da reciprocidade que prevalece na produção camponesa.

Na situação particular do trabalho, no desempenho da atividade, as formas de trabalho coletivo e a autogestão do trabalho permitem ao trabalhador potencializar os *usos de si* na construção de um trabalho mais favorável à sua saúde, na procura do equilíbrio entre desejos e motivação, normas antecedentes e normas instauradas. Desse modo, as cadências, os processos, as organizações e as maneiras de realizar o trabalho são resingularizadas pelos

trabalhadores num processo constante de adaptação e transgressão às normas instituídas.

#### 4.4.3 Autogestão e autonomia como estratégias de saúde no trabalho

Duas características são fundamentais para compreender os sentidos de liberdade e saúde conferidos ao trabalho no assentamento: a autogestão sobre o processo de trabalho e a autonomia do trabalhador. Uso o termo autogestão referindo-me ao maior controle que o trabalhador assentado tem sobre sua atividade, nos termos de encontrar um equilíbrio entre suas motivações e seu empenho. Em outros termos, a autogestão confere ao trabalhador a possibilidade de gerir os tempos, ritmos e intensidade do trabalho. Nesse caso, se aproxima do conceito restrito de autogestão, de controle dos trabalhadores sobre as decisões que envolvem o processo de trabalho <sup>49</sup>. Se na sociedade capitalista o trabalho assalariado predomina na forma de heterogestão, com o controle a cargo de um agente externo, no assentamento Dandara podemos afirmar que prevalece a autogestão e esta confere um fator importante para tornar o trabalho mais saudável.

*Jair: Aqui você tem as horas de trabalhar também, né?*

*Daniela: Tem horário de almoço, né? ...*

*Jair: Às vezes trabalha na roça por conta do sol. Evita o sol de meio dia né?!*

*Daniela: Às vezes eu pego às duas horas de volta, no trabalho. Paro na hora do almoço e fico até duas horas da tarde em casa, aí quando eu volto às vezes nem tem sol mais.*

*(...)*

*Jair: Por exemplo, o sol tá muito quente, não vai ficar se matando, folga por volta de meio dia e pega à tarde o serviço. Ou pega cedo e para mais cedo pra evitar meio dia de sol. Agora a pessoa que pega o dia todinho o sol tá tinindo em meio de janeiro, fevereiro, aí vai fazer mal. [GF]*

Os principais problemas de saúde relacionados ao trabalho foram o desgaste decorrente do esforço físico intenso que está relacionado ao *trabalho pesado* e à exposição excessiva ao sol, chuva, vento e poeira, ou seja, questões relacionadas ao ambiente de trabalho, mas que também estão vinculadas às condições tecnológicas, sociais e políticas sob as quais este trabalho se realiza. Acidentes com ferramentas, maquinário e animais peçonhentos foram menos relatados, apesar de serem fatores que também estão diretamente

vinculados ao trabalho no campo. O relato discreto de ocorrência desses agravos pode estar relacionado à concepção de que isto é natural do trabalho rural, como sugerem as falas de alguns assentados. O histórico das ocupações destes trabalhadores, principalmente dos que sempre viveram no campo, apresenta uma relativa resignação frente às condições de exploração. A conquista da terra, a autonomia no trabalho e a possibilidade de autogerir a atividade são condições recentes para quem esteve durante muito tempo a serviço de terceiros em condições precárias de trabalho e de vida. Para quem trabalhou toda a vida exposto às intempéries, em atividades que demandam esforço físico intenso, muitas vezes sem quaisquer equipamentos ou estruturas que favorecessem a segurança no trabalho, isso acaba por se tornar uma condição intrínseca à “natureza” do trabalho rural.

Essa situação também se mostrou presente em relação ao uso de agrotóxicos que não foi diretamente relacionado a problemas de saúde. Todavia, algumas vezes após trabalharem aplicando estes produtos nas lavouras, os assentados chegaram a mencionar dores de cabeça, musculares e “fraqueza”, sendo relacionadas às condições ambientais e ao trabalho pesado como ter de passar muitas horas carregando a *bomba* costal sob o sol. Os equipamentos de proteção individual que eram utilizados durante a aplicação de agrotóxico consistiam em roupas compridas (calças e camisa de manga longa ou macacão), chapéu ou boné e um calçado fechado para expor menos o corpo ao contato com o produto. No entanto, quando o trabalho era rápido (feito aproximadamente em 20 minutos), observei, algumas vezes, serem menos rigorosos os requisitos de proteção sob a alegação de não haver tempo de exposição ao produto que pudesse fazer mal à saúde. Máscara, luvas e roupa especial não eram utilizadas por *sufocarem* o trabalhador e esquentarem muito o corpo causando desconforto e falta de ar, o que inviabilizava ou limitava em muito a eficiência do trabalho.

Para lidar com todos estes fatores limitantes do trabalho (e aqui poderíamos certamente nos referir à saúde no trabalho), os assentados recorriam à maior autonomia de *trabalhar para si* e à autogestão do trabalho no assentamento escolhendo os horários de menor exposição ao sol, aumentando os intervalos de descanso, controlando a ingestão de água e a alimentação e reduzindo a intensidade e duração do trabalho por meio da cooperação na realização das tarefas. O controle sobre o ritmo, intensidade e modo de trabalhar conferiam aos assentados possibilidades de organizar as atividades de forma mais satisfatória à saúde.

A autogestão representava a possibilidade de organizar o trabalho de maneira própria e conivente com suas possibilidades e anseios, diferentemente do que predomina no trabalho

assalariado no campo ou na cidade, ressaltando a diferença entre o modelo de trabalho assalariado e o camponês familiar. Isso mostra que é possível (buscar) realizar-se sob outras formas que não o trabalho assalariado, que a autogestão e a cooperação constituem elementos significativos para a população que vive do trabalho no campo e que o trabalho camponês constitui em sua organização e processo de trabalho aspectos que se distinguem do trabalho assalariado e delimitam fatores de promoção da saúde do trabalhador – fundamentalmente a autonomia e a autogestão sobre a atividade.

#### 4.5 A ORGANIZAÇÃO DA SAÚDE NO ASSENTAMENTO: CONCEPÇÃO DE SAÚDE, AÇÕES E PRÁTICAS DESENVOLVIDAS.

Neste capítulo analiso um dos eixos que estrutura a organização da saúde no assentamento conforme prescrito pelo MST. Não me refiro a uma estratégia unicamente, mas a um conjunto de táticas que estão orientadas por um eixo em comum: a organização política e a mobilização coletiva dos trabalhadores. As táticas correspondem à organização política interna (em particular a organização do Setor de Saúde), o acesso aos serviços públicos e privados, e as práticas populares de saúde (principalmente o uso de plantas medicinais). Apresento essas táticas em subtópicos buscando analisá-las a partir do que é prescrito pelo movimento, em diálogo com o que os assentados realizam no cotidiano e, ao mesmo tempo, compreendendo as normas que antecedem a realização da atividade. Porém, antes de iniciar a discussão sobre as práticas e estratégias desenvolvidas, apresento uma breve análise da concepção de saúde dos assentados.

##### 4.5.1 Concepção de saúde

Em seu estudo, Carneiro <sup>17</sup> relata que para os membros do Coletivo Nacional de Saúde do MST a “base” (os trabalhadores sem-terra) teria uma compreensão reducionista da saúde e muito influenciada por padrões biomédicos. No entanto, observei um discurso contraditório que tende a expressar a saúde como qualidade de vida quando se fala livremente do cotidiano e ressalta o aspecto curativo e a saúde como ausência de doença quando o assunto se limita ao que falta para ter saúde. Desse modo, se abordamos a saúde sem compreender o contexto, as condições e modos de vida, acabamos por restringir a fala ao que é compreendido como saúde institucionalmente e que se manifesta mais por sua ausência (dificuldades, falhas, limitações no acesso ao serviço). Ao se perguntar o que falta para ter saúde ressalta-se o papel do Estado e, nesse caso, onde ele ainda é muito insuficiente. No entanto, para os assentados, ter saúde significa viver em um ambiente agradável, limpo e preservado, consumir água *pura* e alimentos não contaminados com agroquímicos, ter uma moradia fixa e criar os filhos com liberdade.

Em relação aos fatores associados à saúde na área, se destacam a segurança alimentar, o ambiente menos poluído, o ambiente preservado, a tranquilidade e o trabalho. Enquanto a

falta de saúde (quase sempre vinculadas à memória da vida na cidade) é associada à alimentação ruim, ao dormir mal, à poluição e à falta de liberdade (inclusive no trabalho). A fala do presidente da Associação de Moradores do assentamento é representativa dos significados atribuídos à saúde de quem vive no assentamento:

*Como é a vida no Assentamento? E a saúde?[GF]*

*Marcos: Eu acho que são vários fatores que contribuem pra nossa saúde. Primeiro tem a alimentação que a gente sabe que pelo menos uma parte sai da nossa produção, é mais saudável, contribui mais pra nossa saúde né? Quem tem roça, planta o milho, a batata-doce, o quiabo, então sabe que ele tá se alimentando com o alimento mais saudável o que contribui com a saúde, né? Outra coisa que eu acho que contribui bastante é de não ter patrão. (...) Então [na cidade] se ele não trabalhar, ou, às vezes fica desempregado, acaba ficando mais mal de saúde do que bem de saúde. Então eu acho que contribui bastante, porque tem aquela tranquilidade, né? mesmo não trabalhando tem comida na mesa, porque ele cria, ele planta, ele tem uma alimentação em casa. Se a pessoa pensar dessa maneira, começar a enxergar desse jeito, eu acho que contribui bastante também pra saúde. (...) E tem mais essa que a Maria falou, que o lugar onde você vive, sem poluição. E essa poluição são de vários fatores, tanto a poluição sonora, do ar, poluição visual que a gente vê na cidade aquilo tudo tumultuado. Então, acho bem gratificante viver aqui na área por isso. E outra coisa também é que a gente não perde noite de sono, pelo menos uma boa parte da vida a gente dorme bem, dorme cedo, acorda cedo. E na cidade não, na cidade... bom pelo menos eu, quando morava na cidade, não tinha hora pra dormir nem hora pra acordar, quando ia comer era uma hora, duas horas, três horas, e aqui não. Bom, pelo menos pra mim contribui bastante essas coisas.*

A preservação das áreas de reserva era sempre mencionada como um dever do assentamento que beneficiaria à saúde do ambiente e das pessoas que nele vivem.

*Maria: Mas aqui é melhor mesmo por causa do ar. Morar na cidade o ar é mais poluído, contrai mais doenças, né? Se a gente souber proteger o assentamento, por causa das reservas e essas coisas assim, né? Valoriza muito a saúde não só das crianças como da gente também. [GF]*

No entanto, algumas práticas se colocavam opostas à compreensão de preservação da saúde humana e ambiental em contradição ao que é prescrito pelo Movimento. Uma destas práticas é a aplicação de agrotóxicos. Algumas áreas de lavoura que recebiam o agrotóxico estavam localizadas entre a residência do trabalhador e um curso d'água, sendo área de declive, o que pode favorecer a contaminação tanto humana quanto ambiental. Por outro lado, havia a preocupação de construir barreiras físicas contra o escoamento do produto, evitar o trabalho das crianças, mas que de modo geral eram pouco evidenciadas. Algumas pessoas do assentamento, contudo, se mostravam insatisfeitas e preocupadas com o uso do agrotóxico.

Quando mencionavam a vida na cidade, dois aspectos foram lembrados de forma positiva: o acesso facilitado aos serviços públicos (telefonia, transporte, saúde) e a diversidade de lazer e maior socialização (encontrar pessoas novas, se divertir). O primeiro caso também é manifesto em outros estudos<sup>17, 95</sup> e está em grande parte relacionado ao maior investimento e concentração dos serviços públicos nas cidades.

O segundo aspecto positivo da vida na cidade merece algumas considerações, pois foi expressamente relacionado à falta de saúde, demonstrando uma compreensão ampliada desse conceito, tal como apresentado pelo MST, relacionado às condições de vida, inclusive o lazer.

*Valéria: Pra mim aqui a maior dificuldade de saúde é de lazer. Eu gosto de sair pra passear. Pra mim a dificuldade é isso, em matéria de saúde, eu se pudesse melhorar de lazer, né? se a gente aqui não tem nada. Precisa dirigir, quando às vezes tem alguma coisa. É uma dificuldade pra conseguir ir [fazendo referencia ao marido]. Às vezes anuncia no rádio, né? ou às vezes algum vai lá pra fora e fica sabendo, anuncia pra mim aqui, né? Aí eu fico querendo ir, mas às vezes se ele não tiver com a moto, não passa ônibus nenhum aqui.[E]*

*Cláudio: O que eu acho ruim aqui é que não tem o que fazer muitas vezes que falta trabalho. Agora mesmo eu vim aqui pra conversar um pouco, pra ver se a gente se enterte um pouco. Vez em quando vai no Madre [acampamento próximo] e conversa um pouco, conversa com os vizinho.[E]*

*Marcos: Rapaz, o que me faz falta aqui, que eu sinto da cidade, é que na cidade você tem mais facilidade de sair, tem mais coisa acontecendo. Ai você acaba saindo, vai conhecendo mais gente, fazendo outras coisas e aqui no assentamento já é mais difícil. Na cidade eu saía a noite, tinha alguma coisa pra fazer.[E]*

A queixa ocorre tanto por parte das mulheres quanto dos homens. No entanto, estes têm maior facilidade para enfrentarem essa situação, pois apresentam maior autonomia decorrente de possuírem meio de transporte particular e poderem sair sozinhos com maior segurança. Desse modo, acabam se deslocando até alguma comunidade rural próxima ao assentamento<sup>27</sup> quando estão entediados ou ocorre algum evento de interesse.

As mulheres, por outro lado, não se sentem seguras ao sair sozinhas, principalmente se precisam se deslocar à noite. Poucas mulheres da área têm meio de transporte próprio e a maioria não sabe dirigir. Além disso, a situação se agrava pela falta de transporte público. Essa distinção de gênero se mostrou marcante em uma conversa que presenciei quando uma das mulheres comentou da habilidade que a filha tinha em conduzir uma moto e alguns homens surpresos se entreolhavam desconfiados enquanto as mulheres riam e reafirmavam a veracidade do argumento.

A concepção de saúde dos assentados reflete o conceito ampliado proposto pelo MST: saúde é mais que ausência de doença, é viver em harmonia com o ambiente, ter condição de trabalhar e se alimentar, de criar os filhos com saúde e tranquilidade. Em suma, observa-se uma concepção de saúde relacionada às condições de vida em seus aspectos subjetivos e objetivos, como o saneamento, água tratada, lazer, trabalho, educação para os filhos.

#### 4.5.2 Organização política e mobilização coletiva para reivindicar por saúde

Quando menciono o termo “organização política interna” estou me referindo ao que o MST define como uma estratégia maior de conquista da saúde e que se refere à conscientização dos trabalhadores para a necessidade de organizarem-se coletivamente para reivindicar ao poder público as condições necessárias à saúde, tendo a compreensão de que a saúde é um dever do Estado, e para enfrentarem quaisquer outras situações que se tornam limitantes para a conquista da saúde no assentamento, seja de âmbito político, econômico ou técnico.

A primeira questão que se coloca é a divergência entre a organização própria do MST em coordenação, setores e núcleos, que não foi mantida no Assentamento Dandara. Nesse ponto, ao refletir sobre a escolha de não manter essa forma clássica de organização,

---

<sup>27</sup> Existem duas comunidades de trabalhadores rurais e um acampamento com as quais os assentados mantêm mais proximidade. O acampamento denominado de Madre Teresa também é organizado pelo MST. As duas outras comunidades são formadas por trabalhadores rurais que já viviam na região e possuem terra ou trabalham nas fazendas da região.

percebemos como os debates de normas e valores se colocaram para os assentados. Por um lado, observa-se uma reivindicação de maior envolvimento dos trabalhadores.

*Maria: Se o assentamento se organizar dá pra cobrar alguma coisa do órgão público e dá pra conseguir, não é? Porque uma pessoa sozinha não consegue nada. Sempre eu e Solange vamos consultar em campos, a gente sempre toca no assunto, mas cadê? Não tem organização. Não tá todo mundo pelo mesmo sofrimento. Fui numa reunião lá esses dias – eu, Solange e Fátima – esse pessoal da [ruído] que dá um apoio a gente. Então tava passando um vídeo do nordeste, mostrando o motivo por que lá cresceu, né? E o estado do Rio que é um município que não era pra ter tanta pobreza e continua na pobreza do Rio. O nordeste desenvolveu várias coisas porque a dor lá era uma dor conjunta, todo mundo sofria. Então quando foi uma pessoa mostrar algo que fosse importante pra comunidade, todo mundo abraçou aquela causa. Então o desenvolvimento cresceu. e já que ... por exemplo, a dor minha não era de outro. Então, em muitas comunidades a pessoa pensa por si, né? e não em coletivo, por isso que muitos assentamentos e comunidades anda pra trás quando podia andar pra frente, né? porque se todo mundo passasse por aquele período de sofrimento e quisesse melhorar através da organização consegue muita coisa.[GF]*

Por outro lado, observa-se uma constatação de que não se trata de falta de união ou compromisso coletivo, mas de uma nova configuração da vida que demanda outros compromissos, outras obrigações e que limitam a participação em atividades coletivas.

*Cláudio: Vai pro lote, é uma coisinha e outra pra fazer, vai se acomodando. A gente se descuida, como a companheira ali falou, que a gente tá um pouco desorganizado. Mas é o dever, o dia a dia da gente. Mas qualquer coisinha que você precisa. Uma ação que vai precisar da gente aí, nós se reuni e tamo aí. Não é que a gente tá desorganizado, mas qualquer coisa que sair por aí nós tamo pra enfrentar. [GF]*

Essa compreensão remete ao que Neves <sup>12</sup> denomina como novas configurações sociais que se constituem com a fase de assentamento. Tais mudanças, na percepção dos assentados, referem-se ao maior envolvimento dos trabalhadores com as atividades no próprio *lote* e ao distanciamento espacial e subjetivo que se impõe.

*Marcos: Eu acho que uma das coisas do movimento, essa coisa da luta conjunta, da luta pela terra, da luta pela liberdade, uma das coisas que o movimento sempre trouxe pra nós é crescer quanto ser humano, quanto a consciência, enquanto pensadores, né? E uma das coisas que a gente ainda não se dá conta é que o ser humano, às vezes é inconstante, né?[GF]*

Essa inconstância do ser humano se coloca como um empecilho para a realização de procedimentos que buscam antecipar o que seria interesse comum a todos, a vida em comunidade se torna mais complexa com a formação do assentamento, cada família possui desejos e motivações que podem ser distintos e algumas vezes conflitantes, o que pode limitar a mobilização coletiva, mas também remete à necessidade de explorar essa diversidade. Há uma preocupação da comunidade em manter uma organização coletiva, pois compreendem a sua importância para avançar nas conquistas de melhores condições de saúde. Essa organização se manteve com a Associação de Moradores/Produtores que exerce papel semelhante à Coordenação de Área como é previsto pelo MST e resulta da necessidade dos trabalhadores de maior autonomia e compreensão de que a fase de assentamento representa uma nova configuração nos desejos, demandas e possibilidades de cada família. Há uma reorganização da vida social e política no assentamento que surge em virtude de novas demandas que a situação de assentamento determina.

Observa-se que a ação coletiva se manifesta quando os trabalhadores se encontram diante dos fatores que limitam as condições necessárias para alcançar a saúde desejada. Visto que essa saúde compreende uma concepção ampla, tal como proposto pelo MST, tais limitações que foram mais apontadas pelos assentados seriam: a falta de transporte, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, a falta de condições adequadas para o trabalho.

Considerando que a organização coletiva se mantém mesmo que de maneira diferenciada ao que é prescrito pelo Movimento, vejamos como isso reflete nas estratégias de mobilização para a promoção da saúde na área. Vou apresentar duas situações que demandaram dos trabalhadores agir em coletivo: a falta de meios de transporte público e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde.

A falta de transporte público se configurava como um limitante tanto para as crianças e jovens que precisavam estudar fora dos assentamentos, quanto para os adultos que precisavam se deslocar até as cidades mais próximas. Ao perceberem que havia um ônibus que fazia o transporte escolar dos alunos que viviam nas comunidades próximas, os assentados se mobilizaram e organizaram uma comissão para negociar com a prefeitura que o

transporte incluísse em seu itinerário a área do assentamento. Após algumas reuniões e tramitações burocráticas com a prefeitura, a solicitação foi atendida. Em seguida, os assentados solicitaram que o transporte fosse liberado para quem vivia na área, o que também foi conquistado após negociação, representando um ganho na qualidade de vida da comunidade, principalmente para os estudantes que antes precisavam se deslocar por cerca de 5 km a pé até o ponto onde circulava o ônibus.

Em relação ao acesso aos serviços de saúde, uma das questões que se colocam como limitantes para os assentados é a dificuldade de deslocamento até a cidade onde se concentra a oferta desses serviços e a dificuldade de atendimento que muitas vezes demanda pernoitar na fila para conseguir uma ficha. As limitações de acesso aos serviços de saúde podem justificar a menor procura pelos serviços de saúde <sup>19</sup> para realização de exames preventivos e de rotina pela população do campo. Se conseguir uma consulta demanda um esforço muito grande é compreensível que se deixe para desempenhá-lo quando não há alternativas, portanto, quando o problema se manifesta.

Soma-se a isso a insuficiência do Programa Saúde da Família que realizou em média duas visitas por semestre para atender a todas as famílias do assentamento. Essa situação se mostra variável, mas em geral predomina a falta ou precariedade deste programa (estratégia) em atender a população do campo <sup>21</sup>, o que remete ao que podemos destacar como a organização dos serviços de saúde pensada para atender à população que vive nas cidades <sup>17</sup>. Para tentar solucionar este problema, os trabalhadores se articularam para reivindicar a organização de um posto de saúde no assentamento para receber os profissionais de saúde ao menos uma vez por mês de modo a suprir em parte a demanda da comunidade. É importante ressaltar que essa demanda incluía também ações de educação em saúde. A dificuldade das populações do campo para ter um atendimento de saúde preventivo e curativo é manifesta pelo MST quando este reivindica a formação de agentes de saúde nas comunidades, a atuação do Programa Saúde da Família e a criação de outros programas que atuem na prevenção de doenças e na promoção da saúde nas áreas ocupadas.

*Salvador: O que nós precisamos demais é um posto de saúde, entendeu? Se o governo do estado fizesse um convênio com a prefeitura e montasse um postinho pra gente aí, beneficiava muito a gente. Que é a necessidade não só da gente adulto e tanto das crianças. Que diariamente as crianças tão gripadas, né? Alguma coisa que às vezes aparece que a gente não sabe, uma coceira. E a gente vai passando remédio caseiro, vai levando.[GF]*

Para tanto, os assentados disponibilizaram a casa *sede* para servir de posto de saúde e atender não apenas à comunidade do assentamento, mas também as comunidades vizinhas que passam pelas mesmas dificuldades. Assim, procuraram a secretaria de saúde da prefeitura de Campos dos Goytacazes na tentativa de negociar tal demanda. No entanto, essa conquista não foi alcançada e os assentados desistiram da reivindicação, pois se tornou prioritário lutar por melhores condições de trabalho e produção no assentamento.

Apesar do Setor de Saúde ter se formado após a ocupação, procurando desempenhar as ações de organização da saúde na área, os assentados não persistiram com essa atividade. Quem se envolveu com esta tarefa diz ter se desmotivado devido à falta de reconhecimento dos outros por empenhar-se em benefício do coletivo e também por falta de condições objetivas de estrutura (material de trabalho, insumos para processamento de medicamentos com plantas medicinais) e de formação para desenvolver as atividades de saúde.

Observamos que a estratégias de uso de plantas medicinais permanecia em situações individuais, sendo mais frequente nas falas dos trabalhadores que viviam no campo antes de serem assentados. O uso de plantas medicinais configurou uma estratégia de saúde que decorreu da formação junto ao MST, principalmente por meio de ações do Setor de Saúde que enquanto estava presente desenvolveu oficinas de processamento de plantas medicinais e de orientações de uso e cultivo destas.

*Cláudio: Minha esposa tá passando mal. Eu também passei mal há pouco tempo. A pressão minha descontrolou. Sol quente, entendeu, capinando aqui, aí descontrolou. Aí quando descontrola tem que tomar um chá. [E]*

*Caetano: Nem sei dizer... procura um mato.... faz um chá pra ver se resolve. Essa é a primeira coisa, né? Se não dá certo tem que sair pra fora, tem que procurar um posto de saúde, um médico, é contar com a sorte. Porque também não é fácil. Mas é isso, primeiro é isso, faz um chá, um xarope... teve uma época que tinha o pessoal da saúde fazendo umas pomadas também. [E]*

No entanto, nota-se que muitos assentados permaneciam utilizando plantas medicinais e preparando medicamentos caseiros, constituindo uma das estratégias de saúde dentro do assentamento. Além disso, uma das demandas de saúde na área que correspondia ao difícil deslocamento para conseguir atendimento médico quando era necessário estava em vias de

ser solucionado com a aquisição de um carro comunitário que seria destinado ao transporte de quem precisasse de atendimento médico urgente, suplantando a falta, dificuldade ou demora no atendimento de urgência/emergência.

#### 4.5.3 Entre o público e o privado: conflitos no acesso aos serviços de saúde

Para o MST a saúde é um dever do Estado e por isso torna-se importante lutar pelo fortalecimento do SUS. Para isso, propõe que os trabalhadores sem-terra participem das instâncias de debate e deliberação do SUS e contribuam para o fortalecimento de seus princípios. Mas esse aspecto estava distante da realidade dos trabalhadores do assentamento Dandara. Dentre as estratégias de saúde utilizadas pelos assentados identificamos a busca pelos serviços públicos e privados (em menor medida) e a utilização de plantas medicinais.

Apesar dos avanços que têm ocorrido no sentido de ampliar e qualificar o atendimento dos serviços públicos de saúde constata-se, tal como fora apontado por Esteves<sup>18</sup>, que ainda falta muito para se efetivar os princípios do SUS, principalmente a universalização, a equidade e a integralidade nas áreas de Reforma Agrária.

Os assentados disseram ter procurado muitas vezes o serviço de saúde para acompanhamento médico e realização de exames de rotina, bem como para receber informação e ações de saúde de caráter preventivo. No entanto, a dificuldade de acesso tanto para chegar aos locais de atendimento que se concentra nas cidades quanto para ser atendido, pois muitos afirmaram ter que pernoitar nas filas para ser atendido, além da má qualidade do atendimento e da dificuldade de realizar exames contribui para que os trabalhadores procurem o serviço privado como alternativa de atendimento. O que observamos no assentamento demonstra que a procura de ações e serviços preventivos ocorre, mas tende a ser abandonada devido às dificuldades para que o atendimento seja efetivado.

*Valéria: Olha, no hospital do ponto mesmo, pra você conseguir marcar uma consulta você tem que chegar duas horas da manhã um dia antes, pra conseguir a ficha pro outro dia. Aí você vai ser atendido de duas da tarde até as cinco. No hospital Manoel Carola, fica perto de São Francisco. Aqui se passar mal de repente, se não tiver uma moto, ou se tiver sozinho e não puder ir de moto, como é que faz. [GF] (...)*

*Daniela: O SUS é brabo. É você ficar lá dormindo na fila pra conseguir um médico e não consegue ainda. São Francisco agora você não consegue fazer um exame mais se você não dormir lá no ponto.*

*Vagner: O que acho do SUS... vou falar... é uma pouca-vergonha. Que os políticos comem o dinheiro tudo e não dá jeito na saúde pros pobres. Você vai no posto pra marcar uma consulta gasta um ano. É uma pouca-vergonha; não tem remédio, não tem nada! [GF]*

O MST preocupa-se em esclarecer aos trabalhadores como funciona o SUS, seus princípios e os direitos aos serviços públicos de saúde. Observa-se na maior parte das vezes que essa compreensão está presente na fala dos assentados, mas as limitações para o acesso aos serviços (perda de dia de trabalho, ter que dormir na fila para marcar consulta, demora na liberação dos exames) permanecem como o principal registro do que é o SUS, quer dizer, sua identificação é imediatamente relacionada aos problemas encontrados quando necessitam de algum serviço de saúde. Assim, outra estratégia de atendimento de saúde é a procura pelo sistema particular.

O Programa Saúde da Família atua na área, mas muitos não têm clareza do que é este programa e de como ele funciona. Reclamam ainda das visitas insuficientes para atender a demanda da comunidade, pois o atendimento médico ocorre em média duas vezes por ano para atender às 21 famílias do assentamento e outras que vivem na região. Um agente comunitário de saúde esteve na área durante as atividades de campo para fazer o cadastro do cartão do SUS. A insuficiência deste serviço deixa os trabalhadores em condições pouco favoráveis para um acompanhamento médico preventivo-curativo de qualidade, reafirmando a relevância e necessidade das demandas do MST para a saúde no campo.

*Pesq: E como é o programa saúde da família? Você conhecem?  
É aquele que tem o agente comunitário de saúde e tem também uma equipe médica que vem.*

*Pesq: Vocês conhecem o Programa Saúde da Família?*

*Valéria: Não..*

*Vagner: Já vi falar na televisão, mas não sei muito bem não. Já vi dando uma entrevista na televisão*

*Pesq: Esse programa atua aqui na área, tem aqueles agentes comunitários de saúde também. Já estiveram aqui?*

*Valéria: Veio ali na sede, um grupo de pessoas de saúde. Mas veio faz uns 3 meses. Esse ano só veio uma vez, ano passado veio duas. Aquele médico que veio...*

*Vagner: Eu fiz uns exames e ainda nem veio o resultado, nem veio.*

*Valéria: Não é ruim não. Veio na sede eu fiz uns exames que eu até dei sorte que os meus eles trouxeram. Eu fiz uma vez que consumiram com meus exames que fiquei seis meses pra receber. Nessa última vez que*

*vieram é que trouxeram meus exames, retornando.,  
Vagner: É... eles vieram em maio esse ano. Nos já tamo indo pra setembro e o exame nada. [GF]*

Durante o grupo focal observou-se divergência quanto à iniciativa de procurar o SUS ou o serviço particular de saúde, como podemos observar nas falas abaixo:

*Daniela: Eu quero fazer um exame aí cheguei lá tava aquela fila. “Gente, mas que aconteceu ali? Será que foi alguém que morreu? Perguntei se aconteceu alguma coisa. Aí ela [funcionária] disse que era a fila pra marcar exame. Eu falei: é ruim, hein! É isso tudo? Entrei na ultima lá e tô esperando, esperando. De repente o pessoal começa a sair da fila. Ora, porque esse povo saindo da fila? “Porque é vinte ficha só, já acabou, o pessoal dormiu aí”. Eu sei que fui umas três vezes pra marcar. Aí falei, não volto mesmo pra dormir aqui. Aí marquei no particular, paguei. Gastei mais de passagem pra ficar na fila do que pra pagar a consulta. Antes tivesse ido no particular. E perdendo dia de serviço. Não compensa não, correr atrás do SUS; não vale a pena. [GF]*

Um dos assentados destaca o problema do atendimento tanto no serviço público quanto particular enquanto outro ressalta a fragmentação e insuficiência do modelo biomédico de saúde:

*Cláudio: Não só no SUS, né? Aconteceu com minhas crianças três falhas médicas aí. Minha menina veio aqui quando os médicos vieram aqui, não sei se era uma doutora nova, rancou o dente da minha menina que não era pra arrancar. Agora nasceu encavalado outro, entendeu? Outra menina minha, apareceu por cima da boca um inflamadinho, foi no médico e voltou chorando, o doutor lá em Morro do Coco falou que era um furúnculo. A menina chorando, chorando... Falei, isso é um berne [larva de mosca]. Levei no médico ele falou que não era, quando levou em Travessão [município vizinho] a doutora rasgou, tirou um bitelo de um berne. o atendimento também, parece que eles tão brincando com a cara da gente. (...). Minha [outra] menina engoliu uma pratinha (...) Chegou lá, a mesma coisa, fez chapa e tal. Disse que não tinha nada não, levou uns dois ou três dias a menina já botou a prata pra fora (...). E ela passando mal que só. E se morre? A menina não conseguia nem estudar. Aí o rapaz lá no lugar onde ela estuda falou, “vai lá e processa”, mas não quero problema não.[GF]*

*Marcos: Acontece também que na verdade, a pessoa tá com uma dor de cabeça, uma coisa mais simples, é muito fácil dar uma receita e mandar a pessoa na farmácia pegar uma receita, né? Agora se for um remédio controlado, uma coisa cara, não tem. Se for pra fazer um exame mais caro o médico já dá o cartão de uma clínica particular; “oh, vai em tal lugar, você paga uns 50 reais, faz sua consulta...”. E é assim que tá funcionando a saúde pública, né? Dentista, se for só pra arrancar faz, mas se for um tratamento mais sério, vem o cartãozinho da clínica aqui. Então, quer dizer que tá bom, mas muitas vezes é um bom maquiado, pra dar um remédio pra dor de cabeça, pra verme, você vai ali a um real e compra. Agora o sério mesmo, cadê?[GF]*

Há um consenso quanto aos problemas de acesso e qualidade do atendimento, porém existem divergências em relação ao papel do Estado nessa questão:

*Jair: Cada um tem sua maneira de pensar e ver, né? Mas tendo o meu recurso, mesmo sendo dos meus esforços, do meu trabalho, pra comprar meu remédio, fazer uma consulta ou ir ao médico sempre que quiser, pra mim já seria uma boa coisa. Não vou dizer que eu quero melhor do que isso porque a gente não tem muito melhor do que isso não. Porque eles, ah... eu quero que venha aqui uma equipe médica de dois em dois meses, eu não vou cobrar muito disso porque se eu tiver meu dinheiro pra comprar minha alimentação, meu remédio, fazer minha consulta, pra mim já tá bão.*

*Daniela: Tem que cobrar do governo, meu filho.*

*Jair: Não, não precisa do governo não, dando pra mim viver já tá bão.[GF]*

O direito à saúde, como apresentado pelo movimento, é ainda uma realidade distante de se concretizar no dia a dia de quem vive no assentamento. Desse modo, diante das limitações que encontram e das várias outras atribuições necessárias para continuar a vida no assentamento, para alguns o SUS deixa de ser uma possibilidade viável, de modo que o mais importante passa a ser a possibilidade de ser atendido, de ter os problemas de saúde resolvidos. No entanto, como foi apontado anteriormente, ao requisitar da prefeitura que fosse instalado um posto de atendimento de saúde no assentamento os trabalhadores evidenciam a consciência de que é preciso lutar para transformar os princípios do SUS em uma realidade para todos, incluindo a população do campo que tende a ficar em segundo plano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A saúde do trabalhador rural permanece historicamente como uma questão que carece da atenção e do compromisso público que efetive as políticas de saúde direcionadas à população que vive e trabalha no campo, levando em consideração ainda a necessidade de se ampliar as ações do SUS mediante as demandas e propostas conduzidas pelos próprios trabalhadores. O MST, no sentido de contribuir para transformar a realidade em favor da população sem-terra, tem se apresentado como agente social capaz de articular e organizar os trabalhadores para que se tornem protagonistas da transformação que desejam. E, apesar dos obstáculos enfrentados pelos trabalhadores sem-terra, algumas conquistas demonstram a capacidade de transformar a realidade por meio das lutas, organização, mobilização e solidariedade. A posse da terra conquistada mediante a mobilização coletiva organizada dos trabalhadores é a primeira grande mudança em prol da saúde, como foi demonstrado neste e em outros estudos. A segurança alimentar, o trabalho, o meio ambiente e a moradia são fatores que se sobressaem nesse sentido de favorecer a saúde.

Os documentos do MST sobre ações e práticas de saúde concentram sua produção a partir da formação do Coletivo Nacional de Saúde em 1998, destacando as orientações sobre o SUS (formação e informação dos trabalhadores para a ação), medicina popular (principalmente cultivo e uso de plantas medicinais) e organização social como forma de mobilização. O trabalho cooperado se mostrou uma orientação do Movimento em relação à organização do trabalho nas áreas. E a agroecologia surge conceitualmente em alguns textos relacionada à forma de trabalhar e produzir alimentos de maneira sustentável ambientalmente e saudável, observa-se isso principalmente em documentos do Setor de Produção.

Este trabalho procurou demonstrar como estas orientações são retrabalhadas pelos assentados de modo a configurar uma prática adequada aos seus valores e motivações. Nesse sentido, observou-se um debate de normas-valores que se colocam como mediações entre o que é prescrito pelo MST, os determinantes de ordem do contexto macropolítico, econômico e tecnológico e as condições encontradas na realidade particular do assentamento.

De modo geral, as orientações do MST são reorganizadas pelos trabalhadores. A mobilização coletiva ou organização social como estratégia de produção de saúde ocorreu quando a comunidade do assentamento necessitou reivindicar por melhores condições de

transporte e acesso ao serviço de saúde. Apesar de não ser observada a organização interna em relação ao Setor Saúde, as práticas de uso de plantas medicinais permaneceram isoladamente principalmente pelos trabalhadores com histórico de maior vivência no campo. Ao abordar as formas de produção se observou variações entre as práticas agroecológicas ou convencionais, demonstrando divergências que resultam dos debates de normas e dos valores acessados por cada trabalhador. A prática agroecológica, apesar de ser desejada pela maioria, encontrava a limitação de poucas orientações sobre a produção e principalmente a falta de canais de comercialização. Por outro lado, a prática convencional, com uso de agrotóxico, mesmo sendo reconhecida como prejudicial à saúde, encontrava-se mais presente devido a facilidade de comercialização e produção, sendo a opção de alguns assentados para geração de renda e trabalho. O trabalho coletivo, como forma de organização orientada pelo MST era reorganizado pelos trabalhadores em formas de *troca de dia* e *coletivo por afinidade* sendo valorizadas pela maior autonomia do trabalhador. Os principais desafios enfrentados no trabalho e que implicavam em desgaste dos assentados eram o esforço físico intenso, a exposição ao sol e às intempéries e o uso de agrotóxicos.

Esta pesquisa apresentou como um de seus achados mais relevantes a associação positiva entre o trabalho no assentamento (trabalhar para si) e a saúde, principalmente decorrente da maior autonomia do trabalhador e da possibilidade de autogestão sobre a atividade de trabalho em contraposição ao trabalho assalariado no campo ou na cidade. Assim, evidencia-se como as formas autogestionárias que se desenvolvem no trabalho camponês familiar podem repercutir na saúde dos trabalhadores. Essa situação aponta para necessidades de mais estudos que contribuam para desvendar a complexidade das relações de trabalho no campo, com base nas formas de organização, atividades desenvolvidas e modos de vida. As formas de trabalho cooperado, ou, as sinergias que se constituem entre os coletivos de trabalho que se formam espontaneamente são estratégias que potencializam a realização da atividade, contribuem para um trabalho mais saudável e favorecem a superação das limitações macro e micropolíticas encontradas no desempenho da atividade humana no assentamento. No entanto, essa forma de organização autônoma, às vezes dispersa, se mostrou (ao menos neste estudo) pouco explorada pelo MST e assentados enquanto estratégia de mobilização social. A maior autonomia e autogestão do trabalho no assentamento se mostrou uma condição favorável para a saúde e a qualidade de vida das famílias assentadas.

Por outro lado, ao apontar para as práticas agroecológicas, a organização social e o trabalho cooperado como estratégias que favorecem a saúde, o MST mostra-se coerente com

os interesses de superação da desigualdade sócio-política e econômica e da precarização das condições de vida, trabalho e saúde da população do campo. A oposição ao uso dos agrotóxicos, postura afirmada pelo MST em seus documentos está em acordo com os problemas enfrentados pelos trabalhadores do assentamento Dandara. Nesse sentido, a relação do contexto tecnológico, econômico, político e social que envolve o modelo de produção agrícola condiciona fortemente a adoção de práticas de trabalho que desfavorecem a saúde dos trabalhadores rurais. O uso do agrotóxico está em grande parte determinado por um padrão produtivo que não contribui para a saúde de quem trabalha no campo, nem do meio ambiente. No Assentamento Dandara observou-se um conflito entre o uso ou não do agrotóxico que estava mediado pelas possibilidades e escolhas individuais (uso de si por si) e levam em conta os valores, princípios e escolhas pessoais, mas também pelos agenciamentos macropolíticos (usos de si por outros) que de alguma forma antecipam e prescrevem determinadas maneiras de realizar o trabalho.

Durante a realização desta pesquisa havia pouco trabalho de produção de alimentos no assentamento devido ao período de seca e também pela falta de condições estruturais. Note-se que a falta de condições de trabalho no assentamento foi a principal manifestação dos assentados em relação ao que prejudica a saúde. Isto é, não ter trabalho condiciona a ter que trabalhar fora do assentamento que é associado a falta de saúde. Acompanhar como se desenvolve a vida cotidiana ao longo de um ano, apesar de ser uma tarefa difícil, constitui um diferencial importante para compreender como a saúde se relaciona com a dinâmica da vida e trabalho camponês que é fortemente influenciado pelos ciclos de produção de alimentos.

Esta pesquisa apresenta a limitação de não ter aprofundado a análise e compreensão sobre os debates de normas que se configuram mediante os usos de si e os valores que são acionados no cotidiano de trabalho, nas escolhas que realizam como no caso do uso do agrotóxico ou das práticas agroecológicas. No entanto, contribuiu significativamente para fazer essa aproximação e a apontar a necessidade de outros estudos que se aprofundem sobre esta questão, bem como sobre as estratégias de autogestão no trabalho e autonomia do trabalhador.

Por último é indispensável chamar atenção para uma decisão que remete ao nível da consciência e ação da sociedade que necessariamente está colocada diante da escolha de um modelo de produção de alimentos. Há uma questão histórica que tem favorecido a prática de produção de alimentos que degrada o ambiente, explora o trabalho e prejudica a saúde de quem efetivamente se empenha para a realização da atividade agropecuária. Optar por uma

proposta de agricultura camponesa familiar tem se mostrado como uma possibilidade eficiente do ponto de vista social, econômico e ambiental. É nesse sentido que se torna necessário reconhecer os esforços dos camponeses que tem resistido à lógica capitalista e exploradora do agronegócio. Negligenciar o significado de uma cultura camponesa (sertanejos, geraizeiros, sem-terra, quilombolas, meeiros) é abandonar um projeto de nação que preserva o ambiente, reconhece a cultura de seu povo e valoriza a saúde.

## REFERÊNCIAS

---

- 1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. **Página na internet desenvolvida pelo MST**, 2009. Apresenta histórico, documentos e dados gerais sobre o movimento. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/330>>. Acesso em: 06 set 2009.
- 2 Schwartz, Y. Entrevista: Yves Schwartz. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n 2, p.457-456, 2006.
- 3 Schwartz, Y. Circulação, dramáticas, eficácia da atividade industriosa. **Trabalho, educação e saúde**, 2(1): 33-55, 2004.
- 4 Brito, J. Saúde do trabalhador: reflexões a partir da abordagem ergológica. In: Figueiredo, M.; Athayde, M.; Brito, J.; Alvarez, D (orgs). **Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p.91-114.
- 5 Schwartz, Y & Durrive, L. Trabalho e Ergologia. In Schwartz, Y & Durrive, L (org). **Trabalho & Ergologia: Conversas sobre a atividade humana**. Rio de Janeiro: Eduff, 2007, p.26-46.
- 6 Montenegro Gómez, J.R. El desarrollo rural contra la reforma agraria: propuestas para el medio rural brasileño em conflicto (1995-2005). **Revista Concienciasocial**, Córdoba, n.9, ano VI, septiembre de 2009, p. 74-86.
- 7 Gonzáles de Mollina, M & Sevilla Guzmán, E. Ecologia, Campesinato e História. Para uma Reinterpretación del Desarrollo del Capitalismo em la Agricultura. In: Sevilla Guzmán, E. & Gonzáles de Mollina, M (org). **Ecologia, Campesinato e História**. Madrid, La Piqueta, 1991.
- 8 Toledo, V.M. La racionalidad econologica de la produccion campesina. In: Sevilla Guzmán, E. & Gonzáles de Mollina, M (org). **Ecologia, Campesinato e História**. Madrid, La Piqueta, 1991, p.197-217.
- 9 Ploeg, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora UFRGS: Porto Alegre, 2008, p.372.
- 10 Brasil. **Portaria 2607 de 10 de dezembro de 2004**. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/GM\\_2607.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/GM_2607.pdf)>. Acesso em: 29 julho 2009.
- 11 Bergamasco SM & Norder LAC. **Assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1998 87 p. Coleção Primeiros Passos.
- 12 Neves, D.P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 13. p. 5-28, out 1999.
- 13 Houaiss, A. & Villar, M.S. **Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p.2049.

- 14 Fernandes, B.M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.319.
- 15 Gaia M.C.M. **Saúde como prática da liberdade: as práticas de famílias em um acampamento do MST e o desenvolvimento de estratégias de educação popular em saúde [dissertação]**. Belo Horizonte (MG): Centro de Pesquisa René Rachou – Fiocruz, 2005.
- 16 Giuliani, G.M.; Castro, E.G. Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 6. p. 138-169, jul 1996.
- 17 Carneiro, F.F. **A saúde no campo: das políticas oficiais à experiência do MST e de famílias de “bóias-frias” em Unai, Minas Gerais, 2005 [tese]**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- 18 Esteves, T.V. **Organização social e estratégias de sobrevivência em acampamento do Movimento Sem Terra (MST) no estado do Rio de Janeiro. [dissertação]**. Rio de Janeiro (RJ): Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca / FioCruz, 2002.
- 19 Kassouf, Ana Lúcia. Acesso aos serviços de saúde nas áreas urbana e rural do Brasil. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 43, nº 01, s/p, jan/mar 2005.
- 20 Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). **PNAD 2008: Primeiras Análises - o Setor Rural**. Comunicações Internas n 43, 2010.
- 21 Brasil. Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária. **Pesquisa de avaliação da qualidade dos assentamentos de reforma agrária, 2010**. Disponível em: <http://pqra.incra.gov.br/>. Acesso em: 15 de maio de 2011.
- 22 Soares, D. “O sonho de Rose”: Políticas de saúde pública em assentamentos rurais. **Saúde e Sociedade** v.15, n.3, p.57-73, set-dez 2006
- 23 Cimblaris, A. **Utilização de plantas medicinais no assentamento Ho Chi Minh (MG), do MST: pesquisa-ação [dissertação]**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- 24 Castro, T.G. et al. Saúde e nutrição de crianças de 0 a 60 meses de um assentamento de reforma agrária, Vale do Rio Doce, MG, Brasil. **Rev. Nutr., Campinas**, 17(2):167-176, abr./jun., 2004.
- 25 Ferreira, P. et al. Ocorrência de parasitas e comensais intestinais em crianças de escola localizada em assentamento de sem-terras em Campo Florido, Minas Gerais, Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical** n36, p.109-111, jan-fev, 2003
- 26 Ferreira, S.H; et al. Estado nutricional de crianças menores de dez anos residentes em invasão do “Movimento dos Sem-Terra”, Porto Calvo, Alagoas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 13(1), p.137-139, jan-mar, 1997.
- 27 Souza, E.A; et al. Prevalência e distribuição espacial de parasitoses intestinais em

assentamento agrícola na Amazônia rural, Acre, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(2), p.427-434, fev, 2007.

28 Coutinho, M.C.; Krawulski, E. & Soares, D. H. P. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**, 19, Edição Especial 1: 29-37, 2007.

29 Segabinazzi, Catia. Identidade e trabalho na sociedade capitalista. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.6, n.1, p.2-18, jan/jun 2007.

30 Nicolella, A.C; et al. O impacto do trabalho infantil no setor agrícola sobre a saúde. **RESR**, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 03, p. 673-701, jul/set 2008.

31 Luca, M.M.B.L Histórias de identidade num assentamento rural. **Educação Temática Digital**, Campinas, v4., n.1, p.10-31, dez. 2002.

32 Silveira, Suzana Maria Pozzer da. O sujeito Sem-Terra. **EmTese**, Vol. 5 n. 1 (1), p. 49-73, agosto-dezembro, 2008.

33 Salvaro, G.I.J. Mulheres e homens em um assentamento do MST. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, jan/abr 2003.

34 Brumer, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

35 Albuquerque, F. J. B; Vasconcelos, T. C.; Coelho, J. A. P. M. Análise Psicossocial do assentamento e seu entorno. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 17(2), p.233-242, 2004.

36 Albuquerque, F.J.B; Coelho, J.A.P.M; Vasconcelos, T.C. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de Psicologia**, 9(1), p.81-88, 2004.

37 Guedes, F.V.N.L. **Condições, modo de vida e renda no assentamento liberdade, Periquito – MG: fundamentação para a epidemiologia social [dissertação]**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

38 Girardi, E.P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira [tese]**. Presidente Prudente (SP): Universidade Estadual de São Paulo, 2008. Disponível em: <[www4.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm](http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm)>. Acesso em 29 dezembro 2009.

39 Prado, E. & Santos, J.C.B. Bases históricas da concentração fundiária no Brasil. **Revista Veterinária & Zootecnia em Minas**, ano XXVIII, nº102, jul, 2009, p.29-33.

40 Morissawa, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256p.

41 Hackbart, R. **A atualidade do Estatuto da Terra**. Sem data. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=251&Itemid=273](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=251&Itemid=273)>. Acesso em 10 setembro de 2010.

42 Brasil. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de Gestão 2003**. Disponível em <[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=394&Itemid=142&limitstart=7](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=394&Itemid=142&limitstart=7)>. Acesso em: novembro de 2009.

43 Stedile, J.P; & Fernandes, B. M. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2ª reimpressão, 2001, p.166.

44 Barcelos, Sergio Botton. **A formação do discurso da agroecologia no MST. [dissertação]** Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2010, p.139.

45 UDR. **União Democrática Ruralista - Histórico**. Disponível em: <<http://www.udr.org.br/historico.htm>>. Acesso em: 18 abril de 2011.

46 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. **Cartilha: Textos para estudo e debate**. 5º Congresso Nacional do MST, Reforma Agrária: Por Justiça Social e Soberania Popular, 2007, p.121.

47 Bogo, A. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memoria das Letras, 1999.

48 Antunes, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 3ªed, 1995, p.153.

49 Cattani, A.D & Holzmann, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006, p.358.

50 Pinto, G.A. **A organização do trabalho no século 20. Taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.103.

51 Bernardo, M.H. **Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

52 Gomez, S. E. Nueva Ruralidad? Un aporte al debate. **Estudios Sociedade e Agricultura**, n(17), out, 2001.

53 Thomaz Júnior, A. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? In Fernandes, B.M (org). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**.São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.275-302.

54 Fleury, A & Vargas, N. **Aspectos conceituais**. In: Fleury, A.C.C & Vargas, N. (org). **Organização do trabalho: uma abordagem interdisciplinar – sete estudos sobre a realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 1983.

55 Prado, E. Extensão rural: um presente à moda grega? **Cad. Téc. Vet. Zootec.** n.45, p.5-15, 2004

56 Antonello, I.T. Reestruturação produtiva no espaço rural: forjando mutações nas relações urbano-rurais. Dossiê: Relações Campo-Cidade. **Temas & Matizes**, nº 16, seg. semestre

2009, p.24-51.

57 Sampaio, V.S & Sampaio, A.V.O. **A reestruturação produtiva e as implicações nas relações de trabalho no campo**. IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Niterói: UFF. s/p, s/d. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Vilomar%20Sandes%20Sampaio.pdf>. Acessado em: 23/01/2011.

58 Engels, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In ANTUNES, R. (org). A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 13-34.

59 Carneiro. L.C.B. **Sujeito e sofrimento entre trabalhadores que ocupam cargo gerencial [dissertação]**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

60 Hennington, E.A. Gestão dos processos de trabalho e humanização em saúde: reflexões a partir da ergologia. **Rev. Saúde Pública**, 2008; 42 (3): 555-561.

61 Telles, A.L; & Alvarez, D. Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In: Figueiredo, M.; Athayde, M.; Brito, J.; Alvarez, D (orgs). **Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p.63-90.

62 Schwartz, Y. Trabalho e gestão: níveis, critérios, instâncias. In: Figueiredo, M.; Athayde, M.; Brito, J.; Alvarez, D (orgs). **Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p.23-36.

63 Durrive, Duc & Duraffoug. O trabalho e o ponto de vista da atividade. Schwartz, Y & Durrive, L (org). **Trabalho & Ergologia: Conversas sobre a atividade humana**. Rio de Janeiro: Eduff, 2007, p.308.

64 Schwartz, Y. Técnicas e competências. Schwartz, Y & Durrive, L (org). **Trabalho & Ergologia: Conversas sobre a atividade humana**. Rio de Janeiro: Eduff, 2007, p.86-109.

65 Durrive, L. & Schwartz, Y. Glossário da Ergologia. **Laboreal**, 4, (1), 2008, p.23-28.

66 Cunha, D.M. **Notas conceituais sobre atividade e corpo-si na abordagem ergológica do trabalho**. GT: trabalho e educação, n°9, s/d. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3586--Int.pdf>. Acessado em: 20/03/2011.

67 Schwartz, Y. Trabalho e uso de si. In : Schwartz, Y & Durrive, L (org). **Trabalho & Ergologia: Conversas sobre a atividade humana**. Rio de Janeiro: Eduff, 2007, p.308.

68 Schwartz, Y. Actividade. **Laboreal**, 1, (1), 2005, p.63-64

69 Flick, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009, p.196.

70 Cruz Neto, O. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In MINAYO, M.C.S (org). Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 51-66.

- 71 Jaccoud, M. & Mayer, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: Poupart, J.; Dslauriers, J.; Groulx, L.; Laperrière, A.; Mayer, R.; Pires, A (orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, s/p.
- 72 Minayo, M.C.S. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: Deslandes, S.F.; Gomes, R; Minayo, M.C.S (Organizadora). **Pesquisa Social – teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- 73 Cruz Neto, O; Moreira, M.R; & Sucena, L.F.M. Grupos Focais e pesquisa social: o debate orientado como técnica de investigação. In **Ser Social** (9) – julho a dezembro, 2001, p. 159-186.
- 74 Gatti, B.A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber livro editora, 2005.
- 75 Niglas, K. **Combining quantitative and qualitative approaches**. Paper at the European Conference on Educational Research, Edinburgh, 20-23 September 2000, p.15.
- 76 Thurmond, V.A. The point of triangulation. **Journal of Nursing Scholarship**, third quarter, 2001, p. 253-257.
- 77 Bardin, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2010, p.278.
- 78 Minayo. M.C.S. Parte V - Fase de análise do material qualitativo.. In: Minayo, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec, 2008, p.299-384.
- 79 Comerford, J.C. **Fazendo a Luta**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, p.93-126.
- 80 Michelat, G. **Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia**. In THIOLENT, M.J.M (org). *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. 3ed. Editora Polis, 1982. p.191-211.
- 81 Richardson, R.J. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- 82 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Coletivo Nacional de Saúde. **Boletim Informativo**. Dezembro, 2007b, p.4.
- 83 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. **Relatos de experiências em saúde**. 2005.
- 84 Almeida, R.A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção. A luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: editora UNESP, 2006, p.377.
- 85 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. **Cartilha: Conhecer, organizar, mobilizar**, 1998, p.29.
- 86 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. **Setor de Formação: O funcionamento das brigadas do MST**. São Paulo, 2005. 62p

- 87 Ricardo, L.M. **O uso de plantas medicinais na medicina popular praticada em assentamentos do MST do estado do Rio de Janeiro: uma contribuição para o SUS [Mestrado]**. Rio de Janeiro (RJ): Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca / FioCruz, 2011.
- 88 Sabourin, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p.328.
- 89 Carter, M. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In Carter, M (org). **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.27-78.
- 90 Fernandes & Welch. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: Fernandes, B.M (org) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2008, p. 45-71.
- 91 Costa Neto, C. Ciência e saberes: tecnologias convencionais e agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre: v.1, n.2, 2000.
- 92 Cordeiro, M.S.S. **Filhos da reforma agrária: terra, casa e lógicas de sucessão em novo horizonte. [dissertação]**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 2010.
- 93 Souza, P. M.; Ponciano, N. J. ; Mata, H. T. C. Estrutura fundiária das regiões Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro: 1972 a 1998. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 01, p. 071-091, jan/mar 2007.
- 94 Lewis, H; Ribeiro, A.P.A & Souza e Silva, L. **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil. O caso do MST em Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.
- 95 Scopinho, Rosemeire Aparecida. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. **Ciênc. saúde coletiva**. 2010, vol.15, suppl.1, pp.
- 96 Laurell, A. C. e Noriega, M. Para o Estudo da Saúde na sua Relação com o Processo de produção. In: Laurell, A. C. e Noriega, M. **Processo de Produção e Saúde. Trabalho e Desgaste Operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- 97 Revuz, C. O trabalho e o sujeito. In Schwartz, Y & Durrive, L (org). **Trabalho & Ergologia: Conversas sobre a atividade humana**. Rio de Janeiro: Eduff, 2007, p.226-245.
- 98 Davis, J. H.; Goldeberg, R. **A Concept of Agribusiness**. Boston: Havard University, 1957.
- 99 Schwartz, Y, L A linguagem em trabalho. Schwartz, Y & Durrive, L (org). **Trabalho & Ergologia: Conversas sobre a atividade humana**. Rio de Janeiro: Eduff, 2007, p.133-166.
- 100 PDA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Dandara dos Palmares** [em

desenvolvimento]. Secretária Estadual do Rio de Janeiro, MST, 2009.

101 Wedig, J.C. **Agricultoras e Agricultores à mesa: um estudo sobre campesinato e gênero a partir da antropologia da alimentação. Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, 2009, p.166.

## APÊNDICE 1



### ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

#### **Impressões em relação ao ambiente**

- Descrição do ambiente: ocupação do solo, moradia, espaços de socialização, organização da produção
- Receptividade por parte dos sujeitos de pesquisa
- Sensações percebidas: desconforto, curiosidade, necessidade de estabelecer alianças e/ou trocas

#### **Condições de vida**

- estrutura das moradias
- condições de saneamento ambiental
- condições de atenção à saúde
- condições de alimentação
- infra-estrutura: estradas, energia elétrica, etc
- educação
- trabalho: ocupações, atividades

#### **Impressões em relação à organização social**

- Organização familiar
- Rotina de trabalho
- Organização política interna
- Formas de interação social: trabalho, igreja, festas, etc.

#### **Organização da saúde na área**

- Responsáveis pela coordenação da saúde
- Relação com o SUS
- Relação das pessoas com os coordenadores de saúde
- Preocupações sobre a saúde, o trabalho e ambiente na área
- Estratégias de organização da saúde
- Práticas de saúde
- Demandas de saúde
- Lazer

### **Aspectos das atividades de trabalho**

- Descrição das atividades de trabalho
- Relacionamento social no trabalho
- Valores construídos no trabalho: solidariedade, participação, competição
- Dificuldades relacionadas ao trabalho
- Processo produtivo local e meio ambiente

Ações e práticas educativas e de preservação do meio ambiente.

## APÊNDICE 2



### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Data de Nascimento:

Sexo:                      Estado Civil:                      Naturalidade:

Religião:

Profissão:                      Atividade:

#### QUESTÕES NORTEADORAS

- 1) Como é viver aqui no assentamento? Fale do dia a dia.
- 2) Como é o seu trabalho, quais são as atividades e tarefas que você faz no dia a dia?
- 3) Quais são as coisas que contribuem para a saúde de quem vive aqui no assentamento? E o que não contribui?
- 4) Quais são as dificuldades ou problemas que mais atrapalham o trabalho? Como poderiam ser resolvidos?
- 5) Como você considera que o seu trabalho influencia na saúde? O que prejudica a saúde e o que contribui?
- 6) Quais os problemas de saúde mais comuns aqui no assentamento?
- 7) Você já passou mal, adoeceu, se machucou ou sofreu algum acidente enquanto trabalhava?

## APÊNDICE 3



### GRUPOS FOCAIS – ROTEIRO

#### Concepções de saúde

- 1) O que é saúde para vocês? (reflexões sobre o conceito de saúde)
- 2) Como as ações referentes à saúde são implementadas nas áreas? Que tipos de ações existem? Quais as condições? Quais os desafios?
- 3) O que falta para atingir o conceito de saúde desejado?

#### A situação de saúde na ocupação

- 4) O que mais produz saúde na área? (focar no cotidiano)
- 5) O que menos produz saúde na área?
- 6) Como era a saúde antes de vir para a área?
- 7) Quando alguém adoecer, qual a conduta dentro do assentamento? O que acontece?
- 8) Quais as estratégias adotadas para garantir a saúde na área?
- 9) Qual a função e o que faz o Setor Saúde?

#### Articulação com o SUS

- 10) O que é o SUS e o que acham dele? O que precisa ser modificado para melhorar o SUS?
- 11) O que acham da Estratégia Saúde da Família? Como o Programa atua na comunidade?
- 12) Como é feito o acesso ao SUS? Quais os percursos? Quais os problemas?

#### Relação saúde-trabalho-ambiente

- 13) Qual a relação da reforma agrária com o trabalho? E a saúde?

- 14) Como é seu trabalho? O que é seu trabalho? [Entender como o trabalhador percebe sua atividade e a situação de trabalho]
- 15) Quais são as dificuldades que você encontra para realizar o trabalho? Como você faz para superá-las?
- 16) Em que o ambiente está relacionado com a saúde?
- 17) Em que o trabalho está relacionado com a saúde?
- 18) Alguém já sofreu algum tipo de acidente ou adoeceu por causa do trabalho?

## APÊNDICE 4



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em áreas ocupadas no estado do Rio de Janeiro”.

Essa pesquisa integra o curso de Mestrado em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca / Fiocruz (ENSP), tendo sido o projeto previamente aprovado pelo Comitê de Ética da ENSP.

O objetivo geral da pesquisa é estudar as relações entre saúde, trabalho e ambiente em duas áreas ocupadas pelo MST no estado do Rio de Janeiro. Os objetivos específicos são: 1) identificar as orientações gerais e propostas referentes ao tema saúde, trabalho e ambiente presentes nos documentos produzidos pelo MST; 2) conhecer os modos de vida, as formas e estratégias de organização, as ações e práticas nas comunidades; 3) Analisar a percepção do processo saúde-doença-trabalho e sua interrelação com o meio ambiente, a partir das falas e práticas implementadas nas comunidades.

Sua participação na pesquisa consistirá na possibilidade de fornecer informações por meio de debate em grupos, com enfoque sobre temas específicos: saúde, trabalho e ambiente. Sua identidade será mantida em sigilo. O mesmo poderá ser feito em relação ao nome do assentamento / acampamento, caso seja de interesse do coletivo.

Ao aceitar participar dessa pesquisa, o (a) senhor (a) estará contribuindo para o maior conhecimento das relações entre saúde, trabalho e ambiente nas áreas de assentamento / acampamento organizadas pelo MST no estado do Rio de Janeiro, em especial a relação entre o trabalho e a saúde e sua articulação com as proposições do movimento. Dessa forma, poderá contribuir para estratégias de organização da saúde por parte do setor estadual de saúde do movimento. A pesquisa também possibilitará compreender as demandas de saúde do assentamento / acampamento, fornecendo informações que poderão auxiliar ações do Sistema Único de Saúde ou do próprio MST.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) autorizou a execução dessa pesquisa, mas sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, você pode desistir de participar e retirar seu consentimento sem que isso represente qualquer prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com o MST.

Os dados produzidos serão mantidos sob minha responsabilidade, durante um período de 5 anos, sendo destruídos após esse período.

Comprometo-me a entregar ao assentamento uma cópia do produto da pesquisa, que é a dissertação do mestrado, e apresentar os resultados pessoalmente, caso seja de interesse do coletivo.

Você receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do Comitê de Ética da ENSP. Dessa forma, você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

---

Júlio César Borges dos Santos

### **Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana**

Rua Leopoldo Bulhões, 1480, sala 302, Manguinhos – Rio de Janeiro/RJ CEP: 21041210  
Tel: (21) 2564-1050 – Fax: (21) 2270-3219 E-mail: cestehc@ensp.fiocruz.br

### **Contato do pesquisador:**

tel: (21) 3627-4826 / 81064114 E-mail: jcb\_santos@yahoo.com.br

### **Comitê de Ética em Pesquisa:**

Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – andar térreo. Manguinhos, RJ. CEP: 21041-210.

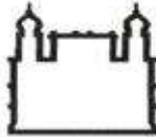
Tel e Fax: (21) 2598-2863. E-mail: cep@ensp.fiocruz.br. Página na internet:  
<http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

---

Sujeito da pesquisa

## ANEXO 1



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz  
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca  
Comitê de Ética em Pesquisa



Rio de Janeiro, 07 de junho de 2010.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – CEP/ENSP, constituído nos Termos da Resolução CNS nº 196/96 e, devidamente registrado na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, recebeu, analisou e emitiu parecer sobre a documentação referente ao Protocolo de Pesquisa, conforme abaixo, discriminado:

**PROTOCOLO DE PESQUISA CEP/ENSP - Nº 90/10**  
**CAAE: 0093.0.031.000-10**

**Título do Projeto:** “O movimento dos trabalhadores rurais sem terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em duas áreas ocupadas no estado do Rio de Janeiro”

**Classificação no Fluxograma:** Grupo III

**Pesquisador Responsável:** Júlio César Borges dos Santos

**Orientadores:** Élide Azevedo Hennington e Ana Maria C. Bahia Braga

**Instituição onde se realizará:** Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP/FIOCRUZ

**Data de recebimento no CEP-ENSP:** 20 / 04 / 2010

**Data de apreciação:** 11 / 05 / 2010

**Parecer do CEP/ENSP:** Aprovado.

Ressaltamos que o pesquisador responsável por este Protocolo de Pesquisa deverá apresentar a este Comitê de Ética um relatório das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (*item VII.13.d, da resolução CNS/MS Nº 196/96*) de acordo com o modelo disponível na página do CEP/ENSP na internet.

Esclarecemos, que o CEP/ENSP deverá ser informado de quaisquer fatos relevantes (incluindo mudanças de método) que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador justificar caso o mesmo venha a ser interrompido.

Isela Nascimento de Carvalho Reis  
Coordenadora Adjunta  
Comitê de Ética em Pesquisa  
CEP/ENSP

## ANEXO 2

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO – COORDENAÇÃO DO ASSENTAMENTO / ACAMPAMENTO

#### AUTORIZAÇÃO

Concedo autorização ao estudante do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca / Fiocruz, Júlio César Borges dos Santos para desenvolver o projeto de mestrado acadêmico intitulado **“O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em áreas ocupadas no estado do Rio de Janeiro”** no seguinte assentamento / acampamento do referido estado:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

\_\_\_\_\_,  
coordenação local do \_\_\_\_\_.

## ANEXO 3



**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**  
**Reforma Agrária: Por justiça Social e Soberania Popular!**

Rio de Janeiro, 13 de Abril de 2010

### AUTORIZAÇÃO

Concedo autorização ao estudante do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca / Fiocruz, Júlio César Borges dos Santos para desenvolver o projeto de mestrado acadêmico intitulado **“O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em áreas ocupadas no estado do Rio de Janeiro”** em assentamentos / acampamentos organizados pelo MST no referido estado.

---

Júlia do Rosário da Silva de Farias  
Coordenação Estadual de Saúde MST / RJ

Rio de Janeiro, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

SECRETARIA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO  
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 502, CENTRO, RIO DE JANEIRO, RJ  
FONE: (21) 2223 0502  
EMAIL: SECRETARIAMSTRJ@MT.ORG.BR